

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BÁRBARA LETÍCIA CHIMENTÃO

IMIGRANTES FRANCESES NO PARANÁ: O CASO DA COLÔNIA ARGELINA
(1868-1890)

CURITIBA

2018

BÁRBARA LETÍCIA CHIMENTÃO

IMIGRANTES FRANCESES NO PARANÁ: O CASO DA COLÔNIA ARGELINA
(1868-1890)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Roseli Boschilia

CURITIBA

2018

Catálogo na publicação
Biblioteca de Ciências Humanas - UFPR
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9º/985

Chimentão, Bárbara Letícia
Imigrantes franceses no Paraná : o caso da Colônia Argelina
(1868-1890) / Bárbara Letícia Chimentão. – Curitiba, 2018.
166 f.

Orientadora: Profª.Drª. Roseli Boschilia
Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências
Humanas, Universidade Federal do Paraná.

1. Colônia Argelina - Paraná - 1868-1980. 2. Imigrantes franceses - Paraná - 1868-1890. 3. Política migratória - Brasil. I. Título.

CDD 325.1098162




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA

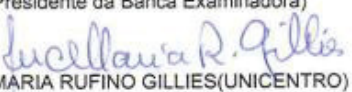
TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **BARBARA LETICIA CHIMENTAO**, intitulada: **IMIGRANTES FRANCESES NO PARANÁ: O CASO DA COLÔNIA ARGELINA (1868-1890)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 20 de Agosto de 2018.


ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)


ANA MARIA RUFINO GILLIES(UNICENTRO)


MARCOS GONÇALVES(UFPR)



AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que contribuíram ao longo dessa jornada para que esse trabalho pudesse se concretizar.

Meus agradecimentos especiais destinam-se à professora Roseli Boschilia, pois sem sua orientação esta pesquisa não teria acontecido. Graças a suas aulas sobre imigração tive contato com o tema da colônia Argelina e a partir de então a professora se mostrou sempre solícita em responder minhas curiosidades e me incentivou na elaboração deste trabalho. O engajamento em me apresentar referências, a bibliografia emprestada e a paciência com que lidou com minhas dúvidas foram fundamentais para os resultados obtidos.

Agradeço também aos professores do curso de pós-graduação, em especial aos professores Marcos Gonçalves e Márcio Oliveira cujas sugestões na qualificação foram essenciais para que novas perguntas relevantes surgissem.

À professora Maria Rufino Gillies pela apresentação de diversas fontes sobre as colônias imigrantes no Paraná e também por sua minuciosa análise como banca examinadora. Suas sugestões foram valiosas para a escrita desse trabalho.

Aos colegas que me auxiliaram na coleta e transcrição das fontes, especialmente Suele Maya e minha irmã Viviane Chimentão, pois sem elas não teria decifrado todos aqueles documentos.

Aos colegas do curso de História com os quais passei ótimos momentos de estudo e discussões sobre a vida: Fabiane Furquin, Felipe Bastos, Gabriel Braga e Jéssica Lima. Um abraço especial a todos.

A meus queridos amigos Gabriel Amaral e Gabriel Braga por terem gentilmente realizado a tradução do resumo para o Inglês e para o Francês.

À secretária Maria Cristina Parzowski que sempre nos atendeu com simpatia e profissionalismo resolvendo nossas dúvidas prontamente.

À CAPES pela bolsa concedida.

A meus pais que sempre me deram suporte para que eu estudasse e buscasse construir minha própria história.

E finalmente minha gratidão aos colonos argelinos cujos escritos deixados foram essenciais para esta dissertação e sem dúvida serão relevantes para pesquisas futuras.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo explorar em linhas gerais a imigração de franceses para o Brasil ao longo do século XIX, tema ainda pouco abordado pela historiografia, em especial quando se refere a imigrantes franceses no meio rural. Para isso, utilizamos como base a história da colônia Argelina, colônia fundada em 1868 na Província do Paraná (na região que hoje é o bairro do Bacacheri em Curitiba), uma vez que esta representa não só as questões relativas a vinda desse grupo minoritário ao Brasil, mas também revela outra faceta dessa imigração: a de famílias agricultoras que deixaram a França para viver como colonizadores na Argélia, mas devido a situação de carestia por que passavam, tomam a decisão de imigrar para o Brasil. As principais fontes utilizadas para esse estudo são cartas e abaixo-assinados enviados pelos colonos argelinos ao governo provincial e as respostas do governo a tais cartas e seus relatórios oficiais. Através da análise dessa documentação foi possível observar fases desse diálogo que envolveram a mudança na forma pela qual esses sujeitos expressavam suas reivindicações em razão da reação negativa apresentada pelo governo sobre tais reclamações. Tais adaptações de discurso foram analisadas através do conceito de “estratégia de identidade” de Denys Cuche e interpretadas através da ideia de Stuart Hall sobre a identidades dos sujeitos em trânsito, questionando-se até que ponto esses imigrantes franco-argelinos precisaram se adaptar para serem vistos como colonos ideais, cumprido com o que Sayad denomina de lugar social do imigrante que é ser primordialmente mão de obra. Foi possível observar, portanto, que embora o Brasil propagandeasse a vinda de colonos europeus e exaltasse em especial a cultura francesa, isso não representou vantagens aos colonos argelinos a partir do momento em que esses passam a reivindicar direitos como cidadãos.

Palavras chaves: imigrantes franceses; franco-argelinos; identidade; colônia Argelina.

ABSTRACT

The present research aims to explore, in general lines, the immigration of French nationals to Brazil throughout the nineteenth century, a subject that is still seldom discussed by historiography, especially when referring to French immigrants in rural areas. For this, we'll use the history of the Algerian colony as a base, a colony founded in 1868 in the Province of Paraná (region where the Bacacheri neighborhood in Curitiba stands today), since it represents not only the issues related to the coming of this minority group to Brazil, but also reveals another facet of said immigration: that of farming families who left France to live as colonizers in Algeria, but due to the shortage they went through, they made the decision to immigrate to Brazil. The main sources used for this study are letters and petitions sent by the Algerian settlers to the provincial government and government responses to such letters plus their official reports. Through the analysis of these documents, it was possible to observe phases of this dialogue in which these subjects changed the way they expressed their claims due to the negative reaction presented by the government on said complaints. Such discourse adaptations were analyzed through Denys Cuche's concept of "identity strategy" and interpreted through Stuart Hall's idea concerning the identities of the subjects in transit, wondering to what extent these Franco-Algerian immigrants needed to adapt to be seen as ideal settlers, complying with what Sayad calls the social place of the immigrant, which is to be primarily labor. It was possible to observe, therefore, that although Brazil propagandized the coming of European settlers and especially exalted the French culture, this did not represented advantages to the Algerian settlers from the moment in which they came to claim their rights as citizens.

Key words: French immigrants; French-Algerians; identity; Algerian colony.

RÉSUMÉ

La présente recherche a pour son but explorer de manière générale l'immigration française au Brésil au cours du XIX^{ème} siècle, thème rarement abordé pour l'historiographie, spécialement quand on fait référence aux immigrants français dans les zones rurales. Pour cela, nous utilisons pour base l'histoire de la colonie Algérienne, fondée en 1868 dans la province du Paraná (la région où aujourd'hui se trouve le quartier « Bacacherie » à Curitiba), puisqu'elle représente non seulement les problèmes liés à l'arrivée de ce groupe minoritaire au Brésil, mais révèle également une autre facette de cette immigration : des familles d'agriculteurs qui ont quitté la France pour vivre comme colons en Algérie, mais en raison de la situation de pénurie qu'elles ont traversée, ont décidé d'immigrer au Brésil. Les sources principales utilisées pour cette étude sont les lettres et pétitions envoyées par les colons algériens au gouvernement provincial et les réponses de ce gouvernement à ces lettres ainsi que ses rapports officiels. En analysant cette documentation il était possible d'observer les phases de ce dialogue qui ont impliqués le changement dans la manière dont ces sujets ont exprimé leurs revendications en raison de la réaction négative présentée par le gouvernement sur ces plaintes. Ces adaptations de discours ont été analysées par le concept de « stratégie identitaire » de Denys Cuhe et interprétées par l'idée de Stuart Hall sur l'identité des sujets en mouvement, en demandant dans quelle mesure ces immigrants franco-algériens devaient s'adapter pour être considérés comme des colons idéaux, d'accord avec la proposition de Sayad sur la place sociale de l'immigrant, qui doit être essentiellement le travail. Il était possible donc d'observer que, bien que le Brésil ait propagé l'arrivée des colons européens et surtout exalté la culture française, cela ne représente pas un avantage pour les colons algériens à partir du moment où ils viennent revendiquer des droits comme citoyens.

Mots-clés : immigrants français ; franc-algériens ; identité ; colonie Algérienn

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – EMIGRAÇÃO FRANCESA, 1857-1881	34
FIGURA 2 – MAPA DA COLÔNIA ARGELINA.....	106

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- IMIGRANTES FRANCESES ENTRADOS NO BRASIL	65
TABELA 2 – CRESCIMENTO POPULACIONAL	100
TABELA 3 – FAMÍLIA GUMY	108
TABELA 4 – POPULAÇÃO DA COLÔNIA ARGELINA (1875-1877).....	110

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OS FRANCESES TAMBÉM EMIGRAM	26
2.1 A DECISÃO DE PARTIR	29
2.2 ENTRE A ARGÉLIA E AS AMÉRICAS: DO COLONIZADOR AO COLONO	41
2.3 A POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA: A FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS	61
3 DA FRANÇA PARA O BRASIL, DO BRASIL PARA A FRANÇA	69
3.1 A CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE CULTURA FRANCESA E SEUS ECOS NO BRASIL	69
3.2 A IMAGEM DOS FRANCESES SOBRE O BRASIL: ENTRE RELATOS DE VIAJANTES E PATROCINADORES DA EMIGRAÇÃO	85
4 A COLÔNIA ARGELINA.....	95
4.1 OS PRIMEIROS HABITANTES	96
4.2 UMA COLÔNIA MISTA: ENTRE CONFLITOS E ALIANÇAS	110
4.3 O COLONO IDEAL	122
4.4 AS RELAÇÕES DOS COLONOS E O GOVERNO PROVINCIAL: AS REIVINDICAÇÕES DOS COLONOS FRANCESES	131
4.5 O FIM DA COLÔNIA ARGELINA	154
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166

1 INTRODUÇÃO

Descemos num subúrbio de Argel. A praia não fica tão longe do ponto de ônibus. [...] Nesse momento, Raymond disse a Masson alguma coisa que não consegui ouvir muito bem. Mas percebi, ao mesmo tempo, no fim da praia e muito longe de nós, dois árabes de macacões azuis, que vinham em nossa direção. [...] Quando estávamos apenas a alguns passos uns dos outros, os árabes detiveram-se. Masson e eu começamos a andar mais devagar. [...] este dirigiu-se ao que lhe fora destinado e aplicou-lhe dois socos com toda força. O árabe estatelou-se no mar [...] (CAMUS, 2017, p.52; 56).

Este é um trecho do romance *O Estrangeiro* (1942) de autoria de Albert Camus (1913-1960). Trata-se da história do argelino Meursault que, após ter matado um árabe por impulso é levado a julgamento onde é questionado sobre sua indiferença diante não só do assassinato, mas também após a morte de sua mãe. Camus expressou através de seu personagem principal sentimentos de dúvida, solidão e estranheza (estrangeiro) diante da existência, além de apresentar o cotidiano de Argel, cidade em que conviviam indivíduos de origem árabe e francesa cujos conflitos culminaram em uma guerra violenta por independência do domínio colonial francês o qual se estendeu até 1962.

A trajetória percorrida pelo autor demonstra como sua vida foi cercada de momentos de dificuldades que relacionavam sua dupla origem: francesa e argelina. Em razão da guerra Franco-prussiana (1871) os avós do estudioso deixaram a Alsácia e imigraram para a Argélia sob proteção do governo francês. O pai de Camus formou então uma das primeiras gerações de franceses a nascerem em território argelino após a ocupação pelos franceses em 1834. Sua mãe também nascera na Argélia, mas era pertencente ao grupo de espanhóis – os quais também participaram do processo colonizador.

Nascido na Argélia, Camus teve uma infância cercada de dificuldades financeiras. Pertencente a uma família de escassos recursos, precisou por diversas vezes escolher entre os estudos e o trabalho. A situação se tornou mais difícil após a

morte de seu pai em combate durante a Primeira Guerra Mundial em favor do exército francês. Foi com o auxílio de alguns de seus professores que Camus obteve estrutura para estudar e então imigrar para a França onde sofreu muitas críticas em razão de seu posicionamento com relação à independência da Argélia, uma vez que defendia a libertação colonial, porém considerava que o país deveria continuar ligado à França.

Ao ser percorrida a história de intelectuais como Albert Camus, Abdelmalek Sayad e Pierre Bourdieu é possível analisar a história da relação entre Argélia e França e como tais sujeitos se posicionaram diante das consequências do colonialismo. A França buscou através da exaltação de seus símbolos nacionais expandir seu domínio sobre diversos países através da formação de colônias além-mar: “Onde quer que se vá. Lá onde parece não haver notícia sobre a França, pode-se estar certo que encontrará algum rastro do passado ou uma figura do presente¹”. Esse processo resultou em deslocamentos de diversos indivíduos que acabaram por construir o que Lesser (2001) denomina de indivíduos “hifenizados”, sujeitos cujas identidades se formaram a partir de elementos provenientes tanto do país de origem quanto de destino.

Alguns desses sujeitos percorreram trajetórias que lhes resultaram em mais de um hífen. Como descrito na trajetória da família Camus, muitos franceses deixaram a região da Alsácia-Lorena após a guerra Franco-prussiana e consideraram a colonização da Argélia como uma oportunidade de obter terras e benefícios para suas famílias. No entanto, houve um número significativo de franceses que não se adaptou à realidade encontrada em território argelino e então buscou novos destinos que lhes permitissem sair da pobreza. Como a América ao longo do século XIX passava por um momento de atração de imigrantes europeus como mão de obra, muitos desses franceses viram no novo continente uma oportunidade de prosperar. Observou-se então o deslocamento de diversas famílias franco-argelinas para países como Canadá, São Domingos, Argentina, México, Estados Unidos e Brasil onde a oferta de lotes era o principal atrativo, uma vez que significava tornarem-se proprietários de terras, além de haver uma forte propaganda, em especial organizada pelo governo brasileiro, como uma nação de portas abertas aos europeus.

¹ Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa – Memórias: WosSaporski.

Nota-se, portanto, que em solo argelino tais famílias nunca se sentiram como imigrantes, eram sim colonizadores juntamente com grupos de outras nacionalidades europeias como os espanhóis e italianos que contribuíram para o domínio francês sobre o território. Ao imigrarem para o território americano continuam sendo estrangeiros, no entanto seu status é modificado: passam a ser mão de obra imigrante, ou seja, passam a estar submetidos à elite do país de destino.

Aproximando do caso brasileiro, que é o que temos acesso às fontes, tais famílias franco-argelinas antes de se dirigirem ao Brasil retornaram à França para conseguir a documentação necessária para imigrarem posteriormente, dentro do conjunto dos imigrantes europeus que era a categoria procurada pelos agenciadores brasileiros. Foram anunciados, portanto, como “franceses vindos de Argel”, o que lhes garantia os benefícios oferecidos aos demais imigrantes europeus, uma vez que o governo brasileiro buscava construir uma nova imagem para a nação, então além de significar mão de obra para a lavoura esses indivíduos significavam também a vinda de elementos da cultura europeia.

No caso dos franceses essa influência não era nova, configurando-se em diversos domínios, desde o campo das letras até estilos arquitetônicos. Isso se deu em razão da longa história das relações França-Brasil que começou já no século XVI, quando as potências europeias competiam pelos territórios americanos – desde o comércio ilícito do pau-brasil, passando pelas tentativas de instalação na Baía de Guanabara e em São Luís do Maranhão, até os ataques dos corsários ao Rio de Janeiro em 1710. Tal presença ganhou força com a missão artística francesa em 1816, quando a elite passa a consumir novos conceitos sobre arte, literatura e política que teriam seus ecos na Inconfidência mineira e na Revolução de 1817.

Tais eventos foram largamente registrados e discutidos pela historiografia dos dois países, no entanto, quando se fala sobre a presença dos franceses ao longo do século XIX, poucas pesquisas foram desenvolvidas, e ainda mais raras são as que citam a imigração dos franco-argelinos. Os estudos referentes às correntes migratórias para o Brasil no século XIX referem-se principalmente aos grupos que vieram em maior número, dessa forma, são abundantes os estudos sobre os italianos, alemães, japoneses e poloneses, por exemplo. Grupos minoritários como

os holandeses, os ingleses, os suíços e os franceses ainda contam com escassa bibliografia.

A história da imigração francesa para o Brasil é, portanto, lacunar. As poucas pesquisas que aprofundam esse tema descrevem os franceses como imigrantes cuja mão de obra era eminentemente urbana e qualificada, resumindo à tríade moda, artes e *divertissements*, como se os franceses que imigraram fossem exclusivamente modistas, cabeleireiros, pintores de quadros e vendedores urbanos. Ganha espaço apenas a história de personalidades que conquistaram altas posições na sociedade brasileira, como a urbanista Garfunkel e o médico Jean-Maurice Faivre². Este último tem seu nome exaltado na obra de Corrêa Fernandes, *Saga da Esperança* por ser o fundador da colônia Theresa no Paraná e ter investido parte de sua fortuna na vinda de franceses para o Brasil. Tal seleção esconde outro tipo de presença: a de homens e famílias contratados na França para participar da construção de colônias agrícolas.

O fato da seleção, na operação historiográfica, dirige-se, quase sempre, em sentido oposto aos percursos funestos. A história da emigração pode se encontrar, também, à revelia de nossos mais íntimos desejos, com a história dos marginais (ELMIR; WITT, 2014, p.9).

Houve um fluxo constante de franceses para o Brasil entre 1847 e 1934, sendo que mais da metade desses imigrantes foi destinada ao cultivo em colônias agrícolas (VIDAL; LUCA, 2009). Esse silêncio por parte da historiografia faz com que muitos “cultivateurs”, “laboureurs” e mulheres que administravam suas famílias pareçam indivíduos sem voz, fadados a seguir as normas do governo que os recebeu.

Dessa forma, a primeira inquietação que esta pesquisa visa explorar é com relação às causas da escassez de estudos sobre a imigração francesa. De maneira global, tal dissertação se apresenta dentro da temática da imigração, no entanto não tem por objetivo reafirmar os estudos clássicos sobre o tema, mas agregar novos olhares a partir desse grupo minoritário que apesar de pouco estudado possui vasto campo de fontes ainda não analisadas que podem contribuir para minimizar tal lacuna historiográfica.

² WESTPHALEN, Cecília Maria. et. al. Memória de vida: Helene Garfunkel. In: **Boletim informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba. v.9, n.67, 1982.
FERNANDES, Josué Corrêa. **Saga da Esperança: socialismo utópico à beira do rio Ivaí**. Curitiba Imprensa Oficial, 2006.

Apresentado esse quadro, objetiva-se questionar a identidade do imigrante francês que é muitas vezes exaltada pela historiografia e, como será visto, por grande parte da sociedade brasileira do século XIX por ser visto como um trabalhador urbano parisiense. Houve de fato muitos imigrantes, em especial os que migraram individualmente, que buscaram no meio urbano seu local de trabalho o que, como será apresentado, pode ser analisado como uma estratégia de sobrevivência articulada por esses sujeitos que encontraram na exaltação da cultura francesa pela sociedade brasileira uma forma de gerar lucros. No entanto, a maior parte dos franceses que migraram para o Brasil realizavam atividades agrícolas em seu país de origem e prosseguiram com esse ofício nas colônias a que foram destinados.

Como ponto de partida para pensar o tema selecionamos a colônia Argelina, fundada em 1868 por franco-argelinos³ nos arredores da capital da província do Paraná. A colônia foi escolhida como base para se pensar a presença francesa no Paraná por ser uma situação particular, uma vez que recebeu primeiramente franceses vindos de Argel, mas ao mesmo tempo é um caso significativo no conjunto, uma vez que auxilia na compreensão da realidade vivida pelos imigrantes franceses no Brasil que é muitas vezes ocultada: famílias pobres e agricultoras, revelando que nem sempre o fato de ser europeu garantiu direitos a todos os imigrantes.

As primeiras famílias de franceses que chegaram ao Paraná se dirigiram à Colônia Theresa, na região hoje ocupada pelo município de Cândido de Abreu, totalizando 87 imigrantes. Todavia, com o crescimento da capital, o governo provincial percebeu a necessidade de criar núcleos coloniais próximos ao centro urbano que pudessem suprir as necessidades da capital, Curitiba. Dessa forma, foram criadas colônias agrícolas no entorno da cidade, criando o chamado “cinturão verde” (MARTINS, 1941). Entre os lotes oferecidos pelo governo uma parcela foi ocupada inicialmente por um pequeno grupo de franceses provenientes da Argélia, formando então a colônia Argelina. Ao longo das décadas a colônia passou a receber imigrantes franceses provenientes diretamente da França e indivíduos de

³ Destaca-se que ao longo dessa dissertação o termo “franco-argelino” será utilizado para tratar dos colonos franceses que tiveram passagem pela França e Argélia; o termo “colono argelino” para se referir a todos os colonos que viviam na colônia argelina, não importando a nacionalidade; e “colonos franceses” para se referir a todos os colonos com origem exclusivamente francesa.

outras nacionalidades como italianos, alemães e suíços; constituindo-se então como uma colônia mista.

As fontes sobre a colônia Argelina são encontradas nos chamados livros códices. Tais livros eram mantidos na colônia para o registro e cópia de correspondências enviadas pelos colonos às autoridades ligadas à imigração. Também estão presentes nesses livros instruções, regulamentos e avisos do presidente da província do Paraná e seus secretários para os que habitavam a colônia. Os documentos originais estão presentes no DEAP-PR (Departamento de Arquivo Público do Paraná) onde foram encadernados em livros denominados APs (Arquivo Público) e organizados por ano, podendo ter cada ano 35 livros. Em razão de serem os textos originais e ainda não digitalizados, a consulta é física e local, portanto, para a realização da pesquisa em questão, foram fotografados os textos referentes à colônia Argelina entre os anos de 1868 e 1890, período de existência da colônia, o qual serviu de baliza temporal para esse estudo.

Juntamente com essas fontes foram analisados os Relatórios de Governo assinados pelo presidente da província, que contém comentários sobre as obras realizadas na região, bem como a situação de cada colônia sob jurisdição provincial. O site do Arquivo Público do Paraná disponibiliza na íntegra as fotos das mensagens e relatórios de governo originais.

Outro conjunto de fontes essencial para a construção dessa pesquisa está disponível de forma gratuita no site do Arquivo Diplomático da cidade de Nantes. São documentos do Consulado da França em Paranaguá, onde algumas famílias imigrantes registraram sua chegada no Brasil. O arquivo disponibiliza as fotos dos livros chamados *Registre* que conservam dados pessoais dos imigrantes, como a cidade, o departamento e o ano em que nasceram; o nome dos pais; a data do casamento; o nome do cônjuge; o local de residência no Brasil; e a profissão. O arquivo também disponibiliza os livros chamados *État Civil Français* que contêm declarações de nascimentos, matrimônios, e óbitos desses imigrantes.

Como fontes auxiliares foram utilizados alguns periódicos. A *Revue des Deux Mondes*, criada em 1829, é a revista francesa mais antiga ainda em circulação e disponibiliza todas as edições digitalizadas no seu site oficial. Seu conteúdo tinha como principal foco as relações da França com outros países europeus e em especial com a América. Entre 1860 e 1880 foram publicados quarenta artigos sobre

o Brasil, alguns deles escritos por Saint-Hilaire, francês que viajou por diferentes regiões do país e escreveu a obra *Viagem pela Comarca de Curitiba*, texto que também serviu de fonte auxiliar para entender a situação dos colonos europeus no Brasil. Nesse período, a revista se alinhava ao governo monárquico, portanto, apresenta aspectos propagandísticos sobre o Brasil, o que auxiliou na reflexão sobre as visões criadas sobre o nosso território no imaginário desses imigrantes que muitas vezes nada sabiam sobre a América.

Outro periódico utilizado foi o jornal *Dezenove de Dezembro*, primeiro jornal do Paraná. Essa fonte auxiliou no entendimento dos antecedentes dessa imigração para a região, bem como as relações dos habitantes da colônia Argelina com outras colônias e a sociedade curitibana em geral. O jornal foi digitalizado e está disponível on-line no site da Biblioteca Nacional.

Por fim, outra fonte auxiliar foram os escritos do advogado e jornalista Jules Duval sobre a colonização francesa na Argélia. O autor, na posição de partidário da colonização, apresenta dados sobre a situação dos colonos na Argélia, bem como da política colonizadora francesa. O conteúdo desses artigos em edição fac-similar está disponível no site *Gallica* que digitaliza arquivos da Biblioteca Nacional da França tombados ao domínio público.

A partir de tais fontes criaram-se diversos questionamentos sobre a realidade vivida pelos imigrantes franceses no Brasil. Dessa forma, objetivou-se explorar tais fontes primordialmente a partir da voz dos colonos que direta ou indiretamente estão presentes em tais cartas ao governo. É o conteúdo das cartas trocadas entre os agentes do governo e as petições enviadas pelos colonos que serviu como base para explorar os primeiros anos de adaptação vividos na Colônia Argelina. É possível observar os anseios dos imigrantes e como as autoridades responderam a tais reivindicações.

Objetivou-se explorar primeiramente como o grupo se relacionou com as demais nacionalidades, inclusive questionando se havia diferenciação entre os franceses metropolitanos e os franco-argelinos. O caráter misto da colônia permitiu que fossem feitas analogias entre a situação de carestia vivida pelos franceses com a de outros grupos imigrantes.

Em seguida foram analisadas as cartas desses colonos ao governo paranaense, explorando como estas foram recebidas pelas autoridades, uma vez

que seu conteúdo, via de regra, era de caráter reivindicatório. A partir de tantos pedidos por auxílio e benefícios não atendidos pelo governo, questionou-se a eficiência do projeto colonial.

Também objetivou-se explorar as formas pelas quais esses colonos articularam estratégias de sobrevivência, na tentativa de fazer frente às limitações impostas pelo governo, uma vez que as autoridades provinciais estavam deixando de cumprir promessas feitas aos imigrantes antes de sua chegada ao Brasil. Foi levado em conta tanto as estratégias do campo discursivo – entendendo tais cartas como local de representação e resistência, quanto as ações práticas no campo político e econômico.

Além disso, buscou-se entender de que forma foram acionados mecanismos de identificação por parte dos colonos em meio a esse ambiente de desassistência e por vezes até de hostilidade por parte do governo provincial. Tal situação ocorria no bojo das políticas migratórias, uma vez que as críticas do governo sobre esses indivíduos tornam-se mais incisivas a partir das ações desses colonos que partiam de necessidades subjetivas; o que levou ao questionamento: até que ponto os imigrantes franceses foram sujeitos desejados na sociedade brasileira do século XIX?

Havia questões identitárias em jogo, tanto do lado do discurso oficial que buscava transparecer um projeto colonial sem divergências, como dos imigrantes que buscavam se adaptar à nova realidade imposta pela política migratória. Para entender esse quadro recorreu-se à orientação dos Estudos Culturais promovidos por Stuart Hall, a partir da análise de aspectos da natureza constitutiva e política da representação do imigrante na sociedade, explorando os efeitos desses discursos na constituição de estigmas e de novas identidades. Hall questiona o que a experiência dos deslocamentos causa nos modelos de identidade cultural, e como refletir sobre a diferença e o pertencimento, após esses movimentos. A problemática está em estudar a identidade cultural – concebida com algo carregado da ideia de unidade – ao lado das identidades inscritas nas relações de poder que são construídas pela diferença. Assim como Hall identificou “diferentes França” no Haiti e na Martinica, foi questionado qual foi a França importada para o Brasil, e quais foram as implicações sociais e políticas frente a diferentes grupos imigrantes que se comportavam de maneira distinta da esperada institucionalmente. É preciso lembrar

que, embora pareçam sem voz diante das leis, as fontes apresentam que os imigrantes não silenciaram sobre as más condições oferecidas pela nova sociedade de acolhimento, tais ações são para Hall “estratégias culturais que fazem diferença e deslocam (shift) as disposições de poder” (HALL, 2013, p.12). As pressões culturais são absorvidas pelas relações hegemônicas de poder fazendo com que o resultado dessa pressão se torne deslocamento.

A fim de entender como tais “identidades diaspóricas” estudadas por Hall reagiram ao novo espaço social encontrado no Brasil, foi recorrido aos estudos do sociólogo Denys Cuche o qual chama a atenção para o fato de que mesmo em uma situação onde há diferenças de hegemonia, não se pode ignorar nem mesmo as mínimas tentativas de mudança, uma vez que apresentam aspectos da consciência de identidade. No entanto, afirma que embora seja realizada conscientemente, tais “estratégias de identidade” devem ser sempre analisadas concomitantemente com os fatores externos envolvidos, ou seja, nos conflitos, nos jogos de oposição. Foi, portanto, no diálogo entre os imigrantes e os agentes do governo que se buscou analisar os processos de identificação por que passaram esses sujeitos em trânsito.

Questionou-se se foram estratégias de natureza étnica ou relacionadas ao mundo do trabalho. Para tal foi recorrido aos estudos antropológicos de Fréderik Barth. Para o autor, a identidade étnica é formada a partir de dois polos: pelos indivíduos de um mesmo grupo e pelos indivíduos externos a esse grupo. Ou seja, a identidade étnica é algo construído a partir da forma pela qual o grupo expressa seus traços culturais em contraste com outros grupos.

Foi observado que os franceses, diferente dos alemães e italianos, por exemplo, não apresentaram sinais de representatividade étnica no interior do grupo. Não é na busca por destacar peculiaridades de sua terra de origem que o grupo buscou se diferenciar, mas sim através de sua situação como trabalhadores. Quem os diferenciava dos brasileiros era o discurso oficial, o governo os identificava – e muitas vezes como forma de estigmatizar – como franceses ou “franceses vindo de Argel”. Certamente que por serem indivíduos estrangeiros havia diversos traços que os diferenciava tanto dos brasileiros quanto dos demais imigrantes, o que, como será analisado, acabou sendo utilizado de maneira negativa pelo governo que buscou nessas diferenças maneiras de rotulá-los. A partir desse quadro, questionou-se as causas do grupo se apresentar como tal. Partindo do princípio que se trataram

necessariamente de ações conscientes tanto por parte dos imigrantes, quanto do governo, buscou-se interpretar até que ponto representaram respostas estratégicas elaboradas pelos imigrantes.

Para melhor entender como se dá esse processo de certa forma conflituoso de construção de estratégias, foram essenciais os conceitos de Certeau sobre “tática” e “estratégia” a partir dos quais o autor argumenta que é possível grupos não hegemônicos alcançarem formas de ação mesmo em meio ao campo do opositor, como foi o caso dos colonos argelinos que, mesmo sob a supervisão direta do inspetor de terras, articularam formas de obter novos meios de sobrevivência que as terras oferecidas pelo Estado não possibilitavam.

O descaso frente as necessidades do imigrante, tratado primordialmente como mão de obra foi problematizada a partir dos estudos de Abdelmalek Sayad. O sociólogo de origem argelina explica que a imigração representa uma dupla contradição: “não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com intenso sentimento de provisoriedade” (SAYAD, 1988, p.45). O autor explica que o sentimento com relação aos que ficaram somado às hostilidades sofridas na nova sociedade levam o próprio imigrante a convencer a si mesmo de que sua condição é provisória. A sociedade de imigração só trata esse imigrante como definitivo quando encontra nisso algum interesse. Foi questionado se a ação reivindicatória dos imigrantes tem poder de modificar essas relações desiguais, muitas vezes reforçadas pelas políticas migratórias. Dessa forma, a partir do diálogo entre os imigrantes e o governo provincial, foi possível analisar até que ponto as reivindicações dessas famílias geraram incomodo ao governo, fazendo com que esse respondesse de forma negativa.

Ao longo da pesquisa foram exploradas diferentes trajetórias dos colonos envolvidos, alguns desde o momento em que deixaram o território francês até chegarem às terras destinadas à construção da colônia. Ainda que tenham realizado a mesma travessia e passado pelas mesmas dificuldades com relação ao governo provincial, cada indivíduo reagiu de forma diversa, daí a importância dada em apresentar diversas fontes que priorizassem histórias individuais. A diversidade de experiências conduz a uma visão menos generalista sobre o tema, buscando evitar que a pesquisa esbarrasse em categorias essencialistas. Candau em *Memória e*

Identidade argumenta que o conceito de identidade não deve ser utilizado de maneira generalizada de forma a supor que todos os membros de um grupo compartilham da mesma identidade. Candau nos conduz a estudar as identidades individuais, pois segundo ele, cada indivíduo deve ter suas experiências singulares valorizadas. O estudioso argumenta que é preciso explorar histórias individuais – muitas vezes ocultas, em que podem ser encontrados detalhes que muitas vezes estudos estatísticos não seriam capazes de captar.

A partir de tais objetivos sintetizados acima é possível visualizar que esta dissertação divide-se em duas etapas: compreender o que ocorria no país de origem desses imigrantes, que no caso envolve dois contextos – o francês e o argelino, para então entender como ocorreu o processo de imigração para o Brasil. Tendo em vista que tal transição não foi apenas geográfica, mas também cultural, foi preciso destacar as congruências entre a cultura francesa e a imagem da nova nação que se queria construir no Brasil. Para tal, a presente dissertação organiza-se em três capítulos.

O primeiro capítulo “Os franceses também emigram” tem por objetivo discutir as lacunas historiográficas sobre a imigração francesa, buscando as causas dessa escassez de estudos tanto no Brasil quanto na França.

Em seguida serão explorados os fatores de expulsão e atração que levaram milhares de franceses a deixarem sua terra natal e partirem entre idas e vindas para a Argélia e posteriormente para o Brasil. Para tal foram ordenados dois subcapítulos contendo informações sobre o contexto conflituoso da França e da Argélia ao longo do século XIX.

Por fim, para entender por que o Brasil foi a escolha dessas famílias será revisitado o contexto da formação das colônias imigrantes, explorando a propaganda sobre o Brasil e a política imigratória que prometia, entre diversas outras vantagens, a garantia de auxílio desde a saída da Europa para as famílias dispostas a trabalhar na produção agrícola.

O segundo capítulo “Da França para o Brasil, do Brasil para a França” tem por objetivo demonstrar até que ponto o ideal de cultura exaltado pela França teve influência no Brasil, e consequentemente no tratamento que foi dado ao imigrante francês tanto do meio urbano quanto aqueles que viviam em colônias agrícolas.

Para embasamento dessa exposição foi realizada uma breve contextualização sobre o processo de construção dos conceitos de civilização e cultura no contexto europeu, partindo da visão de Raymond Williams (2007) que entende que tais palavras devem ser analisadas em seu contexto histórico, uma vez que mudaram de sentido a partir de seus usos e objetivos. A palavra “cultura”, estudada por Elias (1994), surgiu no contexto francês e expandiu-se para a corte alemã, porém com outro significado. No caso da França o termo surgiu a partir dos ideais de corte cujos valores eram mensurados pelo comportamento *cultivé*, excluindo desse meio os menos favorecidos.

A partir dos estudos de Certeau (2005) foi possível analisar as inúmeras políticas desenvolvidas pelo governo francês para excluir as tradições culturais da imagem de cultura francesa que se buscava construir. Criou-se, portanto, um modelo cultural baseado na conduta da elite o que culminou na ideia de cultura francesa como algo relacionado ao requinte e à intelectualidade.

Tal modelo foi exportado para as colônias francesas e para diversos países onde livros, intelectuais ou mesmo através da comercialização de objetos de luxo contribuíam para a construção dessa imagem de superioridade francesa. A partir desse quadro será apresentado como esses ideais foram absorvidos no Brasil a ponto de muitos intelectuais brasileiros embasarem seus escritos em autores franceses, e de grande parte da população consumir “artigos de Paris”, considerando-os artigos de grande valor.

Em seguida foram selecionados alguns textos escritos por franceses ao longo do século XIX sobre o Brasil como forma de entender as relações criadas entre os dois países, buscando entender o posicionamento de intelectuais franceses sobre a imigração para o Brasil. Como fonte principal para analisar tais posicionamentos foi utilizada a citada *Revue des Deux Mondes* que serviu de palco para diversos franceses discutirem sobre a imigração para a América. Abordava-se sobre as condições que seriam encontradas pelos imigrantes nesses países, e no caso do Brasil é possível encontrar textos de viajantes como Saint-Hilaire, naturalistas e economistas que estiveram no país explorando aspectos sobre a receptividade do povo e condições de trabalho e moradia. Tais artigos nem sempre demonstram apoio à emigração, grande parte em razão da composição da população brasileira. Tal visão de tom racista também pode ser identificada nos escritos de Arthur de

Gobineau que na posição de Ministro da França junto à Corte de D. Pedro II durante abril de 1869 a maio de 1870, escreveu críticas ao Brasil que se baseavam em argumentos que relacionavam a moral com a composição da população.

A partir desse quadro foi possível entender até que ponto havia interesse por parte de intelectuais e agentes do governo pela emigração para o Brasil em comparação com a intensa propaganda realizada por agentes de imigração, políticos e intelectuais brasileiros para atrair esses imigrantes.

Ao longo do terceiro capítulo, “A colônia Argelina”, foram traçadas diversas facetas dessa cultura francesa com o fim de ser entendida como “cultura francesa imigrante”, uma vez que trataremos de sujeitos em trânsito que, descolados de suas origens, acabaram por construir novas experiências em territórios coloniais.

Inicialmente foram traçados os trajetos percorridos por esses imigrantes que envolviam uma jornada não linear entre França-Argélia-Brasil, para então entender como foi o processo de chegada e adaptação das primeiras famílias no espaço destinado à fundação da colônia.

Em seguida, foi discutido sobre o caráter misto dessa colônia, pois depois da chegada das primeiras famílias de franceses vindos da Argélia, passaram também a habitar famílias alemãs, italianas e suíças. As principais fontes para entender o cotidiano dessas famílias são os abaixo-assinados que envolvem os desejos em comum de diversos imigrantes de diferentes origens, e as notícias sobre crimes, vendas e uniões que ocorriam na colônia e eram divulgados através do jornal *Dezenove de Dezembro*. Dessa forma, mesmo em uma colônia de poucos habitantes há diferenças culturais diversas, o que gerou relações de interdependência e também de conflitos territoriais.

Em seguida foi analisado a relação entre os colonos e o governo provincial. Foi possível observar que as cartas e os abaixo-assinados enviados pelos colonos em busca de seus direitos tiveram respostas negativas por parte do governo que passou a estigmatizá-los. Dessa forma, foram pontuadas diferentes fases desse diálogo entre os imigrantes e governo, demonstrando a forma pela qual esses indivíduos construíram processos de identificação a partir desse conflito, e tentando problematizar a partir de que momento esses indivíduos deixaram de ser considerados como imigrantes desejáveis pelo governo brasileiro, a despeito da cultura francesa ser admirada pelas elites locais.

Nota-se que para as elites as concessões garantidas aos colonos eram vistas como um "favor", no entanto, como ressaltou Lamb (1994), tal sentido paternalista não teve aceitação plena junto aos grupos populares, é possível analisar suas petições que citavam leis e seu árduo trabalho na lavoura como argumentos que demonstravam seu conhecimento sobre seus direitos mínimos diante do que lhes havia sido prometido. Tais situações conflituosas auxiliam no entendimento desses imigrantes como uma comunidade consciente de suas ações e de sua posição com relação ao governo.

Nos últimos anos de existência da colônia foi possível identificar estratégias realizadas por esses colonos além do plano discursivo. Diversas famílias passaram a negociar os terrenos e ferramentas com outros colonos ou nacionais sem consentimento do governo. Tais ações foram identificadas a partir dos relatórios escritos por agentes do governo que, indignados com a situação, denunciavam tais ações ao governo provincial. O fim da colônia Argelina foi, portanto, marcado pela evasão em massa dos colonos que não viam outra saída para sobreviver em decorrência da pobreza do solo e da situação de desassistência com a qual se depararam desde a chegada ao Brasil.

A história dos grupos populares vem tomando grande espaço nas discussões historiográficas das últimas décadas, o universo de conflito que perpassa a vida desses grupos vem sendo cada vez mais explorado, valorizando-se histórias individuais a partir do resgate de vozes de sujeitos muitas vezes silenciados por narrativas tradicionais. Neste sentido, frente a diversas experiências que o contato cultural entre imigrantes e nacionais e frente à nova dinâmica social que se criou em território paranaense, esta pesquisa pode contribuir para um novo olhar sobre a história dos imigrantes, de forma a compreender seus anseios pessoais, mas também demonstrar sua ação política frente às normas que lhes eram impostas.

2 OS FRANCESES TAMBÉM EMIGRAM

São recentes os estudos que abordam o tema da emigração francesa ao longo do século XIX. Esse grupo é constantemente citado por sua presença no período colonial, com destaque às chamadas Invasões Francesas na costa brasileira e a Missão Artística Francesa promovida por D. João VI em 1816. Além disso, são muitos os autores que ao estudar a história cultural do Brasil oitocentista exaltam o peso da cultura francesa na formação das elites brasileiras. No entanto, poucos são os trabalhos que enfocam os franceses dentro do contexto das grandes imigrações. Apesar de esse grupo ser referido em textos que abordam os fluxos imigratórios para o Brasil, apenas são fornecidos o número de indivíduos que saíram da França e dos que chegaram à América e mais especificamente ao Rio de Janeiro e ao sul do Brasil. São trabalhos, em sua maioria, pertencentes aos estudos demográficos ou que resumem a formação da população brasileira⁴.

A explicação para tal lacuna está na recorrência da teoria de que no nosso país não havia ocorrido um movimento significativo de imigrantes franceses, pois estes não teriam razões para deixar a França já que a população daquele país era estacionária e a divisão da propriedade mantinha uma grande quantidade de pequenos proprietários rurais (VIDAL; LUCA, 2009). Tal visão foi por vezes reforçada através da historiografia francesa sobre o tema, a exemplo dos escritos de Louis Chevalier (1947), historiador que defendia que esse deslocamento era apenas inspirado por aventuras individuais, obliterando uma visão em termos globais sobre o tema. Como bem analisou Otero (2012, p.16), “Para a década de 1980, a história

⁴ Exemplos desses textos são: MARTINS, Romário. **Quantos somos e quem somos**: dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1941; MARTINS, Romário. **Terra e gente do Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.; NADALIN, Sérgio O. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001.

social da imigração – ou seja, a análise de seu fluxo, suas causas, seus mecanismos e consequências como algo mais complexo e substantivo do que uma inapreensível e anedótica soma de histórias individuais – era ainda um ‘parente pobre dos estudos franceses’. Apenas com o desenvolvimento de trabalhos de escala local que estudaram casos específicos sobre as regiões de maior foco de expulsão que aos poucos foi possível desenvolver essa visão global através da conexão entre tais estudos, problematizando a historiografia até então produzida.

É evidente que a imigração francesa, quando comparada com a de outros países europeus do período, caracterizou-se como minoritária. Em estreita relação com esse ponto está o fato da França ter apresentado uma queda precoce da fecundidade, fazendo com que sua população não inflasse a ponto de precisar canalizá-la para outras regiões, o que por muito tempo foi visto como indício de que o país não era característico de emigração, mas ao contrário, um local de recepção de imigrantes. Otero (2000) interpreta tais dados como “o excepcionalismo francês”, uma vez que, diferente das outras nações europeias, apresentava-se como um sistema de baixa pressão demográfica.

Outro fator que pode explicar tal escassez de estudos é o fato das mais volumosas emigrações políticas terem ocorrido em 1685 (com a saída de meio milhão de huguenotes devido à revogação do Édito de Nantes por Luis XIV⁵) e em 1789 (com a fuga de trezentos mil nobres após a Revolução entre 1789 e 1795)⁶, a imigração durante a segunda metade do século XIX, de baixa intensidade, tendeu a ser vista como de menor importância pelos pesquisadores em geral (OTERO, 2012).

Na visão de Lessa e Suppo (2009) essa questão pode ser explicada pelo fato da França não possuir uma tradição de emigração como os outros países europeus, tornando plausível explicar essa emigração através de “ondas” que se deram de acordo com as crises políticas e econômicas em contextos específicos. Além disso, os autores reiteram o argumento de Otero de que não houve expansão demográfica francesa no século XIX e XX, o que curiosamente pode ser visualizado através das

⁵ O Édito de Nantes (1598) significou a garantia de liberdade de consciência, igualdade política e relativa liberdade de culto aos protestantes. Tais medidas tomadas por Henrique IV visavam pôr fim às guerras religiosas entre católicos e protestantes em território francês.

⁶ Em sua tese sobre a imigração de franceses para Portugal durante a Revolução Francesa, o historiador Castelo Branco Chaves descreve a trajetória de alguns nobres que deixaram suas posses na França, de maneira forçada ou espontânea, em razão da revolução que colocaria fim à monarquia francesa. O autor relata que em 1789 os primeiros a emigrar tiveram suas vidas ameaçadas em uma lista que prometia recompensa a quem entregasse suas cabeças (CHAVES, 1984, p. 9).

proibições efetuadas pelo governo francês sobre a emigração. Entre 1856 e 1857 o Estado francês proibiu o recrutamento e o transporte de colonos franceses ao Paraguai, Virgínia (Estados Unidos) e República Dominicana. Entre 1875 e 1883, proíbe a emigração ao Brasil e à Venezuela. E em 1891 foram proibidas as saídas ao México, Canadá e novamente o Brasil. Tal contensão foi oficialmente justificada pelas nações europeias como uma medida contra os maus tratos sofridos pelos imigrantes tanto no deslocamento quanto nos países de acolhimento, nos quais eram frequentemente mal assistidos pelos governos. No entanto, há a suspeita de que a proibição efetuada pela França foi empreendida devido à preocupação com a decrescente curva demográfica do país e a necessidade de estimular e orientar a emigração para os domínios coloniais da Terceira República (LESSA; SUPPO, 2009, p.89). O país orientou fluxos migratórios para colônias como a Argélia, território que em menos de 15 anos de ocupação francesa já abrigava 225 mil colonos. “Essa emigração maciça, que concerne também às ilhas das Antilhas, contribuiu para esmaecer o fluxo em direção ao Novo Mundo” (VIDAL; LUCA; 2009, p.16), constituindo-se mais um fator explicativo para o fato da França não ser uma região de forte emigração para a América se comparado a outros países europeus como Portugal, Itália, Espanha e Alemanha, por exemplo.

Dessa forma, apesar de um movimento em menor escala se comparado a outras nações europeias, a emigração francesa no século XIX representou um fenômeno real que se estendeu para além desse período, alcançando em torno de 231.500 o número de pessoas que deixaram o território francês em viagens ultramarinas entre 1851 e 1920 (OTERO, 2000).

Como defende Franzina (2006), é preciso estudar os fatores de expulsão e atração envolvidos no fenômeno migratório. O autor ressalta que esses estudos não podem entender o fenômeno do êxodo em massa como uma “válvula de escape” e o efeito natural de uma crescente pressão demográfica na Europa, uma vez que, segundo o autor, esse tipo de interpretação leva o leitor a concluir que a emigração era apenas uma característica decorrente de um aumento demográfico o que, como visto acima, não foi o caso da França cujo crescimento vegetativo não sofreu, em geral, um aumento significativo. Assim, ao analisar aqueles que decidiram emigrar, é preciso entender os fatores que motivaram essa escolha. Antes de mais nada, necessita-se estudar o quadro francês desse período a fim de que se possam criar

hipóteses para entender o que teria levado esses sujeitos emigrantes/ imigrantes a deixarem tudo o que tinham para se deslocarem para países conhecidos, influenciados apenas por notícias publicadas em jornais ou relatos de outros compatriotas.

Para que seja possível entender os grupos migratórios serão abordadas questões sobre as políticas do Estado francês e as relações diplomáticas e de caráter comercial entre os países de origem e de destino desses sujeitos. Não se trata de remontar o contexto da França oitocentista, sobre o qual existe uma vasta historiografia, mas entender os conflitos diretamente ligados com a decisão de partir, buscando abrir o debate para as novas relações sociais que resultaram desse movimento em especial para o Brasil.

2.1 A DECISÃO DE PARTIR

Otero (2012) analisa a decisão de partir como uma ação de difícil execução, o autor critica os estudos que interpretam tais movimentos como se houvesse plena liberdade de escolha em um contexto de tranquilidade. O processo de emigração, segundo ele, envolve fatores que impactam a vida dos sujeitos a ponto da partida da terra natal ser por muitas vezes a última chance de sobreviver em meio a inúmeras alternativas fracassadas. Como afirmou Prat Carós (2007, p.47), “[...] quem pensa que vive satisfatoriamente não emigra e sim o faz aquele que pensa que pode viver melhor”⁷.

Há fatores de expulsão como as perseguições religiosas, conflitos políticos e o mais comum que são os fatores econômicos. “Por que pessoas emigravam? Sobretudo por razões econômicas, quer dizer, porque eram pobres. Apesar das perseguições políticas depois de 1848, refugiados políticos ou ideológicos formavam apenas uma pequena fração da emigração de massa [...]” (HOBSBAWM, p.209).

Embora a grande parte da historiografia descreva os franceses como imigrantes provenientes de uma classe mais abastada e detentora de mão de obra qualificada⁸, as fontes apontam para outra direção, demonstrando que muitas

⁷ “[...] quien vive satisfatoriamente no emigra y sí lo hace quien piensa que puede vivir mejor” [Tradução nossa].

⁸ Esse tema será devidamente explorado ao longo do segundo capítulo.

famílias sofreram pressões econômicas e políticas ao longo do século XIX e tais conflitos as teriam levado a emigrar. A primeira onda emigratória ocorreu durante o governo de Luís Felipe – rei que detinha o poder da França desde a Revolução Liberal de 1830 e passou a ser constantemente criticado devido a dificuldades econômicas que afligiam a população.

Com a proibição dos banquetes organizados para discutir reformas somado a pouca ampliação do direito ao voto, os alardes de corrupção e a censura da imprensa, criou-se um contexto de reivindicação popular deflagrando-se a Revolução de 1848, período conhecido como Primavera dos Povos. Como afirmou Hobsbawm (1982, p.18), “atrás dos ideólogos políticos burgueses estavam as massas, prontas para transformar revoluções moderadamente liberais em revoluções sociais”.

Com o fechamento dos Ateliês Nacionais em junho de 1848, ocorreram inúmeras reivindicações, porém, houve violenta repressão comandada pelo então ministro da guerra Èugene Cavaignac de modo a isolá-los não permitindo que expandissem ideias revolucionárias: “Mais de três mil revoltosos foram massacrados pelos soldados e onze mil presos estavam à espera de deportação para a Argélia” (BIVAR, 2008, p. 43), outros cinco mil foram enviados à Califórnia. Essa deportação era uma forma de isolar esses indivíduos que não concordavam com a República os quais eram considerados uma classe perigosa (OTERO, 2012).

A primeira reação conservadora à eleição de abril com sufrágio universal foi o envio a Paris de inúmeros conservadores eleitos pelo voto de camponeses com pouco saber político o que dificultava as ações populares. Em menos de dezoito meses o triunfo do movimento foi então reprimido, todos os regimes que derrubara foram restaurados, com exceção da República Francesa. Com a maioria esmagadora de votos – 5,5 milhões em 7,4 milhões de votos – Luís Napoleão, sobrinho de Napoleão Bonaparte, assumiu o poder.

Inicialmente o governante não assumiu nem a figura de revolucionário nem de conservador. De acordo com Hobsbawm (1982, p.41) sua vitória foi devido a seu *slogan* ter atingido popularidade entre os camponeses:

“Abaixo as taxas, abaixo os ricos, abaixo a república, viva o imperador”; em outras palavras, como Marx analisou, os trabalhadores votaram nele contra a república dos ricos, pois na percepção deles Luís Napoleão significava “a

deposição de Cavaignac (que havia derrotado a insurreição de junho), a demissão do republicanismo burguês, a recuperação da vitória de junho”, e a pequena-burguesia, porque ele parecia não alinhar-se com a grande burguesia.

A persistência da crise econômica causava pânico entre os camponeses que se viam ainda mais desamparados com as contínuas expropriações forçadas que ocorriam nos campos. Sua única esperança era de que a “república social” restringisse a concentração de terras nas mãos da aristocracia tradicional (BIVAR, 2008).

No entanto, as dificuldades que envolviam os menos favorecidos acabaram não aparecendo como prioridade em sua pauta de governo. Napoleão não se mostrou fiel à revolução que lhe deu existência e novas reivindicações populares continuaram a ser violentamente reprimidas. Como concluiu Hobsbawm (1982, p.31):

Todas estas revoluções têm algo mais em comum, que contribuiu largamente para o seu fracasso. Elas foram, de fato ou enquanto antecipação imediata, revoluções sociais dos trabalhadores pobres. Portanto, elas assustaram os moderados liberais a quem elas mesmas deram poder e proeminência – e mesmo alguns dos políticos mais radicais –, pelo menos tanto quanto os conservadores que apoiavam os antigos regimes.

Tal quadro que se agravou em 1851, quando o governante alterou seu *status* político e passou a se intitular Napoleão III. Ao reforçar a censura da imprensa, fez com que muitos jornalistas fossem presos ou exilados na Argélia, local não tão longínquo se comparado aos futuros locais de deportação – as colônias na Nova-Caledônia e Guiana. Os anos que se estenderam após essa revolução até meados de 1870 foram cercados de guerras⁹.

É possível analisar o contexto como um momento de abertura para movimentos de reivindicação de caráter popular, demonstrando que a população francesa estava sofrendo com as reformas políticas de cujas decisões eram alienados. Tais problemas de caráter político representam uma fração dos fatores que originaram o desejo de alguns indivíduos de deixarem a França em busca de maior estabilidade. Apesar de não representar um problema exclusivo do contexto

⁹ Hobsbawm afirma que houve mais guerras nesse período do que nos trinta anos anteriores e do que nos quarenta anos posteriores.

francês, a questão da pobreza deve ser igualmente considerada quando se propõe elencar os motivos pelos quais houve emigração francesa durante o século XIX.

Não se pode negar a expansão econômica ocorrida após 1848, o liberalismo econômico se expandia entre os diferentes setores econômicos, em especial o industrial que se desenvolvia rapidamente. No entanto, o governo de Napoleão III não buscava solucionar a situação de mendicância em que o povo vivia, pelo contrário, até mesmo a falta de trabalho era motivo de repressão. O indivíduo que andarilhasse e pedisse esmolas pelas ruas era visto como um perigo social. Bivar (2008, p.50) explica que “até 1863, bastava que estivessem sem dinheiro nos bolsos para serem levados à prisão, qualificados como vagabundos ou mendigos”. A Comuna de Paris (1871), insurreição popular contrária às reformas urbanas empreendidas por Haussman, denunciou a situação de exclusão à qual foram submetidos os trabalhadores do centro urbano.

O governo instaurado pelo movimento foi breve – com duração de menos de dois meses. Porém, como afirmou Hobsbawm (1982, p.180), a duração não caracteriza seu impacto político: “Se não chegou a ameaçar seriamente a ordem burguesa, pelo menos aterrorizou a todos pela sua mera existência”, pois foi de fato uma insurreição operária¹⁰. Os dois meses da Comuna foram repletos de conflitos sangrentos contra o exército de Versalhes (onde estava localizado o governo nacional) levando a execução de muitos *comunardos*¹¹, mais de 43 mil foram feitos prisioneiros, 10 mil foram sentenciados, dos quais pelo menos metade foi enviada para o exílio penal na Nova Caledônia, e o restante para a prisão (HOBBSAWM, 1982, p.182). Mais uma vez os trabalhadores se viram desamparados o que fez com que o fluxo migratório passasse de 7.898 em 1869 para 4.600 em 1870, 5.947 em 1871 e 15.829 em 1872 (OTERO, 2012, p.49).

Esse contexto de guerras também foi responsável por afastar muitos jovens do país que buscavam evitar o serviço militar, pois este implicava muitas vezes em uma prolongada separação da família, perda ainda que temporária de salário, perda de um braço trabalhador na família, vida rígida do quartel, além do constante perigo vivido nas guerras coloniais.

¹⁰ Dos 36 mil participantes da Comuna de Paris pode-se dividi-los entre: 8% de trabalhadores de colarinho branco, 7% de funcionários, 10% de pequenos lojistas e o restante são operários (da construção civil, metalurgia, carpintaria, artigos de luxo, impressão, tecidos e sapateiros).

¹¹ As estimativas variam entre vinte mil e cem mil mortos (OTERO, 2012).

Como bem colocou Bresciani (1982), a França no século XIX era o espetáculo da pobreza: “os trabalhadores franceses são tão miseráveis que nas províncias onde a indústria é maior, os homens nas suas cabanas de terra não possuem nem mesmo um leito” (CHEVALIER, 1978, p. 232 apud BRESCIANI, 1982, p.51). A autora explica que para o francês da época pouca diferença havia entre o trabalhador, o pobre e o criminoso, todos viviam em uma mesma condição degradante.

Como abordado, grande parte dessa carestia era decorrente da situação política que constituía um impasse ao desenvolvimento das classes menos abastadas, a exclusão social dos miseráveis fazia parte da lei, mas também da moral da elite “por só possuírem a propriedade do seu corpo, todos os homens dessa classe estão obrigados a trabalhar; a vadiagem e o desemprego não têm, nessa sociedade, justificativa econômica, mas deve-se à degradação moral” (BRESCIANI, 1982, p. 85).

Tais problemas não eram exclusivos do meio urbano que se industrializava lentamente. Na França ainda predominavam as atividades rurais. Enquanto na Inglaterra de 1850 mais de 50% da população concentrava-se nas cidades, na França era 75% a porcentagem dos que se concentravam no campo dedicando-se à agricultura¹² (BRESCIANI, 1982). A população do campo sofria com a dificuldade de acesso a novas formas de tecnologia, além de problemas com o relevo acentuado, os invernos rigorosos e as ondas de pragas que assolavam as lavouras:

Nos campos a disparidade pautava entre uma minoria de privilegiados e uma massa de cultivadores, pequenos proprietários, jornaleiros e assalariados, os quais frequentemente encontravam-se em condições de vida miseráveis. Tal desigualdade também pode ser observada na posse de terras. Em 1860, 3.3 milhões de camponeses exploravam suas próprias terras, enquanto que mais de 4.2 milhões eram assalariados e 3 milhões não possuíam propriedade alguma. Em realidade, o cotidiano da sociedade rural evidenciava, ao contrário do progresso exaltado pela propaganda bonapartista, um universo de subconsumo e pobreza (BÍVAR, 2008, p. 45).

De acordo com Silva (2001), no final dos anos 1840 a França já vinha sofrendo abalos no setor empregatício o que foi agravado pelos resultados negativos da produtividade das colheitas. Esse quadro se agravou ainda mais com a crise da videira (1853-1858), momento em que as plantações foram danificadas pelo fungo

¹² Em 1871 essa quantidade vai para 69% de franceses no campo, contra 25% de ingleses.

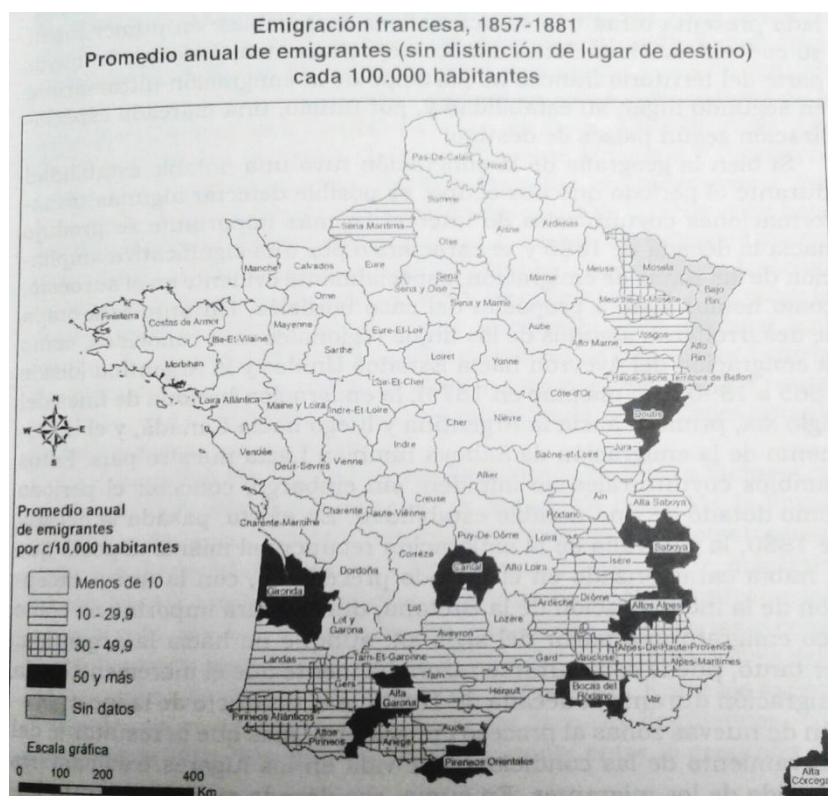
oídio, causando alta dos preços dos cereais. Entre 1851-1860 a taxa de emigração (25.100 emigrantes) foi mais numerosa que entre o período de 1861-1870 (17.700 emigrantes), o que, segundo Mialhe (2009), pode ser explicado em razão de tais más colheitas e da epidemia de cólera dos anos 1853 a 1855.

As pragas arrasavam a produção, desvalorizando o valor comercial da terra (OTERO, 2000). Os pequenos e médios agricultores acabavam empobrecendo e eram obrigados a vender suas propriedades, em alguns casos buscavam trabalho temporário nas cidades e em última instância optavam pela emigração além-mar (BETEMPS, 2009). O maior fluxo de emigrantes franceses no século XIX ocorreu entre 1881-1890 (47.200 indivíduos), o que pode ser explicado em razão de tais crises que arruinavam a produção agrícola francesa¹³ (MIALHE, 2009).

Ao fazer uma análise do ponto de vista espacial, Otero (2000) define quatro principais regiões de saída ultramarina de franceses: a região dos Pirineus (base da imigração anterior a 1880 para a América do Sul), a bacia do Garona e Ródano na região dos Alpes, a região da bacia do Reno e Mosela na região da Alsácia-Lorena e ao norte a bacia de Paris e o departamento do Sena Marítimo. Com exceção destas duas últimas regiões, é possível concluir que a emigração francesa foi de caráter “periférico” ou “fronteiriço”. Muitas dessas regiões, como os Pirineus, a Provença e a Alsácia-Lorena são regiões que foram marcadas por conflitos de fronteiras. As proximidades de Paris e as cidades portuárias de Marselha, Havre e Bordéus eram locais de destino das migrações internas, tornando-se geralmente a última opção antes da emigração para o ultramar, o que explica a elevada taxa de emigração da região do Sena.

FIGURA 1 – EMIGRAÇÃO FRANCESA, 1857-1881

¹³ A praga mais devastadora foi a da filorexia (1870-1890) que afetou regiões como o Languedoc, o País Basco e o Aveyron.



FONTE: OTERO, 2012. p.33

É possível visualizar que além do caráter periférico, há uma concentração de emigração em determinados departamentos, ou seja, a maior parte do território francês não participou desse deslocamento. Entre as regiões envolvidas, nota-se uma marcada especialização dos portos segundo os destinos migratórios. O de Baiona foi lugar de saída de bascos com direção à América; enquanto que o porto de Marselha dirigiu imigrantes principalmente para a colônia francesa na Argélia. Os portos de Havre e Bordéus possuíam a tradição de contatos comerciais com a América do Norte e do Sul respectivamente. Além disso, dada a menor quantia de imigrantes franceses se comparado com outras nações, a maior parte dos emigrantes saídos dos portos da França não haviam saído desse país, mas sim da Espanha, Itália e Alemanha.

[...] existiu uma divisão quase perfeita entre a França do oeste que se dirigiu à América do sul, sobretudo ao Rio da Prata, e a França do leste que emigrou em direção à América do Norte. A separação de ambas as regiões pode ser marcada por uma linha oblíqua que, grosso modo, unia os portos do Havre e de Marselha (OTERO, 2012, p.35)¹⁴.

¹⁴ “[...] existió una división casi perfecta entre la Francia del oeste que se dirigió a América del Sur, sobre todo al Río de la Plata, y la Francia del este que emigró hacia América del Norte. La separación

Além de tais fronteiras geográficas é preciso levar em conta fatores culturais. Por ser mais germanizada e com forte presença do protestantismo, a França do leste enviou mais emigrantes para a América do Norte, enquanto que a França do sudoeste enviou para a América do Sul, em especial por seu caráter mais latino e católico, além da tradição comercial de origem colonial.

A composição desse grupo foi marcada pela predominância de homens, o que é um ponto em comum com os demais grupos imigrantes europeus do período. No entanto, isso não indica que não houve uma emigração familiar, pois se deve levar em conta que normalmente ocorria o reagrupamento das esposas e irmãos dos homens que emigravam antes a fim de conhecer a região. Dessa forma, esse quadro foi se modificando progressivamente, de modo que a partir de 1880 pode-se observar uma diminuição da taxa de masculinidade, o incremento da emigração familiar e o envelhecimento do fluxo.

Outro fator importante que levou muitos franceses a deixarem o país foi a questão da redefinição de fronteiras. Em 1860, o país incorporou outros territórios resultando na criação de novos departamentos¹⁵. A região do país basco francês, por exemplo, foi disputada primeiramente na Revolução de 1789 e em seguida com as guerras com a Espanha durante a invasão napoleônica. Criou-se uma fronteira com a Espanha, reduzindo as relações comerciais entre os dois países, o que causou desconforto a alguns cidadãos que dependiam dessa renda.

Outra grande perda, mais traumática do que a primeira, foi a perda do Alto e Baixo Rhin e de Mosella em razão da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871):

A ocupação de 1870-1871 teve um claro impacto sobre a emigração da Alsácia-Lorena uma vez que provocou a saída daqueles que não queriam pertencer à Alemanha vitoriosa. O movimento se dirigiu sobretudo aos Estados Unidos, Brasil e Argélia, colônia que recebeu onze mil emigrados dessa origem em 1871 (OTERO, 2012, p.47)¹⁶.

de ambas regiones puede ser fijada por una línea oblicua que, grosso modo, unía a los puertos de El Havre y Marsella” [Tradução nossa].

¹⁵ Meurthe-et-Moselle, Alpes Marítimos, Saboya e Alta Saboya.

¹⁶ “La ocupación de 1870-1871 tuvo un claro impacto sobre la emigración de Alsacia-Lorena ya que provocó la salida de aquellos que no querían pertenecer a la Alemania victoriosa. El movimiento se dirigió sobre todo hacia Estados Unidos, Brasil y Argelia, colonia que recibió once mil emigrados de ese origen em 1871” [Tradução da autora].

A região ficou atribulada em razão da rivalidade franco-alemã, fazendo com que muitas famílias optassem pela migração como solução imediata. No entanto, essa emigração não ocorreu apenas após a guerra, ela vinha se constituindo como um fenômeno desde a década de 1830 e logo se tornou um movimento de massas, totalizando aproximadamente 45.000 emigrados. Tal movimento foi iniciado pela situação de penúria em que vivia a população local, dessa forma, durante a década de 1870 ainda que o deslocamento não tenha tido como causa principal a miséria, 58% dos emigrantes eram muito pobres.

Otero (2012) argumenta que tais modificações dos limites territoriais criaram espaços de tradição migratória, pois as fronteiras representavam locais mais afastados do poder central republicano, resultando em locais com menores benefícios do que os que faziam parte da centralidade da comunidade nacional, uma espécie de fronteira cultural era criada. As fronteiras significavam lugares de tensão entre o Estado centralizado e a população local.

Em um primeiro momento o Estado francês não avaliou esse movimento exterior da população como algo negativo, havia certa indiferença frente à escassa influência quantitativa do fenômeno, além da busca por manter as concepções liberais da Revolução francesa que se mostraram contrárias às proibições absolutistas que limitavam os movimentos internacionais e domésticos. No entanto o Estado francês se mostrava preocupado com as condições desses sujeitos emigrantes, Napoleão III promulgou decretos relativos ao tema, priorizando as obrigações de emigrantes europeus embarcados em portos franceses e as condições a que eram submetidos pelas companhias de transporte, recrutadores e política de emigração.

Os estrangeiros que entravam na França deveriam possuir uma soma de dinheiro e valores que variavam segundo a idade e a origem do imigrante. As companhias de transporte e as agências recrutadoras necessitavam de autorização do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; um seguro pago ao Estado; além de subvencionar a documentação necessária dos emigrantes. Também foi proibido transportar passageiros com doenças graves e contagiosas, demonstrando a atenção do Estado francês às políticas norte-americanas.

O cuidado também se estendeu às condições de transporte, os decretos fixaram o espaço mínimo para cada emigrante: 1,33 a 2,04 metros quadrados para

cada passageiro maior de um ano; as condições de ventilação; o que poderia ser levado de carga, proibindo o transporte de mercadorias perigosas e insalubres; delimitou-se o mínimo de provisões de alimentos e água em função da máxima duração possível da viagem¹⁷; foram listados os utensílios básicos de cozinha; o tamanho das camas; como deveria ser feita a desinfecção de roupas e lençóis; a delimitação de lugares de recreação; além da obrigatoriedade do navio contar com botes extras suficientes para a quantidade de passageiros a bordo (OTERO, 2012).

Para verificar se tais medidas estavam sendo cumpridas, foram estabelecidos comissários especiais em portos de maior fluxo.

Visando evitar os frequentes abusos que padeciam os emigrantes, foram criadas oficinas de informação que, dirigidas pelos comissários de emigração, deviam divulgar gratuitamente notícias fidedignas sobre a viagem através da França, a estadia em terra e, ponto essencial, as cláusulas dos contratos de embarque. Além de velar pelo cumprimento geral do decreto, os comissários de emigração foram encarregados de verificar os arranjos para o transporte de emigrantes e as provisões disponíveis [...] (OTERO, 2012, p.62)¹⁸.

É possível entender que tais medidas do decreto de 1855 foram um reflexo dos desmandos que ocorriam no recrutamento e transporte desses emigrantes, no entanto, também significavam o interesse em obter lucro atraindo um maior número de emigrantes europeus (alemães, italianos, espanhóis,...) a seus portos com destinos ultramarinos. Ou seja, o Estado francês realizou uma política protetora dos direitos dos migrantes sem distinção de nacionalidade em vistas de seus interesses comerciais.

Diferente de outras nações europeias, muitos dirigentes franceses relativizavam as vantagens da imigração. Havia consenso sobre o tema quando se buscava um “corretivo” para a população excessiva, e uma forma de aliviar a miséria e de desenvolver o comércio com regiões distantes, mas por outro lado também significava a perda de mão de obra e de recursos militares. Criam-se então leis explícitas para proibição da emigração. A primeira medida foi dificultar a obtenção de passaporte. Algumas prefeituras chegaram ao extremo de negar a emissão do

¹⁷ Para se ter uma noção da distância, a viagem da França até o Prata durava cerca de 80 dias.

¹⁸ “Con el fin de evitar los frequentes abusos que padecían los emigrantes, se dispuso la creación de oficinas de información que, dirigidas por los comissários de emigración, debían suministrar gratuitamente noticias fidedignas sobre el viaje a través de Francia, la estadia en tierra y, punto esencial, las cláusulas de los contratos de embarque. Además de velar por el cumplimiento general del decreto, los comissarios de emigración fueron encargados de verificar los arreglos para el transporte de emigrantes y las provisiones disponibles [...]” [Tradução da autora].

documento, prática que era totalmente desautorizada pelo Estado francês, uma vez que tal medida ia de encontro ao direito da livre mobilidade. Outra medida tomada por autoridades locais foi difundir propagandas dissuasivas nos jornais das províncias de maior emigração, no entanto, como tais anúncios não eram oficiais, inúmeros protestos surgiram por parte dos países receptores.

A responsabilidade sobre o fenômeno deslocava-se para fora dos domínios franceses. O caminho escolhido pelo Ministério do Interior de forma a não criar conflitos com os demais Estados – uma vez que muitos deles eram parceiros comerciais - era coibir a influência dos recrutadores e da propaganda estrangeira.

Além disso havia dirigentes do próprio Estado Francês que defendiam a emigração, em especial por seus resultados para a economia do país “[...] não há dúvida que, ao menos em nível nacional, existiu um consenso bastante marcado a favor da emigração” (OTERO, 2012, p.75)¹⁹. Tal opinião era decorrente do pensamento liberal ao qual a imigração representava um direito individual e uma estratégia dentro do mercado de trabalho que mantinha o equilíbrio do número de trabalhadores.

Destarte, ao fazer um balanço dos problemas vividos pelos franceses tanto no meio urbano quanto no meio rural, é possível pensar que esses indivíduos viviam em situação semelhante a de outros europeus que resolveram emigrar nesse período. “A emigração pensada como solução para a pobreza foi debate que se instalou nos centros urbanos europeus desde as primeiras décadas do século XIX” (VIDAL; LUCA, 2009, p.32). Dessa forma é possível refletir sobre a afirmação de Mialhe (2009, p. 49) de que: “a imigração francesa não foi uma imigração provocada pela miséria, foi na verdade um empreendimento”. Isso é válido se forem levados em conta os fatores políticos vinculados ao processo de redefinição das fronteiras do Estado²⁰, uma vez que esse deslocamento fazia parte da política colonizadora francesa, o francês se deslocava com a certeza de que, apesar das dificuldades com a nova terra, seria visto como colonizador, como alguém submetido às leis de seu país de origem que o financiaria ao menos nos primeiros anos.

No entanto, como argumentado anteriormente, os casos em que os imigrantes fugiam de perseguições políticas e da pobreza que assolava os operários

¹⁹ “No cabe duda de que, al menos en el nivel nacional, existió un consenso bastante marcado a favor de la emigración” [Tradução nossa].

²⁰ Aqui se refere à emigração dos alsacianos para a Argélia após a guerra Franco-Prussiana em 1870.

e camponeses não podem ser generalizados como uma iniciativa de quem possuía outras escolhas de sobrevivência. É evidente que esses sujeitos não deixavam seu país de forma não planejada, havia uma preparação delineada que certamente significava um grande empreendimento para esses trabalhadores que muitas vezes lutavam para angariar a renda e os documentos necessários para essa travessia. No entanto, não eram decisões simples.

Como argumenta Emile Temime (1991), a dificuldade tanto de travessia como de adaptação no país de destino é ainda mais atribulada no caso da emigração de caráter político²¹. Há que se levar em consideração as estratégias identitárias postas em prática por esses imigrantes. Em alguns contextos, o reconhecimento do “estatuto político” implica em algumas desvantagens na nova terra de acolhimento, pois por vezes o sujeito é visto pelas autoridades locais como um possível agitador e insubordinado, raros são os casos de imigrantes políticos que encontraram emprego no momento de sua chegada, muito menos portando um contrato prévio de trabalho²².

Partindo, portanto, do princípio de que emigrar envolve não apenas esforços econômicos, mas também subjetivos, pois deixar a terra natal significa muitas vezes deixar a família e as redes de sociabilidade, torna-se necessário discutir por quanto tempo o sujeito objetivava viver nessa nova terra, o que recai sobre o tema da provisoriedade da imigração. Alguns autores defendem que grande parte dos imigrantes tinha por intenção o retorno à terra natal, pois frequentemente o imigrante viajava sozinho no primeiro momento e, no caso das emigrações de caráter econômico, seu objetivo era “fazer fortuna” para então retornar para casa em condições honrosas – muitos partiam com a mente voltada à ideia de encontrar uma espécie de *El dourado* que lhe possibilitaria melhora de vida (PRAT CARÓS, 2007). Este é o caso de muitos franceses que deixavam suas famílias na França a fim de arriscar a vida em outros países, pois caso não fosse bem sucedido os gastos com a viagem não seriam tão onerosos. Bivar (2008, p.45) sustenta que havia uma mentalidade comum a grande parte do campesinato: “vontade de adquirir um pouco,

²¹ O autor (1991, p.57) argumenta que é difícil estabelecer, de forma geral, à qual das formas de migração “clássicas” um movimento pertence, é uma tarefa complexa “definir exatamente o que é o imigrante político” e o que se desloca por problemas econômicos.

²² No capítulo 2 será expandido esse conceito a fim de analisar o caso dos imigrantes franceses que eram provenientes de um contexto revolucionário.

ou um pouco mais, de terra que estava envolta no ideário de maior consideração, ascensão social”.

Em meio a tal situação ambígua de carestia e esperança, não é difícil imaginar o impacto que a propaganda imigratória causava na vida desses indivíduos, fazendo com que muitos vissem na emigração a saída para a crise em que viviam.

2.2 ENTRE A ARGÉLIA E AS AMÉRICAS: DO COLONIZADOR AO COLONO

Como visto, o governo francês demonstrou preocupação em garantir seu domínio sobre suas colônias, em especial a Argélia, buscando atrair franceses que pudessem ocupar a região. Tal processo, no entanto, não foi compulsório, restrições sobre quem poderia seguir nessa situação criaram conflitos governamentais e obstáculos aos que buscavam emigrar.

A emigração em direção à África do Norte significava não apenas uma alternativa aos problemas do império, mas também uma segurança frente às pressões exercidas pela sociedade metropolitana. Como abordado anteriormente, a França encontrava-se agitada pelos problemas provocados pela crise econômica e pelo processo dos ex-ministros de Carlos X. Ocorriam dezenas de greves e multidões de desempregados saíam às ruas da capital, gerando movimentos que eram reprimidos pela polícia ou até mesmo pela Guarda Nacional. Neste cenário, a Argélia era vista pelos responsáveis pela segurança como uma solução a tais conflitos, uma vez que a população que se amotinava nos centros urbanos poderia ser encaminhada para outros territórios.

O plano de conquista da Argélia pela França teve início no ano de 1830, quando os franceses invadiram a costa daquele país até conseguirem chegar à capital, a cidade de Argel. Desde 1833, a necessidade de conhecer melhor o país tornara-se negócio de Estado, como atesta a mensagem do ministro da Guerra solicitando às instituições científicas que “preparem a exploração da Argélia e produzam mapas, que são o “instrumento mais útil para [...] a colonização da África” (Dondin-Payre, 1995, p.22). Foi então que em 1839 é criada a “Comissão de exploração científica da Argélia”, grupo que passa a ser composto por intelectuais

como Enfantin – responsável por escrever a parte histórica, Ismaël Urbain – na qualidade de intérprete, e o doutor Warnier – autor de uma lei fundiária destruidora – , além de outros simpatizantes. Como argumenta Ali (2006, p.228), “Os objetivos da Comissão não se limitavam à acumulação de informações científicas. Explorar e produzir cientificamente a Argélia é também assentar a colonização”.

Antes mesmo que os colonos franceses chegassem à região, mais de 400 colonos alemães chegaram em 1831. Entre tais grupos destaca-se o caso dos imigrantes que teriam como destino a América cujo agente que realizava o transporte se apossou do dinheiro dessas famílias e as deixou na Argélia sem possibilidades de retorno. Tal exemplo demonstra que rapidamente a Argélia passou a receber centenas de imigrantes, em sua maior parte em estado de indigência (FISCHER, 1997).

Nos primeiros anos, os soldados que haviam empreendido a posse do território se estabeleceram na região com suas famílias e então progressivamente chegam os colonizadores provenientes da França. Os soldados franceses representaram o primeiro assentamento colonial que foi seguido pelos corsos e pelos habitantes da região da Alsácia-Lorena, além daqueles advindos do Mediterrâneo, em especial espanhóis, italianos e malteses; e alguns alemães e suíços. Os franceses que emigraram para a Argélia, seus descendentes nascidos em solo argelino e imigrantes de outros países da Europa eram chamados de *pieds-noirs*. Esses indivíduos passaram a controlar as terras produtivas que anteriormente eram utilizadas para o cultivo de cereais pelos habitantes locais, assim, ao invés de produzirem alimento para subsistência, passaram a produzir alimentos para atender ao mercado europeu.

O plano inicial era enviar à Argélia 20.000 parisienses, os voluntários deveriam se comprometer durante cinco anos até que pudessem receber a concessão agrícola. Tal ideia foi rapidamente aprovada por Luís Felipe e pelo Conselho de Estado e posta em execução. Em uma semana mais de 1700 trabalhadores se inscreveram e ao final do verão de 1831 mais de 4.500 indivíduos foram enviados à Argel através de recursos da cidade de Paris e da prefeitura do

Sena. “Parece provável que os migrantes parisienses procuravam na Argélia aquilo que eles tinham perdido na França: o pão e o trabalho²³” (SESSIONS, 2010, p.68).

Em outubro do mesmo ano, o prefeito de polícia da capital declarou que ocorreram melhorias na ordem pública e atribuiu tal fato ao programa de emigração. “Segundo um dos primeiros militantes da colonização da Argélia, esta representava ‘um grande passo rumo à extinção da mendicidade, do pauperismo e, por conseguinte, uma grande soma de segurança para a ordem social²⁴’” (AMAURY, A. *Colonisation de l’Algérie*, apud SESSIONS, 2010, p.67).

Antes da decisão de conquista efetiva, a política francesa era de povoação espontânea, assim, muitos franceses se instalaram no entorno dos antigos núcleos urbanos como Dely Ibrahim, Kouba, Boufarik, El Achour e outros em centros em curso de edificação em zonas afastadas de cidades como Argel e Oran. Essas cidades tinham como perfil serem pequenas ilhas em meio a campos colonizados, mas com grande dificuldade de pacificação. Eram cercadas por muros e fossos de pedras (FISCHER, 1997).

O governo de Luiz Felipe propôs que ali se instalassem mais de mil famílias recrutadas especialmente da França, mas também das citadas Alemanha e Suíça. No entanto, essa política não se efetivou, na medida em que a França não tinha um grande projeto para a região, de início eram empreendimentos marginais em relação ao que desenvolviam na metrópole. Emile Temime (1991) explica que a migração colonial francesa para a Argélia constituiu-se de um movimento inicialmente descontínuo, repleto de improvisações. O recrutamento exigia que os candidatos ao partirem para a Argélia portassem certa quantidade de dinheiro, apenas como garantia de cumprimento do contrato. Pela outra parte, o governo francês se dispunha a oferecer a passagem gratuita entre Marselha e Argélia e a promessa de concessão de terras no novo território. Sem dúvida que esse recrutamento não era realizado sem que fossem feitas propagandas – o governo francês financiou

²³ « Il semble probable que les migrants parisiens cherchaient en Algérie ce qu'ils avaient perdu en France : le pain et le travail réclamés ». [Trad. da autora].

²⁴ Selon l'un des premiers militants de la colonisation en l'Algérie, celle-ci représentait « un grand pas déjà vers l'extinction de la mendicité, disons même du paupérisme, et par suite une grande somme de sécurité pour l'ordre social ; car alors, presque plus de vagabonds, ni de ces hommes oisifs et sans ressources, toujours prêts à se mettre à la solde des factieux contre la tranquillité publique. (A. Amaury, *Colonisation de l'Algérie*. Observations, pour appendice et à l'appui d'un plan d'établissement en Algérie de Colonies Agricoles, proposé comme un d'entre les moyens les plus efficaces de parvenir à une diminution sensible de la mendicité et même du paupérisme en France, suivies du plan, établi sur une plus grande échelle, Paris, P.-F. Beaulé, 1842, p. 11). [Trad da autora].

diversas publicações com essa finalidade, inclusive em regiões de língua alemã e a política francesa não tomou atitudes diretas com relação ao processo colonizador. Assim, o deslocamento espontâneo de candidatos à imigração é o que supriu o número esperado.

O movimento de alemães e suíços foi aceito pelo governo francês em razão de serem apresentados como “bons agricultores, homens tranquilos, religiosos, submissos à lei” (TEMIME, 1987, p.34). Já os imigrantes de origem mediterrânea, espanhola, maltesa e italiana não eram desejados pelas autoridades francesas, mas não foram sistematicamente proibidos de adentrar o território, pois eram utilizados em empregos subalternos e criavam a impressão de maior domínio francês na região (TEMIME, 1987, p.39-42).

Em novembro de 1848, após anos de luta armada, o território argelino foi totalmente conquistado pelos franceses. Dessa forma, a Segunda República francesa incorporou a Argélia à França e a dividiu em três departamentos. Essa decisão foi apoiada inclusive por personalidades do governo que invocavam a democracia e o humanismo, o que demonstra o consenso das elites francesas em relação à colonização. Foram mais de 100 mil franceses que partiram para a Argélia (ANDRADE, 2015).

Por outro lado, tal projeto foi visto com desconfiança pelas autoridades francesas na Argélia, pois entendiam que tais emigrantes “voluntários” representavam uma carga financeira e uma fonte de desordem.

O general Berthezène, comandante e chefe do exército de África, suplica ao ministro da Guerra que suspenda os comboios de colonos. Ele afirmava fortemente: “Isso será um grande erro e bem funesto de pensar que é suficiente jogar para a Argélia as famílias indigentes presas no seio das cidades ou nos campos para que eles busquem pão. [...] É necessário que as ilusões cessem”²⁵ (SESSIONS, 2010, p.69).

O exército havia ocupado apenas uma pequena porção do território, dessa forma a área era ainda limitada para fornecer os meios de subsistência a um grande número de imigrantes. Além disso, as terras argelinas não eram cultiváveis de imediato, as reservas de madeira não eram suficientes para as necessidades

²⁵ « Le général Berthezène, commandant en chef de l'armée d'Afrique, supplia le ministre de la Guerre de suspendre les convois de colons. Il affirmait avec force : « Ce serait une grande erreur et bien funeste de penser qu'il suffit de jeter sur les côtes d'Alger des familles indigentes prises au sein des villes ou dans les campagnes pour leur procurer du pain. [...] Il faut que les illusions cessent » [Trad. da autora].

cotidianas e para a fabricação de instrumentos agrícolas. Como resultado de tal envio prematuro, centenas de indivíduos morreram de fome pelas ruas da Argélia ou se endividaram ao máximo (SESSIONS, 2010).

Transformar a Argélia em uma colônia de povoamento parecia em um primeiro momento uma solução às dificuldades da França pós revolucionária, mas a imigração de indivíduos indesejáveis representava uma ameaça à nova ordem colonial em formação. Assim, a fim de evitar conflitos entre Paris e Argel, os responsáveis coloniais e metropolitanos acordaram que deveriam ser selecionados os candidatos à imigração a fim de evitar que continuasse a vinda de indivíduos indesejáveis. O passaporte foi um dos meios pelos quais era possível identificar tais candidatos. Embora uma das liberdades fundamentais conquistadas durante a Revolução Francesa fosse a liberdade de circulação (a livre saída do país), aqueles que assim o fizessem deveriam obter um passaporte fornecido pelas autoridades locais. Dessa forma, se o sujeito tivesse passagem pela polícia ou fosse politicamente suspeito era facilmente identificado e sua ficha era encaminhada às instituições beneficentes que obrigavam tais indivíduos a permanecer nas cidades em que possuíam domicílio. Além disso, para evitar que por falta de recursos tais indivíduos permanecessem na cidade a qual se deslocaram, as autoridades locais providenciavam passaportes e transporte gratuitos para que retornassem à cidade de origem (SESSIONS, 2010).

Foram criadas categorias de indivíduos desejados na Argélia: comerciantes que viajavam de maneira pontual para seus negócios; e indivíduos que desejavam fundar estabelecimentos agrícolas e que possuíssem recursos suficientes para comprar as terras e ferramentas, apresentando conhecimento para prosperar seu estabelecimento. Os prefeitos eram instruídos a não fornecer o passaporte aos menos favorecidos e aos trabalhadores que apenas “tinham ouvido falar da colonização da Argélia e pediam para serem enviados ao local à custa do governo”²⁶ (SESSIONS, 2010, p.73. Apud. Arch. dép. Corrèze 6M 400, circulaire du ministre de l'Intérieur, 18 mai 1831). Os prefeitos eram orientados a convencer tais indivíduos de que a Argélia não seria uma terra de emprego e que o Estado não lhes daria recursos para facilitar a viagem e instalações. Se para os indivíduos de poucos recursos a situação era dificultada, o mesmo não ocorria para os indivíduos mais

²⁶ « entendu parler de la colonisation d'Alger [et] demand[ai]ent d'y être envoyés [...] aux frais du Gouvernement » [Trad. da autora].

afortunados: era-lhes permitido circular livremente entre a França e a Argélia e ainda recebiam passagens gratuitas nos navios fretados pelo governo. No entanto, estes só eram autorizados a realizar tal viagem quando havia necessidade de mão de obra.

Com o progressivo domínio sobre a região, passou-se a priorizar a vinda de agricultores e trabalhadores especializados em obras públicas. “O critério financeiro foi superado a fim de permitir o livre acesso a todos os trabalhadores aptos²⁷” (SESSIONS, 2010, p.73). É importante citar que mesmo que o objetivo fosse uma colonização agrícola, a maior parte dos 20.000 indivíduos tinha origem no meio urbano onde se exerciam funções artesanais.

No entanto, mesmo com tal facilitação de entrada, os emigrantes deveriam apresentar certificados de saúde e de moralidade antes de ter seu passaporte liberado, além de provarem serem franceses, serem de preferência chefes de família, possuírem conhecimentos agrícolas, e estarem dispostos a permanecer na concessão por pelo menos cinco anos. Dessa forma, os indesejáveis se reduziram ao quadro dos incapazes de trabalhar (pessoas inválidas, idosos e crianças de menos de seis anos) ou mesmo os menos dispostos ao trabalho (vagabundos reincidentes, ou aqueles sem profissão claramente identificada).

A Argélia dentre as colônias francesas, passa a ter um tratamento diferenciado, pois era considerada uma extensão do território nacional, como parte integrante da França. Para James Shields (2007, p.90), essa colônia tinha maior importância para a França por ter uma parcela significativa de franceses que habitavam esse país dos quais alguns tiveram a oportunidade de prosperar em nome da França, mantendo relações econômicas estreitas, pois passaram a representar as classes dominantes da região, atuando em setores da agricultura, exploração de minérios e no comércio. No entanto, nem todos os camponeses que vieram da França tinham condições de se transformar em uma classe de fazendeiros comerciais, a maioria não tinha posses suficientes e não tinha conhecimento sobre os complexos processos legais.

O objetivo primário era assegurar a passagem para a Argélia da população interessada em cultivar as terras distribuídas. Dessa forma, a migração familiar era tida como essencial, pois se tratava de uma instalação duradoura; além disso,

²⁷ « Le critère financier fut assoupli pour permettre à tous les travailleurs valides de se rendre librement dans la colonie » [Trad. da autora].

buscava-se camponeses, pois “as experiências mal sucedidas haviam chamado a atenção das autoridades para os riscos de conceder a pessoas inexperientes lotes de terras” (TEMIME, 1987, p.36). O grupo era formado de pessoas com recursos mínimos, mas sempre evitando que viessem indigentes que significariam um peso para a comunidade, pois seriam incapazes de garantir sua subsistência.

O recrutamento exigia que os candidatos a partirem para a Argélia deveriam apresentar certa quantidade de dinheiro, apenas como garantia de cumprimento do contrato. Pela outra parte, o governo francês se dispunha a oferecer a passagem gratuita entre Marselha e Argélia e a promessa de concessão de terras no novo território. Sem dúvida que esse recrutamento não era realizado sem que fossem feitas propagandas – o governo francês financiou diversas publicações com essa finalidade, inclusive em regiões de língua alemã. (TEMIME, 1987, p.35-37). Os emigrantes chegaram ao país na esperança de encontrar facilidades que já não eram garantidos em sua terra natal. A vida em comunidade, os casamentos intra-comunitários e a participação ativa na vida da comunidade criaram laços de sociabilidade que de certa forma mantinham as tradições.

Tal domínio durou mais de um século, principalmente por sua localização marítima que permitia que a França controlasse parte das frotas do comércio que ligavam as colônias asiáticas e africanas com a Europa (ANDRADE, 2015). No entanto, discute-se se esse deslocamento, por vezes hesitado, foi realmente um sucesso imperialista. A migração colonial francesa constituiu-se de um movimento inicialmente descontínuo, repleto de improvisações e inexperiência. Os colonos franceses não receberam um tratamento favorável da França. A mortalidade foi alta para os primeiros que chegaram e igualmente os retornos, isso se deu principalmente pelo clima – os imigrantes não se adaptaram as altas temperaturas do verão mediterrâneo, além de muitos terem sido acometidos por doenças como a malária, situação que piorava com a má proteção das barracas que lhes foram oferecidas à sua chegada. As barracas de madeira eram abafadas no verão e apresentavam infiltrações no inverno em razão da má qualidade da madeira. Durante os períodos de seca, os colonos percorriam mais de três quilômetros em busca de água potável. As famílias eram compostas majoritariamente por um grande número de crianças, em especial de pouca idade, o que dificultava a adaptação:

A família que tomava posse de uma concessão de 12 hectares e de uma casa de 2 quartos era composta em média de 8 e 12 membros, se não mais, para um orçamento de 1.000 a 1.500 francos. Uma soma diante da necessidade imposta pelo novo modo de vida em uma concessão com rendimentos superiores à média, sob um clima quente que exigia uma higiene muito rigorosa, em um país desconhecido onde faltava assegurar a pacificação (FISCHER, 1997, p.61)²⁸.

Em dez anos, aproximadamente 80% dos emigrados havia desistido, resultando em um número significativo de órfãos e em lotes vagos que seriam ocupados a partir de 1840, momento em que a França inicia uma real política de colonização (FISCHER, 1997).

De acordo com Secreto (2014), os que se deslocavam para a Argélia consideravam duas questões fundamentais: o imposto territorial e os núcleos coloniais. Quando Napoleão III visitou a colônia encontrou grandes extensões de terras férteis e próximas dos mercados consumidores concentradas nas mãos de grandes proprietários. Para contornar a situação e estimular a imigração, instaurou o imposto territorial, obrigando os grandes proprietários a cultivar ou vender suas terras. Defensores do colonialismo francês, como o jornalista Jules Duval (1813-1870), argumentavam que o Estado não deveria vender tais terras com vistas para o lucro direto proveniente da venda, mas que fosse pensado como um grande projeto, uma vez que a presença de mais colonos faria com que fosse assegurada a presença francesa no território e sua prosperidade traria enriquecimento ao Estado francês. Duval se posicionava a favor da colonização e contrário ao sistema colonial, pois acreditava que o segundo estabelecia uma organização de monopólios impostos pela metrópole para seu proveito; e já a colonização era produtiva, pois todas as grandes empresas modernas seriam seus efeitos, uma vez que sua existência permitiria a circulação dos produtos o que, segundo ele, era a lei fundamental das sociedades humanas. A colonização para esse pensador era o meio pelo qual a América, a parte meridional da Ásia, a Oceania e a costa da África foram revelados à Europa (SECRETO, 2014, p.93).

²⁸ La famille qui prenait possession d'une concession de 12 hectares et d'une maison de 2 pièces, comptait en moyenne entre 8 et 12 membres, sinon plus, pour un budget de 1 000 à 1 500 francs. Une somme face aux besoins qu'imposait le nouveau mode de vie sur une concession aux rendements plus que moyens, sous un climat chaud exigeant une hygiène très stricte, dans un pays inconnu dont il restait à assurer la pacification [Trad. da autora].

Dentre as outras críticas de Duval destacam-se o pacto colonial, a política comercial inspirada no sistema mercantil, a escravidão, a proibição, os sistemas de colonização artificial, os aventureiros, a mania de intervenção administrativa e a paixão por possessões longínquas. O estudioso precisava justificar para os economistas liberais a utilidade da Argélia demonstrando, em sua visão, que era possível colonizar sem cometer tais erros. Para tal serviu-se por diversas vezes do *Journal des Economistes* na qual “colocava todas as razões pelas quais os árabes “necessitavam” da intervenção francesa: muito resumidamente, para modificar suas instituições e costumes de modo a dirigi-los rumo à propriedade privada” (SECRETO, 2014, p.95).

O que se observa é uma polissemia vinculada à palavra colonização. Duval propagandeava a colonização da Argélia pelos franceses por considerá-la benéfica. É o que Hadj Ali (2006) critica como mito da “boa colonização”, pois nesse caso a colonização não é mais um sistema de opressão, pois esta poderia ser capaz de levar não apenas o progresso, mas “o respeito” para com o colonizado. Em suma, o autor argumenta que tais posições banalizam o imperialismo colonial, mascarando a real violência do movimento.

Os relatos do pensador francês Aléxis de Tocqueville (1805-1859) também demonstram tal simpatia ao processo colonizador, porém, revelam a situação de exploração em que estavam submetidos os habitantes locais em razão da presença dos colonizadores franceses. Sua crítica central está na falta de organização por parte do governo de seu país na administração das novas terras. Ministro de Negócios Estrangeiros da França, Tocqueville realizou algumas viagens à Argélia e testemunhou o modo pelo qual era realizada a administração colonial:

Existe uma grande contradição no que se diz respeito ao modo em que a França administra a Argélia; é inconcebível que uma nação que se diz tão liberal e que busca expandir as luzes tenha estabelecido um governo tão desorganizado e tirânico quando poderia governar sua colônia de uma melhor maneira²⁹.

Tocqueville critica a centralização administrativa e demonstra não concordar com o modo pelo qual se explorava seus habitantes, entendendo que o trabalho assalariado seria o melhor caminho para o lucro dos colonos:

²⁹ TOCQUEVILLE, Aléxis de. Novembro de 1849. Disponível em: <<http://fsim52.blogspot.com.br/2005/11/uma-colnia-francesa-na-viso-de.html>>. Acesso em: 26/04/2017.

A continuação de uma política escravocrata é inadmissível! Um homem jamais pode possuir outro homem e não há justificativa para que isso permaneça. É imoral e nenhuma explicação econômica pode ser dada uma vez que a França defende o gozo da liberdade a todas as pessoas. Uma vez libertos os escravos, ressarcir-se-ia os colonos para garantir o desenvolvimento do trabalho assalariado, já que esse tipo de trabalho foi provado como de maior aproveitamento na produção. [...] No entanto, se a França defende todos esse ideais de liberdade que ela diz defender, não o faz por manter a administração da Argélia dessa maneira. É com falta de confiança e credibilidade que as outras nações enxergarão a nossa³⁰.

É possível analisar que os “colonos franceses” citados por Tocqueville faziam parte do processo colonizador francês, possuindo por função principal povoar as terras para garantir o domínio sobre o território e sobre os habitantes locais. O projeto imperialista passa a utilizar como uma de suas justificativas o princípio de que os franceses, e consequentemente as grandes potências europeias, tinham como dever levar a outros povos a “civilização” da qual seriam despossuídos:

[...] o imperialismo significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros. Por inúmeras razões, elas atraem algumas pessoas e muitas vezes trazem uma miséria indescritível para outras (SAID, 1995, p.37).

Como defendeu Edward Said em sua obra *Cultura e Imperialismo* (1995), o historiador não pode ignorar em suas pesquisas aspectos de caráter imperialista. O estudioso chama a atenção para a atualidade desses estudos e defende que a pesquisa chegou a um ponto em que não se pode ignorar os impérios e o contexto imperial. Como bem colocou Certeau (1972, p.81): “é sempre a violência que funda um saber”, e tal violência deve ser estudada a fim de ser combatida.

A chamada “Era dos Impérios”, datada por volta de 1878, foi o momento em que se iniciou a “disputa pela África”. No entanto, como argumenta Said (1995, p.95), a realidade cultural europeia revela essa presença no ultramar muito anterior, “podemos encontrar um sistema de ideias coerente, plenamente mobilizado, pelo final do século XVIII”. Em 1800 as potências ocidentais detinham 35% da superfície do globo, quase dobrando essa taxa em 1878. Grã-Bretanha e França (e posteriormente outros países ocidentais) concentravam grande poder em suas mãos.

³⁰ Idem, Ibidem.

Como bem ressaltou Said, importantes escritores europeus do século XIX denunciaram a situação de miséria e opressão a que os trabalhadores eram submetidos em decorrência do avanço industrial. No entanto, romancistas como Charles Dickens, Victor Hugo e, algumas décadas antes, Jane Austen não problematizaram as ações imperialistas que vinham sendo tomadas por seus respectivos países: “uma obra julga-se por aquilo que cala. [...] Os estudos científicos [...] comportam estranhas e vastas regiões de silêncio. Esses brancos desenhavam uma geografia do esquecido” (CERTEAU, 1972, p.73).

O império era um tema de atração cultural para os cidadãos da Inglaterra e França oitocentistas: “As índias britânicas e o norte da África francês desempenharam um papel inestimável na imaginação, economia, vida política e trama social das sociedades britânica e francesa (SAID, 1995, p.39)”. Ou seja, o projeto colonial não significava para muitos europeus uma forma de opressão, pelo contrário, representava uma esperança em meio a esse contexto de miséria em que muitos operários e camponeses viviam na Europa. Tornar-se colono, proprietário da própria terra, significava para muitos uma oferta que não lhes era possível em solo europeu onde diversos camponeses tinham suas terras desapropriadas. Dessa forma, diversos franceses acreditaram na propaganda imperialista e então auxiliaram na edificação de tais colônias que subjugaram milhares de seus habitantes locais. Said (1995, p.41) explica que o imperialismo era algo além do lucro, “permitia que pessoas decentes aceitassem a ideia de que territórios distantes e respectivos povos deviam ser subjugados”, a população metropolitana passa a crer que é um dever governar tais povos por serem vistos como menos avançados:

É talvez embaraçoso que certos setores das culturas metropolitanas, que vieram a se tornar a vanguarda nas lutas sociais de nossa época, tenham participado sem hesitação desse consenso imperial. Com poucas exceções, tanto o movimento das mulheres quanto o do proletariado eram favoráveis ao império (SAID, 1995, p.89).

Havia estudiosos, administradores, viajantes, comerciantes, parlamentares, exportadores, romancistas, teóricos, especuladores, aventureiros, visionários, poetas, párias e desajustados de toda a espécie nas possessões dessas duas potências imperiais [França e Inglaterra], todos contribuindo para formar uma realidade colonial no centro da vida metropolitana (SAID, 1995, p.40).

É em razão disso que o Said defende que se deve estudar acima de tudo os cruzamentos entre o *imperialismo* e a *cultura*, uma vez que esse processo foi

fomentado através da a propaganda que idealizava determinado modo de vida. No caso francês era o ideal de civilização francesa que passa ser introjetado³¹, sendo transmitido através de meios culturais, ora na forma de mídias impressas, ora através do clima gerado pelos romances, pela teoria racial, pela especulação geográfica e pelo conceito de identidade nacional. O que demonstra a força com que tais construções atingiam diversas camadas sociais.

O governo francês passa a conceder vastos lotes de terras às sociedades de exploração ou aos futuros colonos³². No entanto, essa distribuição não foi feita aleatoriamente, buscava-se novas formas de exploração agrícola, e como o governo francês julgava que os habitantes locais não eram capazes de realizar uma transformação do país, escolhiam entre a mão de obra imigrante disponível indivíduos com experiência nessa área (TEMIME, 1987, p.33):

O processo de partilha das terras argelinas ocorreu de forma injusta, privilegiando as famílias francesas que migraram para a Argélia, elas recebiam grandes porções de terras e grandes quantidades de recursos para o desenvolvimento da região, as terras pouco produtivas ficaram para poucas famílias argelinas. O trabalho de servidão nas fazendas dos novos colonos, e o trabalho pesado foram as únicas formas de sobrevivência para os argelinos (ANDRADE, 2015, p.6).

Estima-se que entre 1830 e 1870 a população argelina foi diminuída em um terço, foram mortos entre 250.000 e 400.000 argelinos durante a violenta conquista do território pelos soldados europeus. O poder bélico francês atuou de forma massiva, seu exército mais numeroso e sua tecnologia de armas de guerra limitou a resistência argelina. Durante o governo do Primeiro Ministro Cavaignac, o general responsável pela tomada do território argelino iniciou o “enfumaçamento” dos argelinos – “(em francês *enfumade*) designava uma prática das tropas militares francesas durante a conquista colonial a qual consistia em atear fogo e produzir grande quantidade de fumaça no interior das grutas em que se escondiam grupos de argelinos, fugindo, em busca de proteção, ao avanço dos invasores e de suas exações” (HADJ ALI, 2006, p.226).

Situação esta que foi agravada em razão das más colheitas, das consequências da integração do Magreb ao mercado mundial, da fiscalização

³¹ Esse tema será melhor explorado no capítulo 2.

³² A política de confisco de terras fez com que ainda nos anos 1950, um terço das terras cultiváveis estivessem sob domínio europeu (FERNANDES, 2011).

imoderada, a monopolização de uma parte das melhores terras por uma minoria estrangeira. Disso resultou a pauperização quase generalizada e a desorganização das estruturas tradicionais, conduzindo, inevitavelmente, a catástrofe econômica e demográfica, como foi o caso da crise de 1866-1869.

Tal movimento em massa de franceses sobre a África do Norte fez com que o relativo equilíbrio vivido no Magreb fosse rompido. Nesse período a região era dividida entre o Marrocos – país juridicamente independente, e três regências com o estatuto jurídico de províncias do Império Otomano – “o país de Argel, onde dominava um Deí eletivo; o de Túnis onde reinava, desde 1705, a dinastia dos beis husseinitas; e a regência de Trípoli, por fim, nas mãos da família dos Kāramānī a partir de 1711” (CHÉRIF, 2010, p.542).

A identidade dos que viviam na *al-Maghrib al-awsat* (o Maghreb mediano, hoje conhecido como Argélia) era a de uma sociedade segmentada em *qabā'il* (tribos), grandes famílias e clãs. Eram comunidades patriarcais regidas por normas de solidariedade e com referência à *al-umma-al-muḥammadiyya* (que se pode traduzir como comunidade mahometana [universal]) (MEYNIER, 2014).

O país de Argel era o mais ruralizado da região o que não desestabilizava a importância de seu núcleo urbano que era o centro da cultura islâmica – era onde se concentravam as atividades mais lucrativas como o comércio, o artesanato e o exercício do poder político, militar e administrativo: “No plano material, a moeda e as atividades postuladas por ela animavam a vida das cidades, ao passo que a economia de subsistência e o fraco desenvolvimento demográfico e tecnológico das forças produtivas caracterizavam os campos” (CHÉRIF, 2010, p.523).

A concorrência com os produtos europeus, no entanto, passa a afetar tal organização. “Até 1850-1860, as exigências do mercado eram as mais imperativas, pois a produção crescia no ritmo da industrialização na Europa, os preços baixavam através do mesmo movimento e os termos de troca se deterioravam” (CHÉRIF, 2010, p.525). Os países imperialistas europeus passaram a disputar a região. Entre as intervenções de maior destaque é a interdição por parte da Inglaterra e da França da guerra de Corso. Tal atitude tinha por real objetivo a obtenção de vantagens mercantis – os franceses buscavam facilidade de comércio para os provençais e os ingleses para seus clientes italianos e espanhóis que então eram rivais dos franceses. Ou seja, submetiam-se os países magrebinos às políticas europeias.

A Argélia foi invadida por empresas capitalistas, tanto no domínio agrícola quanto na instalação de bancos, empresas de obras públicas e companhias de mineração. A entrada dos europeus ocorria através de diversos canais o que tornava difícil a desvinculação de sua influência. Os europeus passaram progressivamente a tomar a frente dos líderes locais, exigindo dos produtores o pagamento de impostos e, quando não pagos, tinham seus bens confiscados.

A entrada da França em Argel foi uma decisão que partiu da política interna francesa, porém não condizia com a situação econômica e social do país no momento, o que explica o início atribulado da administração de sua política no território. Buscou-se ocupar inicialmente territórios no litoral e o entorno das principais cidades. Assim, o interior do país foi entregue a chefes escolhidos através de negociações com os que detinham anteriormente o poder na região – turcos otomanos.

Depois de muitos conflitos com os líderes locais, as instituições coloniais acabaram por se espalhar e implementaram-se progressivamente. A Argélia foi dividida em um território civil e em território militar. O primeiro era governado por um governador geral que organizou as instituições francesas junto aos colonos europeus. O segundo era onde as populações muçulmanas foram submetidas aos poderes do exército.

Assim, a entrada dos europeus torna-se de mercante para financeira, e os empréstimos passam a ser cada vez mais onerosos, endividando ainda mais o país. As importações cresceram a ponto de ultrapassar as exportações, os produtos manufaturados provenientes da Europa entraram em concorrência com o produto artesanal similar, causando pauperização tanto dos pequenos artesãos, como dos produtores de artesanato de luxo.

As revoltas e as repressões que as seguiram, a desagregação das *kabīla* e das estruturas tradicionais, a introdução da economia monetária e dos aproveitadores de toda espécie até as partes mais remotas dos campos, tudo isso, acrescido dos danos provocados pelo clima e da avidez do fisco, favoreceu o desenvolvimento da usura, uma das “sete chagas” da Argélia colonial (CHÉRIF, 2010, p.530).

A discriminação era também fiscal, pois o governo francês obrigava que fossem pagas tarifas abusivas: “Na Argélia, os autóctones foram obrigados a pagar os tradicionais ‘impostos árabes’ e novos ‘impostos franceses árabes’ até o final de 1918” (CHÉRIF, 2010, p.533), além de outras taxas que lhes foram impostas o que

comprometia até um terço de seus ganhos em impostos, os quais financiavam a colonização francesa, ou seja, sua própria desapropriação.

No campo político a situação também era de segregação, a igualdade entre os cidadãos foi recusada pelo governo francês por muitas décadas, mesmo com o decreto de 1865 que considerava os argelinos como franceses, isso não ocorria na prática, mesmo em maioria, não eram cidadãos. Quando finalmente os argelinos são incluídos entre os votantes – a partir do estatuto da Argélia de 1947 – foram instituídas dois grupos de eleitores, porém com distinção no valor do voto: um eleitor francês equivalia a oito eleitores argelinos (MEYNIER, 2014).

Além disso, mesmo com a concessão de terras pelo governo francês, observou-se a cobiça dos colonos pelas terras argelinas, estes passam a conquistá-las por diversos meios:

[...] confiscações (sobretudo após as grandes revoltas, como aquela de 1871); acantonamento, do qual foram objeto e vítimas as comunidades rurais (a princípio, em virtude das ordens e das circulares militares dos anos 1840); encorajamentos a divisão das terras “coletivas” e a mobilização da propriedade (lei de 26 de janeiro de 1873, por exemplo) [...] Em 1882, a propriedade europeia já monopolizava cerca de 1.073.000 hectares (em 1890, 1.337.000), principalmente na zona do Tell. Sem grandes esforços, podem-se adivinhar as consequências disto para a sociedade autóctone (CHÉRIF, 2010, p.528).

Buscou-se formalizar o direito a terras, o que possibilitou que europeus comprassem terras, desapropriando habitantes locais. O que se agravou com a Lei de 1873 que propôs a imediata transferência da propriedade nativa para o *status* legal francês, ou seja, com ou sem o apoio oficial, os argelinos para os colonizadores ou para as companhias de terras.

A ambição teve um papel em tais expropriações: por parte dos governos, pelos lucros em vendas de terra ou outras rendas; por parte dos senhores da terra, colonos ou especuladores, o fato de adquirir barato fazendas e propriedades. Mas seria injusto negar aos legisladores a sinceridade da convicção de que a transformação da terra numa mercadoria livremente alienável e a transformação em propriedade privada de relíquias comunais, eclesiásticas ou outras obsolescências de um passado irracional iriam, no todo, proporcionar uma base para um desenvolvimento agrícola satisfatório. (HOBSBAWM, 1982, p.199).

Os argelinos passaram a ser estranhos em sua própria terra, uma vez que o governo francês solicitou testemunhas para reconhecê-los como proprietário das

terras em que viviam. Como os franceses não conheciam a identidade das testemunhas ou mesmo colocavam em dúvida a veracidade de suas declarações, muitos perderam seus bens sem terem o direito de reivindicação (SESSIONS, 2010).

Entre 1866 e 1868 houve uma grande fome na Argélia. Tal situação de penúria teria sido causados por um conjunto de fatores, tais como a epidemia de cólera de 1867, a invasão de gafanhotos, um grande tremor de terra, a intensa seca durante os verões, o inverno rigoroso de 1867-1868; ou seja, diversos incidentes, alguns até frequentes na região, sem nenhuma ligação entre si, mas que contribuíram para o desgaste da agricultura e da saúde dos trabalhadores. Segundo Taithe (2010), tais elementos levaram à crise em razão de não representarem uma prioridade para a administração francesa focada na segurança militar e nas exigências fiscais. “A fome revela a incompetência da gestão e a fraqueza da produção colonial”a (TAITHE, 2010, p.117). Enquanto os colonizadores colocavam a culpa da crise no “fanatismo muçulmano”, ela coloca em dúvida a eficácia da administração colonial francesa que se dizia em uma missão civilizadora de cunho material, mas também moral.

Certamente que esse processo não se deu sem resistência da população local, a reação dos argelinos diante da pobreza que os assolava foi um retorno ao sagrado. “O desmantelamento do islã letrado e citadino e, de uma forma geral, dos quadros tradicionais da sociedade teria uma vez mais feito refluir as massas muçulmanas para os *zāwiya* (santuários) e confrarias” (CHÉRIF, 2010, p.533). No entanto, além de tais movimentos também cresceram o número de revoltas locais, casos de incêndio, roubo, degradação das florestas passam a ser atos cotidianos. Houve diversos movimentos populares contrários à ocupação francesa, como a insurreição d’El Mokrani - Bel Haddad em 1871-1872; as revoltas na Kabília oriental; a insurreição dos Oulad Sidi Chaykh; a revolta de Aurès em 1879; a revolta de Bou ‘Amama no sul de Oran em 1881-1882; e as revoltas contrárias às medidas de Napoleão III [o imperador decidiu em julho de 1865 que todos os nativos deveriam renunciar ao estatuto civil muçulmano, recebendo assim a nacionalidade francesa. No entanto, apenas duzentos argelinos acataram ao decreto, resultando em sérios conflitos (FERNANDES, 2011)] (MEYNIER, 2014, p.35-36).

Com a catástrofe econômica das populações muçulmanas causada pelas medidas imperialistas francesas e a Guerra Franco-prussiana, o exército acabou por

se retirar em 1870, o que possibilitou a extensão do regime civil, provocando a grande insurreição da Kabília e das regiões vizinhas em 1871.

Violentemente aniquilada, seguiu-se a revolta a ruína material das populações concernentes (800.000 indivíduos que tiveram que pagar reparações equivalentes a mais de 70% do valor de suas terras). A partir daí começou o reinado do partido dos colonos, que correspondeu ao período mais sombrio da “noite colonial” para a população muçulmana: pauperizada, em boa parte desestruturada e aculturada, submissa a um severo regime de exceção, a sociedade autóctone podia, enfim, ser explorada a “céu aberto”, em benefício da minoria europeia [...] (CHÁRIF, 2010, p.537).

Entre os anos de 1830 a 1847, havia duas forças de resistência na Argélia, o primeiro grupo sob o comando de Ahmed Bey em Constantina e as forças nacionalistas lideradas por Adb El-Kader. Durante os conflitos, os políticos franceses enviaram diversas vezes novos contingentes militares e investiram em alguns setores do país para trazer aliados argelinos para sua causa. (ANDRADE, 2015, p.5). Dessa forma, mesmo a resistência dos argelinos não foi suficiente para expulsar os franceses, tais movimentos foram violentamente reprimidos pelas forças militares, visto que o poder bélico da França era muito superior às forças militares existentes na Argélia na época.

O processo de dominação da Argélia não se deu apenas no viés econômico e na exploração territorial, o governo francês impôs sua língua como oficial na colônia e o catolicismo como religião principal. Tal processo de dominação tinha como propósito “civilizar” a população argelina, impor língua, cultura e religião aos povos conquistados, para facilitar a exploração da mão de obra argelina e também como forma de manutenção do controle social. Os grupos argelinos que procuraram se integrar, receberam como incentivo do governo francês alguns investimentos, pequenos pedaços de terra e também a construção de escolas nos moldes educacionais da França, aqueles que permaneciam resistentes à dominação sofriam com a coerção e repressão pelo aparato militar que era responsável pela segurança da colônia, para aqueles que resistiam à integração foram obrigados a trabalhos forçados. Durante o período de ocupação francesa na Argélia, foram criadas diversas leis para favorecer a metrópole, como leis de controle social, onde se reprimia os argelinos em benefício dos colonos franceses (ANDRADRE, 2015, p.6-7).

Em 1865, o governo francês instaurou uma separação entre nacionalidade e cidadania na Argélia, distinguindo cidadãos dos habitantes locais. A diferença se apoiava nas distinções entre o direito civil francês e o direito corânico, os franceses consideravam incompatível, por exemplo, a poligamia, a qual os sujeitos deveriam renunciar para se tornarem cidadãos. “O pleno exercício dos direitos do cidadão francês é incompatível com a conservação do estatuto muçulmano e de suas disposições contrárias a nossas leis e a nossa moral sobre o casamento, sobre a repudição, o divórcio, o estado civil das crianças³³” (SURKIS, 2010, p.27 ; apud. Louis-Hugues Flandin dans Robert Estoublon et Adolphe Lefébure, *Code de l’Algérie* (1830-1895), tome 1, Alger, A. Jourdan, 1896, p. 303).

Surkis (2010) argumenta que esse impasse em torno da poligamia não se aplica apenas à questão de cidadania, mas também sobre a identidade muçulmana. É algo que se articula com a dissociação progressiva do direito fundamental do direito familiar muçulmano, ou seja, rompe-se com a noção de um estatuto muçulmano que se supunha inalterável. Não se discutia a poligamia como um problema essencialmente religioso ou jurídico, a maior queixa dos militares e colonos era que tal prática estava ligada à economia, o que precisava ser reformado. Ou seja, a diferença familiar acabou sendo utilizada como um pilar de ordem colonial.

A poligamia se torna um símbolo de resistência, uma forma de dificultar os princípios do direito francês. Quando se iniciou o acesso individual à cidadania francesa, muitos muçulmanos julgaram como um risco a seus direitos religiosos, pois entendiam que assim que se naturalizassem teriam que aceitar o código civil francês, ou seja, teriam que renunciar a sua própria lei a qual se baseava em princípios religiosos.

A ocupação francesa da Argélia significava a restauração da “honra nacional”, representava ao regime francês a restauração de seu prestígio e a consolidação de sua posição na própria França (CHÉRIF, 2010). Manter o domínio sobre seus territórios coloniais, no entanto, dependia de grandes investimentos e um bom equilíbrio administrativo o qual vinha sendo abalado pelos conflitos nas fronteiras nacionais. Os últimos anos do governo de Napoleão III foram conflituosos,

³³ « le plein exercice des droits de citoyen français est incompatible avec la conservation du statut musulman et de ses dispositions contraires à nos lois et à nos mœurs sur le mariage, sur la répudiation, le divorce, l’état civil des enfants » [Trad. da autora].

preocupado com a expansão da Prússia, que havia unificado sua economia e iniciava um processo de unificação territorial, o governo francês tenta impedir a anexação dos territórios ao sul da Prússia que ainda não tinham sido anexados à Confederação Germânica. Esse impasse levou, em 1870, à guerra Franco-Prussiana (BÍVAR, 2008, p. 57-58).

A derrota da França significou humilhação para a nação. Além de uma pesada indenização, o país perdeu os territórios da Alsácia e Lorena (ricos em minérios de ferro e carvão) “o que reverberou na emigração de parcela da população local” (BIVAR, 2008, p.58). Grande número desses indivíduos deslocou-se para Argélia, Estados Unidos e Brasil (MIALHE, 2009). Esse quadro explica o crescimento da taxa de emigração entre 1871-1880 que chegou em 35 300. Jorge Mialhe (2009, p. 47) entende que além da guerra franco-prussiana, esse aumento pode ser explicado pelas “novas facilidades de transporte, como a generalização da navegação a vapor”.

Tal guerra não atingiu apenas os domínios europeus da França, mas também o território argelino. Em 1871, a retirada das tropas do território para serem usadas na guerra contra a Prússia somada à imigração em massa de alsacianos e lorrainianos para a Argélia após a guerra foram fatores decisivos que deram espaço aos levantes argelinos (HOBSBAWM, 1982).

Por sua adaptação e pela multiplicidade de gerações, os franceses provenientes da Alsácia-Lorena foram os mais numerosos entre os franceses na Argélia. Os eventos de 1871, no entanto, foram apenas reativadores desse movimento que já havia se iniciado décadas antes. A historiografia enfatiza esse movimento a partir de 1871, ou seja, após a guerra Franco Prussiana, o que Fischer (1997) denomina de “emigração patriótica”, pois aqueles que não aceitaram viver sob o poder prussiano escolheram o caminho da colônia norte africana onde o governo francês disponibilizava 100.000 hectares de terras. Porém, é preciso recordar que esse fluxo já era intenso antes dessa data.

Uma série de fatores, diversos dos que provocaram o movimento em 1871, fizeram tais indivíduos deixarem sua terra natal. Em princípio o excedente populacional que foi seguido pelos reveses da industrialização, calamidades naturais que destruíram as colheitas, reforçado pela rigidez das tradições de uma sociedade rural fizeram com que muitos sujeitos buscassem uma vida melhor através do

“êxodo em direção ao desconhecido” (FISCHER, 1997, p.58). A população, majoritariamente rural, passou por problemas de produção devido a divisão da propriedade entre os herdeiros, as grandes propriedades de produção familiar deram espaço a pequenos lotes que mal produziam para subsistência.

Além disso, um fator secundário, mas também significativo, foi a saída de seus vizinhos alemães e suíços rumo à América. Muitos se reuniam em grupos, criando um movimento por vezes maciço que passou a alarmar as autoridades locais. Objetivando conservar a população francesa, tais autoridades buscaram reorientar o movimento para a Argélia. Dessa forma, o “sonho americano” concorria fortemente com o “sonho argelino”: “A Argélia sofreu perpetuamente com essa concorrência, pois os agentes recrutadores dos Estados americanos, ou as grandes companhias de emigração sabiam seduzir os camponeses com necessidades de terras e assistência” (FISCHER, 1997, P.60).

Constata-se, portanto, que a Argélia significava um destino profundamente atrelado às decisões do governo francês, fosse um criminoso ou mesmo um imigrante destinado a trabalhos agrícolas, esse deslocamento possuía objetivos diversos daqueles destinados à América, pois representava a chegada de um coletivo novo que impunha relações de dominação à população local por intermédio do exército e da burocracia (TEMIME, 1987, p.31).

Tais problemáticas explicam de maneira geral os fatores que levaram alguns desses colonos a deixarem o norte da África e se dirigirem às Américas em busca de melhores condições de vida. Como foi possível analisar, a América era a primeira opção entre os destinos para os quais os imigrantes podiam se dirigir, ela representava uma nova oportunidade não apenas de trabalho, mas uma mudança de modos de vida. Estima-se que durante todo o século XIX mais de 57 milhões de europeus escolheram a América como destino (MACHADO, 1994).

Esse deslocamento evoca questionamentos sobre as novas identidades assumidas por esses indivíduos, pois se em solo argelino eram colonizadores, em solo brasileiro passam a ser colonos, estrangeiros submetidos a leis de outra nação, necessitando de auxílio do governo que os acolheu para suprir diversas carências básicas como ferramentas para o cultivo, sementes, animais (em especial vacas), tratamento médico e até mesmo alimentos.

2.3 A POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA: A FORMAÇÃO DAS COLÔNIAS

Os imigrantes não cresciam com a ideia de que sairiam de sua terra natal, era muitas vezes um sentimento que brotava em meio a dificuldades. Era apenas uma minoria que buscava cruzar o Atlântico em busca de aventura e pelo prazer do desconhecido. Uma viagem de navio, mesmo que subvencionada pelo governo era repleta de dificuldades e representava uma linha divisória na vida desses sujeitos. Muitos sonhavam em fazer sua fortuna no exterior e depois voltar para casa, ricos e respeitados. “Uma grande proporção – entre 30 e 40% – realmente o fez, embora na maioria das vezes pela razão oposta, porque não tinham gostado do Novo Mundo ou tinham tido dificuldades em lá se estabelecer. Outros emigraram novamente” (OTERO, 2012, p.210).

Os envolvidos na organização de tais travessias, em sua maioria, as tratavam como fontes de lucro. Agentes de propaganda, agentes governamentais, companhias de navegação, companhias de terras, empregadores, comerciantes, todos ganhavam por “cabeça” de imigrante engajado e transportado:

Tais indivíduos faziam seus lucros acumulando gado humano nas mãos das companhias de navegação ansiosas para encher seus navios, para enviá-lo às autoridades públicas e companhias de estradas de ferro interessadas em povoar seus territórios vazios, para proprietários de minas, donos de siderúrgicas e outros empregadores de trabalho primário que necessitavam de braços. Os agentes eram pagos pelos empregadores, e pelos centavos de homens e mulheres que talvez fossem forçados a atravessar metade de um continente estranho antes de embarcar para cruzar o Atlântico (HOBSBAWM, p.208).

O principal destino dos imigrantes franceses foram os Estados Unidos, seguido do México, Argentina e então o Brasil. O Brasil ainda possuía muitas terras não povoadas, ou pelo menos não subjugada de acordo com os interesses do Estado. D. Pedro I continuou a política de D. João VI que possibilitou a propriedade de terra aos estrangeiros. A política se desenvolveu visando a constituição de núcleos coloniais, em 1819 foi estabelecida a primeira colônia no Rio de Janeiro denominada de Nova Friburgo e em seguida, 1824, a de São Leopoldo no Rio

Grande do Sul (IOTTI, 2010). Dessa forma, a vinda de imigrantes europeus significava um meio de preencher esses espaços e de certa forma dominá-los, uma vez que esses indivíduos passavam a responder através da legislação brasileira. Mas mais do que isso, significava a introdução de novo braços para o trabalho agrícola.

Dessa forma, inúmeras levas de imigrantes europeus foram atraídos pela propaganda que prometia melhores condições de trabalho no Brasil, como “concessão gratuita de terra, passagem paga, auxílio para que o colono pudesse sobreviver nos primeiros tempos” (PETRONE, 1982, p.30).

A própria ideia de vazio foi mudando e se reconstruindo ao longo do tempo. Uns acreditavam que o vazio era realmente a inexistência de qualquer tipo de pessoas; outros já consideravam a presença do indígena como um sinal de povoamento, mas vazia de pessoas laboriosas. O nativo nessas visões fazia apenas parte da paisagem local, e como tal, sua presença não significava que essas terras já estivessem povoadas (NISHIKAWA, 2007, p.19).

Inicialmente a política imigratória foi dificultada pela oposição formada pelos grandes proprietários de terras que temiam perder o financiamento do Estado, principalmente porque a economia cafeeira encontrava-se em grande expansão. No entanto, com o crescimento dos movimentos abolicionistas a mão de obra escrava era colocada em xeque. A Lei Eusébio de Queiroz (1850) fez com que muitos escravocratas buscassem refúgio no tráfico interprovincial, no entanto, essa medida apenas deslocou o problema, uma vez que as províncias fornecedoras de escravos passaram a sofrer com a escassez de gêneros alimentícios que antes eram cultivados através de trabalho escravo.

Essa situação é agravada com a Lei de Terras, aprovada em 18 de setembro de 1850 (duas semanas após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz). Sua vigência fez com que a terra passasse a ter maior significado, pois a partir dessa lei ela só poderia ser comprada, não mais concedida a outrem como ocorria até então pelo regime das sesmarias (NISHIKAWA, 2007). Dessa forma, a mão de obra deixava de ser mercadoria e a posse da terra passava a controlar o regime de trabalho. O valor de tais terras não era acessível a grande parte dos estrangeiros, o que acabava ocasionando a concentração de imigrantes nas fazendas de café.

Foi apenas quando o Estado, em especial as províncias, começaram a financiar terras a famílias imigrantes que estivessem dispostas a constituir núcleos

coloniais é que foi possível notar a mudança desse quadro. Como o desejo de muitos imigrantes era ser proprietário de terras, a oferta de colônias no Brasil foi o principal atrativo para tais indivíduos.

Para efetivar tal política, o governo passou a incentivar a atuação de propagandistas da imigração brasileira na Europa. Os agentes divulgavam maravilhas sobre a terra, não possuindo receio em exagerar a exaltação, uma vez que recebiam por indivíduo cooptado (VIDAL; LUCA, 2009). “Circulavam diversos folhetos enfatizando as vantagens do Brasil e a riqueza de seu solo, como um de 1876, que descrevia ‘os benefícios oferecidos aos imigrantes que pretendem se estabelecer no império do Brasil’”. Dessa forma, lhes eram prometidos lotes com preços preferenciais, alimentos, sementes e ferramentas até o momento em que conseguissem vender a primeira colheita. Algumas companhias também financiavam o custo da viagem de navio de um continente para o outro (CORPS, 2009, p. 344-345).

No Brasil, uma família tem 1º) direito a 50 hectares em plena propriedade por 750 F a pagar em 5 anos. 2º) habitação com alimentos antecipados, sementes, instrumentos agrícolas, bois, vacas, cavalos, mulas, porcos, cabras, aves de capoeira, até utensílios de cozinha, pagáveis em 7 anos. 3º) um valor de 50 F para cada sujeito de 10 anos ou mais. (Nectoux, 1874, apud, OSÓRIO, p.12)³⁴.

No caso francês, havia um acordo entre companhias nacionais e o governo central ou uma província. Havia casos em que os funcionários consulares brasileiros e agentes presentes no território se encarregavam do recrutamento.

Para facilitar a imigração e o estabelecimento dos colonos, o governo brasileiro e os agentes recrutadores usavam e abusavam de promessas. [...] a legislação incentivou a chegada dos imigrantes mediante uma série de leis que facilitavam a contratação na França e em outros países, e a oferta de lotes de terra para cultivo. Esse arsenal de leis era usado para atrair os colonos (CORPS, 2009, p. 344).

Cada região administrava a vinda de imigrantes de acordo com seus interesses, para que o sujeito fosse atraído a tais acordos, era realizado um contrato

³⁴ Au Brésil une famille a 1º) droit a 50 hectares en toute propriété pour 750 F payables en 5 années. 2º) au logement avec avance en vivres, semences, instruments aratoires, boeufs, vaches, chevaux, mules, porcs, chèvres, volailles, jusqu'à la batterie de cuisine, payables en 7 années. 3º) a 50 F données gratis par sujet de 10 ans et plus. [Trad. da autora].

assinado entre o colono e um representante do Estado. Havia concorrência, pois todo o Império passava por esse processo de atração de imigrantes, assim como toda a América. A efetividade ficava a cargo dos empresários de colonização que eram responsáveis por convencer sujeitos na Europa a se deslocarem para o Brasil. Alguns desses homens de negócio até mesmo criaram suas próprias colônias por seu bom relacionamento com o governo imperial e provincial, conseguindo assim preços mais vantajosos (NISHIKAWA, 2007).

H. Beaucourt, agente geral de imigração, é um exemplo do esforço que se fazia para divulgar o Brasil na Europa como destino próspero. Com a chancela da Associação Central de Colonização e o Governo Imperial brasileiro, Beaucourt e tantos outros simpatizantes distribuíam panfletos no interior da Europa.

Faz-se saber a todas as famílias que quizerem segurar a sua prosperidade para o futuro que uma Companhia vem de formar-se, tendo por fim de mandar para esta terra extravagantemente fértil emigrantes comuns. Lá chegados, a Cia. cederá a cada um 100.000 braças quadradas de terras já cultivadas, como assim morada, lugares para animais e outras pertinências, instrumentos de agricultura e gado de toda qualidade. Carpinteiros, pedreiros, marceneiros, etc. podem ganhar lá pelo menos 13 francos por dia, e além disso trabalhar nas suas terras. (...) Para dar uma idéia das vantagens que os imigrantes terão nesta terra, e cuja explicação miúda fora muito longa, diremos simplesmente que lá a caça e a pesca, que em qualquer outra parte é severamente proibida ou tem que ser paga muito cara, é um divertimento franco e proveitoso ao colono. Aqueles que queiram aproveitar-se desta ocasião favorável mandem alistar-se sem demora, porque a Cia. obriga-se só por 50.000 pessoas e a primeira partida está fixa para o dia 25 de março (BEAUCOURT, Apud. OSÓRIO, p.12).

Como apontado, a imigração francesa representou uma fração minoritária do conjunto da população europeia que se dirigiu ao Brasil no século XIX:

A vinda de franceses ao país, a despeito de expressiva em determinados momentos, não figura como exemplar de movimentos emigratórios sistemáticos e/ou subsidiados, a exemplo de tantas etnias, povos e raças que aqui aportaram em levadas significativas de italianos, espanhóis, portugueses, alemães, sírios, libaneses, japoneses, chineses e outros tantos oriundos do leste europeu (MARTINS, 2009, p. 27).

Parte significativa da presença francesa no Brasil resultou de um movimento de caráter alternado e espontâneo que, de acordo com Bivar (2000), era muitas vezes impulsionado por circunstâncias particulares, caracterizando-o como um deslocamento individual, ou seja, um fenômeno que se deu de maneira espontânea e independente de acordos bilaterais entre França e Brasil, resultando de pressões

individuais econômicas e/ou políticas e incentivada pela citada propaganda imigratória. “A diferença entre a imigração do restante da Europa e a imigração francesa é que a segunda não obedeceu passivamente às variações do mercado mundial de mão-de-obra” (MIALHE, 2009, p. 49). O que não ocorreu na citada imigração francesa para a Argélia, pois foi um movimento que resultou das políticas do Estado francês.

TABELA 1- IMIGRANTES FRANCESES ENTRADOS NO BRASIL POR DÉCADAS

(1851 – 1860)	141
(1861 – 1870)	3.343
(1871 – 1880)	3.854
(1881 – 1890)	5.266
(1891 – 1900)	4.964
(1901 – 1910)	4.795
(1911 – 1914)	5.138

FONTE: Martins (2009)

Um primeiro grupo de emigrantes franceses que chegou ao Brasil na segunda metade do século XIX dirigiu-se para a colônia agrícola de Benevides, na região metropolitana de Belém do Pará. Em seguida, um novo grupo se dirigiu para o Paraná e outros para Minas Gerais. No caso paranaense, fundaram as colônias agrícolas Theresa e do Superaguy; no caso mineiro, o cultivo foi mais difícil devido à localização da colônia do Mucuri – último sertão inculto mineiro. O fracasso de tais experiências fez com que o olhar do governo francês se voltasse para a região. Em 1859, as autoridades francesas se manifestaram contrárias às tentativas de engajamento de emigrantes para o Brasil, principalmente em razão das más condições relatadas por agente do governo francês que visitavam as colônias. Como citado anteriormente, em 1875, dois decretos foram assinados³⁵ pelo governo francês a fim de proibir o recrutamento para o Brasil e a Venezuela (MARTINS, 2009, p.32-33). O Visconde de Meaux, Ministro da Agricultura e Comércio da França, proibiu o recrutamento de seus compatriotas pela Agência Brasileira de

³⁵ Decretos de 14 de abril de 1875 e de 30 de agosto de 1875.

Imigração o que, contudo, não impediu a imigração espontânea. Desse modo, os franceses continuaram a emigrar, fazendo parte de colônias agrícolas mistas, como foi o caso, por exemplo, das colônias paranaenses Argelina, Assunguy e Rivière. No entanto, essa circular contribuiu para a diminuição do total do fluxo de imigrantes franceses até a metade da década de 1880. A preocupação do governo brasileiro não era com o contingente pouco expressivo de imigrantes franceses, mas com a propaganda negativa que essa circular de 1875 representava para os negócios do Império. Essa lei contribuiu para que os demais países, salvo a Itália, renovassem suas ressalvas às agências de emigração (LESSA; SUPPO, 2009, p.65; 89).

Os primeiros imigrantes franceses que se deslocaram para a América vieram no período final das guerras napoleônicas. O Rio de Janeiro, antiga capital e, na época, a maior cidade brasileira, foi o destino da maior parte desse contingente populacional. “A carência de mão-de-obra qualificada e de produtos ao gosto da elite local explica a diversidade de profissionais que aportaram neste país, sobretudo aqueles do setor de serviços e os comerciantes em geral (MIALHE, 2009, p. 65)”. Em São Paulo, chegaram franceses que criaram novas práticas urbanas, contribuindo no aperfeiçoamento de serviços especializados, em especial no comércio fino. A partir desse quadro Mialhe (2009, p.65) argumenta que o perfil do imigrante francês era “de homens com ofícios técnicos ou especializados, comerciantes, profissionais do setor de serviços e profissionais liberais, em nítido contraste com a massa empobrecida de imigrantes mediterrâneos que se deslocou em direção ao novo mundo”.

Bivar pondera essa ideia, explicando que a imigração francesa era voltada, sobretudo, a ocupações urbanas, mas que na sua maioria, “eram pessoas comuns que improvisavam seus papéis para a sobrevivência diária” e acabaram realizando atividades ainda pouco exercidas em São Paulo. Como será visto, um indivíduo que era serralheiro ou marceneiro na França, por exemplo, em São Paulo trabalhava com tecidos. Otero (2000) também problematiza a ideia de que a imigração francesa foi de elite. Segundo o autor, apesar dos franceses apresentarem o nível de qualificação mais alto entre os grupos migrantes³⁶, tal imigração foi de caráter popular e não apenas de elite, como julgam alguns pesquisadores. “O êxito de uma parcela dos migrantes não deve fazer, naturalmente, que se estenda indevidamente

³⁶ Com 59,2% de agricultores e colonos, 9,2% de artesãos, 3,2% de comerciantes e 7,2% de diaristas (entre 1877-1897).

essa caracterização ao conjunto da massa migratória” (2000, p.144). O mais admissível é caracterizar como um grupo de características intermediárias devido à diversidade das qualificações profissionais analisadas. O erro em considerá-la de elite está na imagem de superioridade construída sobre a cultura francesa e na presença de vários exilados políticos. Como afirmam Vidal e Luca (2009, p.21): “Boa parte dos emigrantes veio porque uma circunstância infeliz o obrigara, como um crime, um vício, ou até mesmo negociantes infelizes, operários exaustos, pais de família oprimidos pela miséria na esperança de fazer rapidamente uma modesta fortuna”. Dessa forma, é preciso revisar a imagem do imigrante francês que veio para o Brasil no século XIX como exclusivamente a de um imigrante afortunado e conhecedor de ofícios especializados, é preciso recordar os diversos casos de homens e famílias contratados na França para participar da fundação de colônias agrícolas (VIDAL; LUCA, 2009, p.20).

Através do estudo dos passaportes desses imigrantes – todos os destinos inclusos, inclusive migrações internas –, Otero (2012) argumenta que entre 1857 e 1877 havia uma composição equilibrada entre o setor industrial (33%), o agrícola (31%) e as demais ocupações (36%). Já quando analisado apenas a emigração a ultramar entre 1857 e 1890 o quadro se altera, demonstrando uma menor participação da agricultura. Deve-se ponderar tais dados, pois entre as atividades ditas “industriais” estão inclusos ofícios artesanais e da protoindústria rural.

A partir de tais dados é possível reconhecer o interesse de alguns franceses nas oportunidades de trabalho oferecidas no Brasil. No entanto, é preciso explorar a forma como esses sujeitos foram recebidos em terras brasileiras, como se deu o encontro entre tais culturas imigrantes em meio a um país em transição quanto a sua forma de exploração de mão de obra e uso das terras.

Os investimentos maciços em imigração foram canalizados para São Paulo. Por ser uma província politicamente importante, esta influenciou o parlamento no sentido de canalizar esforços nacionais para assim usufruir da política imigratória. O Paraná, por ser uma província periférica do ponto de vista econômico, não tinha as mesmas condições de promover a imigração numa escala maior, nas suas áreas despovoadas, como fez, por exemplo, o Rio Grande do Sul (IOTTI, 2010, p.32). No terceiro capítulo será tratado com maiores detalhes o programa de colonização na região de Curitiba que respondeu às necessidades de expansão da capital da

recém-emancipada província do Paraná. Tal projeto envolveu o financiamento de diversas colônias na região central que tinha por objetivo obter mão de obra para o abastecimento da capital de gêneros agrícolas em razão da crise alimentícia por que passavam as regiões cuja mão de obra havia sido conduzida para as fazendas de café no Sudeste e do cultivo de mate no Paraná.

3 DA FRANÇA PARA O BRASIL, DO BRASIL PARA A FRANÇA

3.1 A CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE CULTURA FRANCESA E SEUS ECOS NO BRASIL

A construção da ideia de *cultura* é um processo que envolveu diferentes contextos históricos e ainda continua a sofrer acréscimos e substituições. O termo foi se modificando e ampliando suas denotações a partir da prática oral e da literatura escrita. Um dos países de destaque no desenvolvimento do uso desse termo, especialmente associado com a ideia de *civilização*, é a França, país cujos detentores de instrumentos de poder procuraram delinear o que seria apresentado ao mundo como próprio de sua cultura.

A nobreza francesa era vista até mesmo pela corte alemã do século XVIII como modelo de conduta, o que representa um bom exemplo, e talvez o mais significativo, da amplitude que a ideia de superioridade cultural alcançou a partir da construção de uma imagem idealizada e sustentada pela noção de escala civilizatória. Como visto no primeiro capítulo, ao mesmo tempo em que a França desenvolveu seu projeto de civilização, tais ideias foram transportadas para colônias francesas na África, Oceania e América. O projeto imperialista passa a utilizar como uma justificativa o princípio de que os franceses, e conseqüentemente as grandes potências europeias, tinham como dever levar a outros povos a “civilização” da qual seriam despossuídos.

Uma breve consulta ao dicionário *Aurélio* da Língua Portuguesa fornece oito definições para a palavra “cultura”³⁷, são frases breves das quais as cinco primeiras relacionam o termo com a atividade agrícola e as demais à ideia de intelectualidade, saber e perfeição. Tais definições são muitas vezes tomadas como absolutas pelo

³⁷ 1. Ato, arte, modo de cultivar; 2. Lavoura; 3. Conjunto das operações necessárias para que a terra produza; 4. Vegetal cultivado; 5. Meio de conservar, aumentar e utilizar certos produtos naturais; 6. Aplicação do espírito a (determinado estudo ou trabalho intelectual); 7. Instrução, saber, estudo; 8. Apuro; perfeição; cuidado. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/cultura>>. Acesso em: 23/05/2016.

leitor, pois grande parte da sociedade concebe o dicionário como autoridade. No entanto, nem todos os vocábulos são passíveis de serem explicados em simples tópicos, como é o caso da palavra “cultura” cujos significados envolvem ideias e valores os quais mudam ao longo do tempo e variam de acordo com a sociedade que os utiliza. O estudioso britânico Raymond Williams argumenta que dicionários de definições apenas enumeram os significados ainda vigentes, não expandindo esses significados para além do que é considerado “adequado”, o que resulta em definições que muitas vezes excluem os sentidos criados no âmbito coloquial, além de esconder as disputas históricas, literárias e semânticas pelas quais a palavra percorreu para adquirir tal significado (WILLIAMS, 2007, p.34). Tais textos são fundamentalmente filológicos e etimológicos, criando assim uma variedade de sentidos, mas apresentando pouca conexão e interação entre as definições.

Williams ressalta, utilizando como exemplo o famoso *Oxford Dictionary*, que apesar de tais enumerações de significados pretenderem parecer objetivas, a própria confecção desse tipo de material deve ser analisada para que se tenha em mente que as definições encontradas não têm nada de imparcial, uma vez que fazem parte de um processo de seleção, adequação e período histórico – desenvolvidos de acordo com os valores sociais e políticos de seus editores. Destarte, é preciso ponderar o uso desse tipo de material, pois como bem defendeu o autor, poucas pesquisas sobre palavras específicas devem se restringir a uma simples consulta a um dicionário tradicional, no entanto, sem tais materiais “ainda menos investigações poderiam iniciar-se, com alguma confiança (WILLIAMS, 2007, p.35).”.

A fim de utilizar esse gênero textual, mas de forma crítica, Williams propõe a partir da escrita de seu livro *Cultura e Sociedade* (1956) uma nova forma de leitura de palavras complexas como *sociedade, indústria, cultura, classe, arte, democracia*,... O apêndice dessa obra que continha pequenos ensaios para explicar a complexidade de cada um desses termos foi expandido e se tornou um livro por si mesmo, denominado *Palavras-chave*. Nesta obra o autor chama a atenção para a necessidade de aplicar uma metodologia adequada a fim de problematizar esses vocábulos e utilizá-los adequadamente na construção de nossas ideias. Um dos meios apresentados foi a “semântica histórica” a qual valoriza os diferentes sentidos que palavras densas como “cultura” adquiriram ao longo do tempo até o presente

em que se escreve. Esse método é uma forma de escapar a essencializações, pois a palavra não é mais vista como um termo autônomo, passando a ser analisada em relação a diferentes contextos históricos em que foi utilizada. Dessa forma, o que atraiu o autor não foi os sentidos da palavra “cultura” em campos específicos de estudo, mas no seu sentido geral que é altamente variável ao longo do tempo: “Os significados originais das palavras são sempre interessantes. Muitas vezes, porém, o mais interessante é a sua variação subsequente (WILLIAMS, 2007, p.38).

Entre essas “variações subseqüentes”, a que mais chamou a atenção de Williams ocorreu no contexto universitário. A palavra “cultura” foi concebida durante muito tempo em meio a salões de chá e outros espaços públicos como uma marca de diferenciação social, inclusive no quesito comportamental; e também entre os estudantes ligados à arte da poesia, do romance, dos filmes, dos teatros e da pintura. No entanto, quando o autor britânico, ainda um estudante universitário, retorna da Segunda Guerra Mundial percebe que esse termo foi ganhando novas colocações dentro do próprio meio acadêmico: “o fato é que as pessoas não falam a mesma língua” (WILLIAMS, 2007, p.27). O que o estudioso queria dizer não era sobre diferenças de idiomas ou regionalismos, Williams percebeu mudanças nos usos dessa palavra, passando a ser utilizada no estudo da literatura, referindo-se a uma formação central de valores; e em um sentido semelhante ao de “sociedade: um modo de vida específico – ‘cultura norte-americana’, ‘cultura japonesa’ (WILLIAMS, 2007, p.29)”.

Mudanças como estas já haviam ocorrido em períodos anteriores, o termo já vinha sofrendo alterações em diversas áreas e em ritmos distintos, o que torna inviável o estudo dessa palavra apenas a partir de suas denotações atuais. Dessa forma, objetivando-se entender como esse termo se desenvolveu na França, torna-se, como propõe o próprio estudioso, de fundamental importância explorar a trajetória histórica dessa palavra para que se possa compreender seus usos políticos e conseqüentemente entender sua influência sobre outros países como o Brasil: “as palavras individuais nunca deveriam ser isolados, uma vez que seu significado depende de seus contextos reais” (WILLIAMS, 2007, p.41).

Assim como no contexto britânico estudado por Williams, o termo em francês sofreu contínuas adaptações. Inicialmente a palavra cultura, de origem latina, era comumente empregada no sentido de habitar, honrar, cultivar ou cuidar, derivando

então no século XIII para o francês antigo com o sentido principal de *cuidado com o crescimento natural na lavoura ou com os animais* (CUCHE, 1999, p.19-20). A partir desse significado o termo foi ganhando novas denotações, de ação (verbo cultivar), passa progressivamente a partir do século XVI a representar um estado de espírito, um processo de desenvolvimento humano, o que se tornaria um conceito fundamental para os iluministas franceses que “concebiam a cultura como um caráter distintivo da espécie humana. A cultura para eles era a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade” (CUCHE, 1999, p.21). Como substantivo independente o termo só passa a ser empregado no final do século XVIII e ganha frequência apenas na segunda metade do XIX.

É importante refletir não apenas sobre o século em que o conceito de cultura começa a ser utilizado, mas também em que contexto espacial isso se deu: países da Europa ocidental. Como aponta Cuche (1999, p.17), é significativo que “a palavra ‘cultura’ não tenha equivalente na maior parte das línguas orais das sociedades que os etnólogos estudam habitualmente”. Isso não quer dizer, obviamente, que essas sociedades não tenham cultura, mas que não surgiu a necessidade de discutir sobre o tema, não há sentido em sua dinâmica definir sua própria cultura. Esse último ponto se torna importante em razão de, como argumenta, Norbert Elias, o conceito de “cultura” na Alemanha e “civilização” na França terem sido criados justamente para definir seus próprios modos de vida em relação aos demais povos: “expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior (ELIAS, 1994, p.23).

É nesse entroncamento que encontramos o termo francês *cultur* sendo emprestado para o alemão. No caso alemão, a palavra *Kultur* no sentido figurado aparece no século XVIII. Nesse período, a língua francesa possuía grande prestígio entre os aristocratas germânicos, o que explica o empréstimo linguístico do francês: “falar francês era o símbolo de status de toda classe superior” (ELIAS, 1994, p.30).

Elias explica que o conceito alemão de *Kultur* enfatizava a “identidade particular dos grupos”, o que era de grande utilidade para o contexto em que os alemães buscavam unificar suas fronteiras nacionais (ELIAS, 1994, p.25). O termo ganhou maior espaço devido a sua adoção pela burguesia intelectual alemã que reformulou a ideia para fazer oposição à aristocracia da corte: “a autolegitimação da

classe média pela virtude e as realizações tornam-se mais precisas e enfáticas e a polêmica contra as maneiras externas e superficiais encontradas nas cortes fica mais explícita” (ELIAS, 1994, p.29), ou seja, a burguesia definia como “cultura” o enriquecimento intelectual e espiritual, logo aquilo que fosse relativo a aparências era automaticamente associado às cortes que eram consideradas despossuídas dessa autenticidade.

Dessa forma, embora o termo “cultura” tenha raízes francesas, a França não foi o local onde se iniciou a proeminência desse termo, mas sim da ideia de “civilização” que passa a ser usada de forma independente no mesmo período que “cultura”. O termo era usado como sinônimo de *cultivé*, *poli* ou *police*, que eram usados pelos membros da corte para definir seu próprio comportamento: “comparavam o refinamento de suas maneiras sociais, seu ‘padrão’, com as maneiras de indivíduos mais simples e socialmente inferiores” (ELIAS, 1994, p.54). No entanto, tal conceito de civilização não se restringiu apenas aos limites franceses, expandiu-se violentamente, representando uma ideia universalista que justificou o expansionismo colonial sobre demais territórios com o fim de dominá-los através da justificativa de que praticavam uma missão necessária de levar “civilização” aos que dela eram despossuídos.

De maneira oposta ao caso alemão, a burguesia francesa foi atraída para a sociedade de corte: “já no século XVIII, não havia mais qualquer grande diferença em costumes entre os principais grupos burgueses e a aristocracia de corte” (ELIAS, 1994, p.51). A burguesia francesa vinculou-se à tradição de corte e ambas auxiliaram na construção da ideia de uma nação modelo, de um território que teria chegado ao ápice do processo evolutivo – civilizatório. Tal concepção se manteve mesmo após a revolução burguesa na França, ou seja, destruiu-se a velha estrutura política, mas mantiveram-se os costumes tradicionais (ELIAS, 1994, p.63).

Em linhas gerais, para os franceses “civilização” referia-se a progressos coletivos, já “cultura” a progressos individuais. Esta só adquire um caráter mais abrangente ao longo do século XIX, designando características próprias de uma comunidade, aproximando-se da palavra “civilização”. Foi então que progressivamente passou-se a defender a ideia de “cultura da humanidade”, minimizando os particularismos culturais, o que, segundo Cuche (1999, p.30), “acompanha a concepção eletiva de nação, surgida na Revolução: pertence à nação

francesa [...] todos os que se reconhecem nela, quaisquer que sejam suas origens”. Certamente que não se tratava de oferecer a todos os mesmos privilégios que recebiam os franceses, mas de propagar a toda a humanidade os hábitos franceses.

Ressalta-se que no século XVIII “cultura” era empregada no singular, demonstrando a ideia de uma cultura única de uma nação superior. Em razão dessa concepção é notória a ação do estudioso Johann Gottfried Herder que, já em 1774, defendia o “gênero nacional” de cada povo. Sua crítica recai sobre o universalismo uniformizante do Iluminismo, uma vez que entendia que havia diversidade de culturas. Escreveu contrariamente à ideia de que a cultura ou civilização fosse um processo unilinear em direção ao ápice que seria a cultura europeia:

Argumentava que era necessário, no que consistia uma inovação decisiva, falar de “culturas” no plural: culturas específicas e variáveis de diferentes nações e períodos, mas também culturas específicas e variáveis dos grupos sociais e econômicos no interior de uma nação (WILLIAMS, 2007, P.119-120).

Essa ideia foi herdada pelos românticos que passam a utilizá-la como uma forma de oposição ao significado dominador que a ideia de “civilização” impunha a diversos povos. “Cultura” passa a representar a ideia daquilo que era nacional, do campo das tradições, incluindo a ideia de cultura popular associada ao folclore. Além disso, serviu como base para atacar o que era visto como “mecânico” nessa nova sociedade industrial que emergia na Europa, diferenciando o que era desenvolvimento “humano” do “material” (WILLIAMS, 2007, p.120).

Dois séculos mais tarde, Michel de Certeau publicaria seu livro *A cultura no Plural* (1974) no qual defendeu a valorização do estudo das culturas em sua diversidade, dando voz às minorias que muitas vezes o discurso oficial tenta refrear. Assim, diferentes teorias da cultura passaram a ser desenvolvidas ao longo do século XX buscando problematizar as ações humanas como culturais e expandir o conceito de cultura para além das teorias dominadoras do período colonial.

Atualmente, o termo cultura ganhou ainda outro significado, o qual segundo Williams parece ser o mais utilizado: expandiu-se da concepção de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético para significar práticas intelectuais, particularmente artísticas – música, literatura, pintura, escultura, teatro, cinema – uma espécie de forma aplicada do sentido anteriormente citado (WILLIAMS, 2007, p.121).

Williams argumenta que essa complexa e ativa história da palavra “cultura” pode causar a impressão de algo vago, no entanto, “o que é significativo é o leque e a sobreposição de sentidos” (WILLIAMS, 2007, p.122), pois demonstra que há um debate complexo que merece ser problematizado em diferentes campos do saber. Como afirma Cuche, “[...] Seja no campo político ou religioso, na imprensa ou em relação aos imigrantes, a cultura não se decreta; [...] ela está relacionada a processos extremamente complexos e, na maior parte das vezes, inconscientes” (CUCHE, 1999, p.15). Tal complexidade, como argumenta Williams, não está na palavra, “mas nos problemas que as variações de uso indicam de maneira significativa” (WILLIAMS, 2007, p.123).

É possível inferir que apesar de tais movimentos que utilizaram a ideia cultura como forma de combate ao projeto utilitarista e colonial europeu, os usos do termo revelam que este foi muitas vezes utilizado como forma de dominação e superioridade de um povo sobre o outro, pois como afirma Cuche (1999, p.12), tais lutas que envolvem campos de definição “são em realidade, lutas sociais, e o sentido a ser dado às palavras revelam questões sociais fundamentais”. A imagem de autoridade europeia foi moldada durante o século XIX através da fabricação de símbolos, cerimônias e tradições, a Europa passa a projetar seu poder sobre o passado a fim de atribuir-lhe legitimidade. A tradição e a longevidade associadas à ideia de cultura foram peças chaves nesse processo que faz parte da construção identitária. (SAID, 1995).

O século XIX é carregado de exemplos de tentativas, muitas vezes efetivadas, de manipulação de suas heranças simbólicas, de forma a romantizar o passado, em especial os costumes medievais:

[...] foi apenas no século XIX que os historiadores europeus das cruzadas começaram a não mencionar a prática do canibalismo entre os cavaleiros francos, muito embora as crônicas dos cruzados da época se referiam sem pejo ao consumo de carne humana (SAID, 1995, p.54).

Exemplo semelhante se deu na delimitação do que seria entendido como “cultura popular francesa”. Certeau, em sua obra citada anteriormente, demonstra que esse processo resultou de uma construção de letrados que possuíam fins políticos. Os estudos sobre a literatura considerada popular nasceram ligados à censura social no século XIX, momento em que ocorreram diversas manifestações populares como as jornadas republicanas de 1848 e os protestos após a

restauração do Império em 1852. Assim, com o fim de frear tais movimentos, o que era considerado perigoso ou suspeito de ameaçar o governo passa a ser estudado com o fim de ser manipulado e/ou censurado.

Foi o caso da literatura de *colportage* – livros de caráter popular vendidos por livreiros ambulantes entre os séculos XVII e XVIII. Com a censura posta em prática em 1852, alguns estudiosos passam a ser os únicos a terem acesso a esse material e então se apropriam dele para estudar. O resultado de tais pesquisas, segundo Certeau, significou uma forma de enterrar diversas culturas vivas, pois havia uma curiosidade científica, mas não uma vontade por reencontrar o povo e suas práticas identitárias (CERTEAU, 2005, p.56). Empreende-se uma seletividade sobre essa cultura, o que fez com que o popular fosse apenas o que o governo oficializasse. O mesmo se deu com a restrição dos usos dos patoás³⁸ na língua francesa no final do século XVIII pelo abade Grégoire, a ação tinha por finalidade eliminar a “feudalidade” mantida pelos particularismos linguísticos em defesa da unidade nacional, da imagem da nação francesa forte e unida em um só idioma (CERTEAU, 2005, p.60). Conforme explica Williams, as críticas ao uso “vulgar” de certas palavras é uma busca por um purismo linguístico que se torna nocivo à própria língua, pois “a vitalidade de uma língua inclui todo tipo de ampliação, variação e transferência” (WILLIAMS, 2007, p.39).

Nesse mesmo período a cidade passa a ser um ambiente temido pelo governo francês, uma vez que era palco das revoltas que buscavam dissolver as hierarquias tradicionais. Dessa forma, buscou-se o oposto – o campo, tido como puro e cujas virtudes ainda estavam preservadas. Em sua obra *La rosière de Salancy* (1867), o literato Joseph Chantres exaltou que “a proximidade da natureza ligada a séculos de moral Cristã produz esses ‘sujeitos fiéis, dóceis e laboriosos (CERTEAU, 2005, p.58)”. Dessa forma, a arte popular passa a ser entendida como “tudo aquilo que se produz ou se conserva no povo, longe da influência dos centros urbanos” (CERTEAU, 2005, p.64). A ideia de que as pessoas do campo eram sujeitos frágeis como uma criança passou a ser reforçada. Buscou-se oficializar a cultura popular para que assim ela pudesse ser controlada e transformada em um “museu tranquilizador”.

³⁸ Palavra de origem francesa: patois. Refere-se a um dialeto majoritariamente oral falado em uma região restrita e que se difere da língua oficial.

Tais exemplos demonstram como a ideia de uma coesão e busca pela perfeição faziam parte do projeto político da aristocracia e posteriormente da burguesia que almejavam a construção da “cultura francesa” como um modelo universal. Certeau (2005, p.63) cita a revista francesa *La Tradition Nationale* (1896) e demonstra como a noção de cultura francesa era tema dos meios de comunicação, marcando a busca por “preservar” uma imagem: “sobretudo, permanecem franceses”. A partir da construção desse modelo, busca-se uma unidade, no entanto, esta suposta uniformidade se contradiz com um cotidiano cercado de regionalismos, intercruzamentos e hibridismos.

Diante desse quadro de construção do que deveria e do que não deveria fazer parte da tradição francesa, é preciso explorar como essa imagem foi transportada a outros povos além das fronteiras europeias e de que modo estes leram esses símbolos, em especial a ideia de “ser civilizado”.

Como argumentou Elias, a ideia de “civilização francesa” foi fundamental para que tais teorias hierarquizantes fossem divulgadas e conquistassem milhares de adeptos: “o conceito resume em uma única palavra seu orgulho pela importância de suas nações para o progresso do Ocidente e da humanidade (ELIAS, 1992, p.24)”, o que de certa forma representava uma busca para que as outras sociedades se assemelhassem ao ideal francês de sociedade.

É em razão disso que o Said defende que se deve estudar acima de tudo os cruzamentos entre o *imperialismo* e a *cultura*, uma vez que esse processo foi fomentado através da propaganda que idealizava determinado modo de vida. No caso francês era o ideal de civilização francesa que passa ser introjetado, sendo transmitido através de meios culturais, ora na forma de mídias impressas, ora através do clima gerado pelos romances, pela teoria racial, pela especulação geográfica, pelo conceito de identidade nacional³⁹,... demonstrando a força com que tais construções atingiam diversas camadas sociais.

Ao analisarmos o contexto brasileiro durante os séculos XIX e XX é possível identificar os ecos da construção desse ideal de “cultura francesa”. Muitas vezes significando um conhecimento superior, a ideia de *cultura* foi frequentemente associada aos costumes franceses, os quais eram vistos como um exemplo de modo de vida a ser seguido.

³⁹ Ibidem, p.37

A visão de muitos intelectuais brasileiros do século XIX sobre a França concentrava-se na idealização de Paris. A cidade era a referência mítica dos artistas, era considerada o centro da cultura mundial: “Ir a Paris tornou-se uma necessidade para todo o intelectual (CARELLI, 1994, p.185)”. A partir do final do século XVIII, os intelectuais brasileiros passaram a escolher Paris à Coimbra para estudar. Essa ruptura se deu em especial após 1816, momento em que D. João VI convida um grupo de artistas franceses para lecionar artes plásticas no Rio de Janeiro – a chamada Missão Artística Francesa. Os intelectuais brasileiros passam a ler diversas obras francesas, tinham como espelho Victor Hugo, Leconte de Lisle, Baudelaire, Balzac, Flaubert, Zola e Julio Verne. Seu herói não era nem Caxias, nem José Bonifácio, mas Napoleão Bonaparte (CARELLI, 1999, p.190-191).

Tal admiração se manteve forte ao longo dos séculos, influenciando diversos movimentos literários. Carelli demonstra que é evidente nos escritos do fundador do romantismo brasileiro, o poeta Gonçalves de Magalhães (1893), sua admiração pela cultura francesa. O escritor declarava que o Brasil possuía uma dívida com a França em razão da cultura herdada através dos escritos de Montesquieu e de Rousseau, afirmando que “um povo é sempre filho de outro povo”. (MAGALHÃES apud. CARELLI, 1999, p.187).

A língua francesa era o idioma preferido das elites e também estava presente em algumas instituições de ensino. Criou-se a ideia de que a cultura francesa viria para polir as arestas de um país em construção.

A mesma admiração crescia com o aumento do consumo dos chamados “artigos de Paris”. Os responsáveis pelo comércio desses produtos eram em sua maioria imigrantes franceses que passam a utilizar essa exaltação da cultura francesa pelos brasileiros a seu favor.

A partir de 1850 até o final do século XIX, o volume comercial entre Brasil e França só foi superado pelo comércio entre Brasil e Inglaterra. O Brasil consumia principalmente tecidos, objetos de luxo e de decoração e vinhos (MIALHE, 2009). De acordo com Emília Viotti da Costa (1953, p.328-329):

[...] todo artigo fica imediatamente valorizado se a ele ajuntar-se a rubrica ‘vindo de Paris’. Todo artesão adquire especial prestígio se for francês. [...] Esses numerosos franceses, na sua maior parte simples comerciantes, modestos artesãos, contribuíram poderosamente para a evolução do pensamento e dos modos de vida em São Paulo. [...] Da sua atividade

ficaram mais que traços materiais: alguma coisa do espírito e da cultura de cada um.

Na segunda metade do século XIX os dados gerais sobre exportações e importações colocavam o Brasil em 9º lugar entre os maiores consumidores de produtos franceses⁴⁰, eram mais de 75 milhões de francos que chegavam diretamente aos cofres franceses (OSÓRIO, 2001).

Esse mercado ávido por produtos franceses atraiu a atenção de muitos imigrantes que buscaram na venda de produtos franceses uma forma de sobrevivência. Ao estudar a presença francesa na cidade de São Paulo, Bivar (2007) aponta que muitos franceses improvisavam suas funções – trabalhavam ao mesmo tempo como cozinheiros, saltimbancos, dentistas e professores de francês, mesmo que na França não exercessem tais atividades. Eram estratégias de sobrevivência em um novo ambiente no qual exigia-se do imigrante primordialmente sua força de trabalho.

Exemplos como esse se espalharam por outras cidades brasileiras. De acordo com Boschilia (1996), na capital do Paraná tais referências tornaram-se comuns no setor comercial. Destacar a origem francesa do produto ou mesmo do próprio vendedor era por si só uma propaganda, uma forma de expressar que seu produto era importado da capital mundial da moda. Dessa forma, muitas casas de comércio passaram a receber nomes franceses. Havia o *Chic de Paris, Au Petit Bazar*, dos sírio-libaneses Cheres e Gabai, que importava roupas prontas vindas de Paris e da Bélgica e tecidos de crepe e seda da China; *A La Ville de Paris*, antiga Casa Central de J. Azulay e Cia., especializada em artigos para homens e crianças; e uma das mais famosas desta rua: O Louvre. “Fundada em 1912 por Bertholdo Hauer e Otto Braun, a loja, que se manteve em atividade até os anos oitenta, era um espaço destinado preferencialmente ao comércio de tecidos” (BOSCHILIA, 1996, p.45), o que demonstra a longevidade da influência francesa no Brasil.

A loja *Chic de Paris* anunciava “dispor de um completo e elegante sortimento de fazendas importadas da França e de hábeis oficiais para confeccionar ‘obras de apurado gosto, pelos últimos figurinos’” (BOSCHILIA, 1996, p.44). Tais anúncios demonstram que havia um grande público interessado nesse tipo de produto.

⁴⁰ O Brasil estava em 14º lugar entre os países exportadores para a França.

O sucesso dos produtos franceses era tanto que muitos mascates, mesmo falando apenas algumas palavras em francês, declaravam-se franceses e passavam a vender joias, tecidos, perfumes aos aristocratas das fazendas – “eles se beneficiavam da aura parisiense em um momento em que a língua francesa fazia parte integrante da educação brasileira” (CARELLI, 1999, p.132-133). Tais ações demonstram como esses indivíduos eram capazes de criar meios de integração social a partir de questões culturais que foram sendo construídas durante séculos.

No entanto, apesar do Brasil ter se demonstrado aberto aos costumes, às produções literárias, científicas e artísticas importadas pelos imigrantes franceses, havia um sentimento de desconfiança em relação ao estrangeiro que pode ser analisado nas leis que restringiam a entrada e permanência de imigrantes indesejados, beneficiando apenas aqueles que estivessem dispostos a trabalhar em ocupações necessárias para o país, em especial os trabalhos agrícolas. Havia fazendeiros que eram “platonicamente favoráveis à imigração, mas que estavam convencidos de que a mão-de-obra europeia não era adaptada à cultura do café ou cana de açúcar sob o sol brasileiro” (CARELLI, 1999, p.139-140), o que causava discussões acirradas entre os que lucravam com o engajamento desses indivíduos na Europa.

Além disso, em razão da situação conflituosa do Estado francês ao longo do século XIX, havia certo receio por parte do governo brasileiro em relação a vinda de franceses, acreditava-se que poderiam ser enviados apenas indivíduos não desejados pelo Estado francês. A simpatia pela cultura francesa foi a responsável por garantir a aceitação desse movimento por parte das elites políticas. O político Pereira da Silva, ainda que preferisse a imigração alemã defendeu:

As características brasileiras parecem com as francesas mais que nenhum outro povo. Foi a França que enviou seus livros, suas revistas e seus jornais, importou e desenvolveu no Brasil o amor pelas letras, pelas artes e pelas ciências. A língua francesa faz parte da educação do povo. Nas escolas, nos liceus, nas faculdades de instrução superior, nos estudos especiais, nas belas artes e no teatro, somos submetidos à influência intelectual da França (OSÓRIO, 2001, p.20).

A influência intelectual francesa passou a ser preponderante nos locais de estudo, sendo responsável por grande parte do desenvolvimento da escrita da história no Brasil. De acordo com Manoel Salgado Guimarães (2011), a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1839 tinha como objetivo

elaborar a construção da história nacional, mas o modelo para a escrita dessa narrativa seria a história europeia. Dessa forma, se a Inglaterra era o modelo a ser seguido em termos econômicos, a França era sem dúvida o caminho para as artes e cultura.

Tais influências estavam presentes antes mesmo do Brasil se tornar nação. A Missão Artística Francesa (1816) que trazia como principais entusiastas D. João VI e o estudioso francês Joachim Lebreton foi responsável por divulgar a arte e a literatura francesa entre os intelectuais brasileiros (GUIMARÃES, 2011).

Aliado ao IHGB estava o Instituto Histórico de Paris (IHP). Criado em 1834, tinha por objetivo ser o representante oficial da escrita da história francesa e o responsável por divulgá-la pelos demais países. Diversos brasileiros passaram a se associar à instituição, em especial os que já eram membros do IHGB⁴¹. Guimarães (2011, p.102) argumenta que isso pode ser explicado pela significância em ser membro de um instituto com sede em Paris, pois legitimava os escritos e publicações em qualquer periódico brasileiro, sem contar que o instituto “enraizado na crença da fundação civilizadora da cultura francesa, surgia como modelo para a fundação do IHGB”.

Essa influência teve especial importância para a escrita da história no Brasil. O IHP possuía raízes nos trabalhos literários do romantismo que estavam ligados à questão nacional e consequentemente na busca das origens em pesquisas históricas. Entre as ideias defendidas por seus adeptos estava a de valorizar a história como disciplina, recusando seu uso como auxiliar de outros campos de estudo. De acordo com Guimarães (2011), o IHGB seguiu essa linha de pensamento e procurou através da coleta de diversas fontes a construção de uma narrativa sobre o passado das províncias brasileiras com o fim de construir a história nacional tal qual possuíam as nações europeias.

O instituto passa a ter como objetivo a propagação dos estudos históricos desenvolvidos na França para o estrangeiro. Dessa forma, diversos documentos que eram considerados de relevância para a investigação histórica eram publicados em

⁴¹ Nos primeiros anos do surgimento da instituição 46 brasileiros tornaram-se membros, sendo que 26 desses também faziam parte do IHGB.

seu periódico que era largamente lido pelos intelectuais no Brasil⁴² (GUIMARÃES, 2011).

Tal idealização da intelectualidade da cultura francesa se estendeu para a visão que se tinha do imigrante. Dessa forma, aqueles que apoiavam a vinda de colonos franceses descreviam-nos como sujeitos de qualidades intelectuais, ressaltando suas habilidades em serviços especializados. Buscava-se demonstrar que eram imigrantes selecionados, diferenciando-os de indivíduos de outras nacionalidades.

A chamada colônia do Saí⁴³ foi um exemplo de como os imigrantes eram selecionados antes de serem aceitos no Brasil. Criada em 1842 pelo francês Benoit Jules Mure seguidor das teorias de Fourier, o local tinha por objetivo abrigar colonos dispostos a construir uma experiência socialista no Brasil. Como apontou Silva (2007), as dificuldades iniciaram-se pela incompatibilidade com os princípios da política brasileira, havia receio de que as ideias revolucionárias que se espalhavam na Europa chegassem ao Brasil. No entanto, o discurso de Mure foi se adaptando à medida em que este descobriu como adequá-lo às necessidades mais imediatas do Brasil:

Seu projeto se distancia muitas vezes da proposta de Fourier, principalmente quando enfatiza a industrialização que ocorreria após a chegada dos imigrantes franceses. Apresentou a lista dos indivíduos que viriam formar a colônia, entre eles estavam engenheiros e técnicos especializados na construção de máquinas a vapor. Para um Brasil agrário, isto seria um salto tecnológico. Com um projeto que primava à industrialização, não foi difícil para Mure conseguir apoio de pessoas influentes que o ajudassem a divulgar sua proposta e facilitar seu contato com o imperador. (SILVA, 2007, p.74).

O fundador da colônia divulgou seu projeto exaltando as inúmeras possibilidades que tais indivíduos poderiam encontrar no Brasil. Apresentada como uma escolha vantajosa e colocada como um privilégio aos que pudessem participar, Mure realizou uma seleção entre os colonos dispostos a realizar a travessia: “Havia muito otimismo na França em relação à colônia, mais de 2.000 pessoas se candidataram e apenas 1.000 foram selecionadas, **todos eram imigrantes de**

⁴² Os membros do Instituto de todo o mundo recebiam gratuitamente cópias do periódico que era de publicação mensal.

⁴³ Localizada próximo à cidade de São Francisco do Sul, na margem norte da Baía de Babitonga em Santa Catarina.

qualidade impressionante” (SILVA, 2007, p.73)⁴⁴. Destaca-se o fato de Mure e dos recrutadores brasileiros (e até mesmo da autora do artigo) mensurar a “qualidade” desses imigrantes pelo grau de especialização de mão de obra. O imigrante francês é mais uma vez associado ao trabalho urbano qualificado e é apresentado como um meio de contribuir para o crescimento do Brasil.

No entanto, nem todos os franceses que aportaram no Brasil possuíam conhecimentos sobre artigos de luxo e serviços urbanos ou faziam parte da elite intelectual que possuía acesso aos periódicos franceses. Grande parte foi encaminhada às fazendas ou a colônias do Estado para exercer trabalhos rurais. A experiência vivida por esses sujeitos é ainda pouco explorada, como afirmaram Vidal e Lucca (2009, p.20),

Para o século XIX, a imagem da imigração francesa para o Brasil é, antes de tudo, a de uma população urbana e qualificada, voltada para os setores da moda. Essa realidade, tantas vezes atestada pelos contemporâneos e pela historiografia, esconde outro tipo de presença: a de homens e famílias contratados na França para participar da construção de colônias agrícolas.

São diversos os textos que abordam a contribuição da cultura francesa em nossa sociedade⁴⁵, constrói-se a imagem do francês como um indivíduo dotado de saberes sofisticados cujos valores são transportados para uma sociedade ainda em processo de civilização. Esse ideal não é só algo encontrado na historiografia, mas como visto também era um sentimento próprio do período e compartilhado tanto pelos intelectuais que consumiam a literatura, como a sociedade em geral que idealizava os produtos importados.

É em razão dessa exaltação que é preciso analisar outras facetas desse contexto, uma vez que não vieram apenas imigrantes do meio urbano ligados a ofícios especializados, pelo contrário, o número de indivíduos provenientes do campo foi maior para todos os grupos imigrantes (VIDAL E LUCCA, 2009).

A grande problemática que envolve esses imigrantes é o modo como foram tratados a partir do momento em que não apresentaram o caráter do “francês refinado” e ainda não obtiveram a produtividade agrícola esperada pelo governo.

Através das fontes presentes no Arquivo Público do Paraná é possível constatar diversas situações em que os imigrantes franceses destinados aos

⁴⁴ [Grifo nosso].

⁴⁵ Alguns exemplos são as obras de VIOTTI DA COSTA (1953); NASCIMENTO E LACERDA (2009); CORRÊA FERNANDES (2006) WESTPHALEN (1982).

trabalhos agrícolas são criticados por seu trabalho improdutivo. No final da década de 1860, o Ministro de Terras francês que acompanhava a distribuição dos terrenos para os novos colonos criticou duramente seus compatriotas que imigraram para o Brasil:

[...] Os 25.000 a 30.000 franceses instalados no Brasil (20.000 no Rio) em grande número são na maior parte pouco dignos de consideração. Comerciantes sem escrúpulos, aventureiros, colonos incapazes de se adaptar, ao lado, todavia, de numerosos imigrantes vindos sós ou com suas famílias buscar o trabalho que a Europa não lhes oferecia e que seriam integrados nessa sociedade acolhedora e participaram eficientemente do desenvolvimento do país⁴⁶.

Ao falar sobre a colônia Theresa, colônia particular organizada pelo médico francês Maurice Faivre, o viajante inglês Bigg-Wither (1974, p.166) demonstra sua insatisfação sobre o trabalho do colono francês, considerando um “desperdício” o emprego de franceses no trabalho agrícola: “Depois de mandar buscar muitas famílias francesas e despender largas somas de dinheiro público e particular, o Dr. Faivre, segundo dizem, morreu de desgosto ao ver caírem por terra os seus esforços, sendo enterrado no palco de suas desilusões”.

Diante desse quadro, é possível concluir que nem sempre ter nascido na França significava ascensão social. A França trazida por esses imigrantes não era um ambiente de luxo e de tradições da extinta corte, mas um ambiente de escassez de alimentos e insumos.

Essa “seletividade” característica do processo migratório nos auxilia a pensar sobre as consequências do que Said denomina de “consciência das linhas entre culturas”. As diferenças entre as culturas permitem que seja estudado em que medida determinada cultura é uma estrutura de autoridade criada pelo homem e algo que pode ser ao mesmo tempo benéfico para os que ela inclui e destrutiva aos que exclui e rebaixa. “Em todas as culturas nacionalmente definidas, creio eu [Said], existe uma aspiração à soberania, à influência e ao predomínio” (SAID, p.46). Como visto, desde o exemplo da censura na França sobre o que seria admitido como cultura popular até a seletividade dos imigrantes em território brasileiro, há grupos que se utilizam do poder sobre os instrumentos de Estado a fim de delimitar o que será admitido como oficialmente parte da cultura de determinado território.

⁴⁶ DEAP, 1969, AP.55

O que estava em jogo, portanto, era a construção da nova identidade que o governo brasileiro buscava edificar, ou seja, do mesmo modo como a França durante séculos desenvolveu meios para delimitar o que seria “adequado” denominar como cultura francesa, o Brasil passa a delimitar quem seriam os novos atores sociais de suas fronteiras territoriais e identitárias.

Certeau (2005, p.57-58) possui uma visão crítica a esse respeito e traz o problema para a atualidade, critica que a operação científica sobre a cultura dita popular (e aqui também pode-se incluir a dos imigrantes) ainda obedece a leis semelhantes à do passado, uma vez que continua a haver o processo de eliminação: “o saber permanece ligado a um poder que autoriza”. Se ainda hoje na Europa noticia-se diariamente casos em que há a pessoas defendendo a ideia de um purismo cultural contra a entrada de refugiados, ou ainda ações discriminatórias contra imigrantes é eminente problematizar até que ponto esse poder controla as ações da sociedade:

[...] o que está, portanto, em causa, não são ideologias nem opções, mas as relações que um objeto e os métodos mantêm com a sociedade que os permite. [...] Isso quer dizer que um aperfeiçoamento dos métodos ou uma inversão das convicções não mudará o que uma operação científica faz da cultura popular. É preciso uma ação política (CERTEAU, 2005, p.58).

É necessário que as pesquisas voltem seus olhares para aquilo que as instituições de poder buscam censurar, ou até mesmo “proteger” contra a dinâmica social. Certeau (2005, p.10) não entende a cultura como um tesouro a ser preservado, mas como “um trabalho que deve ser realizado em toda a extensão da vida social”. Dessa forma, quando se estuda as manipulações empreendidas no campo cultural na França ou no Brasil, pode-se interpretá-las como uma tentativa de normatizar a sociedade, o que tem consequências na dinâmica social, pois se dificulta a diversidade de expressões individuais.

3.2 A IMAGEM DOS FRANCESES SOBRE O BRASIL: ENTRE RELATOS DE VIAJANTES E PATROCINADORES DA EMIGRAÇÃO

Os primeiros franceses a aportarem em terras brasileiras datam do século XVI, nas chamadas Invasões Francesas, no entanto, as influências culturais

penetraram com maior intensidade a partir da citada Missão Artística Francesa. Foi a partir dessa abertura à cultura francesa que estudiosos de outras áreas vieram “explorar” as terras brasileiras.

De acordo com Carelli (1994, p.183) os franceses possuíam uma visão pitoresca do Brasil “como um jovem país exótico em vias de modernização”. O gramático Francês Adolphe d’Assier escreveu em 1867 a obra *Le Brésil contemporain: Races moeurs, institutions, paysages* na qual defendeu que seria apenas com a infusão do sangue europeu que a “civilização” prosseguiria no território brasileiro o qual ele condenou como sendo um local entregue somente à força da natureza (CARELLI, 1994, p.131).

Na visão dos defensores do movimento imigratório, tal superioridade cultural deveria ser implantada através da presença de colonos franceses em terras estrangeiras. Ao encontro desse pensamento estava a importância comercial entre os dois países. Com os problemas envolvendo o governo imperial que não aceitou facilmente a delimitação da Inglaterra em cessar o tráfico Atlântico de escravos, as relações comerciais entre os dois países estremeceram, abrindo espaço para que os interesses comerciais da França ganhassem espaço. Dessa forma, diversos viajantes passaram a ser convocados a escrever sobre o Brasil com o fim de estimular a imigração francesa e assim fortalecer o comércio entre os dois países (OSÓRIO, 2001).

Segundo a análise da pesquisadora Lígia Osório (2001), existia um debate na França sobre o futuro dos franceses que imigrassem para o Brasil. A *Revue des Deux Mondes*, fundada em 1829, é a revista francesa mais antiga ainda em circulação. Seu conteúdo tinha como principal foco as relações da França com outros países europeus e em especial com a América. Entre 1830 e 1880 foram publicados quarenta artigos sobre a situação do Império do Brasil, que se apoiavam em estatísticas e depoimentos de viajantes. Nesse período, representava uma revista alinhada ao governo monárquico, portanto, apresenta aspectos propagandísticos sobre o Brasil. Guimarães (2011) evoca que se houve grande interesse dos brasileiros pelas artes francesas, certamente houve uma resposta por parte dos franceses, em especial com o fim de propagar sua missão civilizadora. A *Revue des Deux Mondes* representava, portanto, um real meio de contato Brasil-França, uma vez que estimulava a visita de indivíduos nos dois lados do Atlântico e

possibilitava que os debates franceses sobre governos e cultura brasileiros chegassem aos olhos de intelectuais que tinham na França um modelo a ser seguido.

Como objetivo principal a revista se colocava como responsável por fechar a lacuna que a intelectualidade e também o Estado Francês tinha sobre os modos de outros povos no que fosse relativo à organização política e civil, administração local e recursos no campo da indústria e da agricultura, por exemplo:

[...] Importa então conhecer bem o que se passa e o que se passou em outros povos, a fim de adotar de suas instituições o que poderia aplicar a nossos hábitos, à nossa característica, aos progressos de nossas luzes, à posição geográfica de nosso território (Revue des Deux Mondes, 1829, p.1).

Nos primeiros anos de publicação da revista, o Brasil aparece em grande parte dos periódicos⁴⁷. Inicialmente tais textos faziam apenas descrições geográficas sobre o território e pontuavam sobre o tipo de governo e situação econômica.

Em 1851, o francês Emile Adet escreve um artigo comentando sobre sua visita ao império do Brasil. Como era de costume, comenta sobre as dificuldades dos europeus em se adaptar ao clima dos trópicos, mas também elogia a elite brasileira considerando-os de boa instrução, especialmente por grande parte ter estudado na Europa⁴⁸:

A nova geração dos proprietários brasileiros é instruída; A maioria dos fazendeiros estudou na França, Alemanha, Inglaterra ou Portugal. Está em sua influência acima de tudo que a emigração deve buscar apoio; é a isso que devemos a melhoria dos negros no Brasil; Os primeiros proprietários de escravos eram geralmente homens ignorantes; Os de hoje, que obtiveram instruções de fontes europeias, têm em seus corações princípios da humanidade; Eles entendem a escravidão brasileira como uma necessidade provisória e infeliz, que, mais cedo ou mais tarde, será necessário substituir por instituições liberais e filantrópicas. A emigração europeia encontraria nesta classe esclarecida da população brasileira uma ajuda útil e sincera (Revue des Deux Mondes, 1951, p.57).

⁴⁷ Entre 1829 e 1834 o Brasil é citado em 11 publicações.

⁴⁸ « La génération nouvelle des propriétaires brésiliens est instruite; la plupart des planteurs ont fait leurs études en France, en Allemagne, en Angleterre ou au Portugal. C'est dans leur influence surtout que l'émigration doit chercher un appui, c'est à elle qu'on doit déjà l'amélioration du sort des nègres au Brésil; les premiers propriétaires d'esclaves étaient généralement des hommes ignorants; ceux d'aujourd'hui, qui ont puisé l'instruction aux sources européennes, ont dans le coeur des principes d'humanité; ils comprennent l'esclavage brésilien comme une provisoire et malheureuse nécessité, qu'il faudra chercher tôt ou tard à remplacer par des institutions libérales et philanthropiques. L'émigration européenne rencontrerait dans cette classe éclairée de la population brésilienne un utile et sincère concours. »

No entanto, nem sempre tais artigos propagavam elogios ao Brasil. Há também artigos que discutiam os problemas vividos pelos imigrantes no Brasil. Observa-se um tom de apreensão frente ao futuro de tais imigrantes:

[...] quero falar dos desafortunados que, seduzidos por ilusões frequentemente embaladas na Europa, abandonam sua pátria, para vir, sem dinheiro e às vezes sem talentos, procurar nesses países distantes uma fortuna que eles acreditam tão certa quanto brilhante. Na sua chegada, a miséria mais terrível os recebe, e eles esperam que o socorro da caridade os arrebatem à morte iminente (*Revue des Deux Mondes*, 1874, p.509).

O autor critica o fato de seus compatriotas precisarem se reduzir quase que à mendicância, precisando implorar pela piedade pública. Mesmo os que falam o português não obtinham vantagens nas negociações, havendo pouca comunicação entre os recém-chegados e as autoridades locais. O correspondente compara a situação desses colonos a dos escravos, pois muitos trabalhavam apenas para comer. “[...] depois de três ou quatro anos de ansiedade e sofrimento, ele verá seus meios pecuniários totalmente esgotados, e muito tarde começará a se dar conta que, depois de tantos sacrifícios, não adquiriu mais que uma propriedade cujo valor é apenas o suficiente para suas necessidades”.

Por fim, o autor declara que o Brasil é um país magnífico, e extremamente rico de belezas naturais, mas que em seu estado atual, os franceses não deviam sonhar que lá se estabeleceriam.

Foi em 1844 que o texto do jornalista francês Louis de Chavagnes intitulado “Le Brésil en 1844. Situation morale, politique, commerciale et financière” causou desgosto entre as autoridades brasileiras. Neste o autor critica a situação da população brasileira, apontando que viviam em plena barbárie, além de reconhecer na corte de D. Pedro II falta de luzes e letras. Chavagnes demonstra dúvidas sobre a real capacidade do imperador de governar com tamanha falta de “vivacidade de espírito” (*Revue des Deux Mondes*, 1844, p.70).

Em sua visita ao Rio de Janeiro, Chavagnes critica a falta de recursos ao europeu. Considerava que apenas os imigrantes europeus que ali vivem é que ainda guardavam certo grau de receptividade. Sobre as mulheres brasileiras, as críticas foram na mesma linha das que seriam proferidas por Saint Hilaire: mulheres de

feições pouco desejáveis, de pouca educação e bom gosto que se fundiam com a ignorância dos homens.

Chama a atenção a visão de Chavagnes sobre a população brasileira. O jornalista faz a distinção de seis raças: os portugueses provenientes da Europa, os portugueses nascidos no Brasil, os mulatos (mestiços de brancos e negros), os caboclos (mestiços de brancos e índios), os negros nascidos na África, e por fim os indígenas. Tal classificação foi pensada segundo o que o estudioso considerava “grau de moralidade e selvageria” (*Revue des Deux Mondes*, 1844, p.103). Entendia que a sociedade brasileira estava abandonada às más paixões que se mesclavam entre a população na mesma proporção que a raça mulata aumentava. Chavagnes criticava esse fenômeno como imoral por entender que prejudicaria o bom andamento das colônias europeias que se assentavam na América.

Seria apenas através do contato com a França que o país poderia desenvolver. Dessa forma, o jornalista propagandeava a imigração francesa para o Brasil, entendendo que os brasileiros precisavam se aproximar da cultura europeia através da imigração e comércio. Ou seja, uma continuidade do discurso sobre o “dever de levar civilização” propagado na França.

Tal visão de tom racista também pode ser identificada em um dos mais importantes personagens responsáveis pelo intercâmbio entre o Brasil e a França. Arthur de Gobineau foi Ministro da França junto à Corte de D. Pedro II durante abril de 1869 a maio de 1870, suas críticas ao Brasil se baseavam em argumentos que relacionavam a moral com a composição da população: “a mestiçagem estaria, aqui como em qualquer lugar, fadada a debilitar a raça; logo, os brasileiros viam-se condenados a desaparecer” (RAEDERS, 1988, p.11).

Autor de *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines*, Gobineau tinha por termômetro cultural a composição racial. Ao observar a população do centro urbano brasileiro criticou a vida no Rio de Janeiro como de pouca criação literária e consequentemente incapaz de diferenciar a “boa arte”, declara que os brasileiros estavam acostumados a superestimar artistas franceses mesmo se não tivessem talento só pelo fato de sua origem ser europeia:

[...] cada navio despeja alguma velha atriz do interior da França que, necessariamente, causará polvorosa na cidade. Houve uma – diz Gobineau – que partiu carregada de ricos despojos brasileiros. Levou o equivalente a 350 mil francos em diamantes. [...] A venda de seus móveis, antes de partir

para a França, alcançou cifras fantásticas. Até os menores objetos de tocador foram disputados a preço de ouro por seus fãs. [...] O Imperador desesperava-se em ver tanta 'gente arruinada por causa dessas belas senhoras que, geralmente, são feias e vulgares de meter medo. Mas elas vêm da Europa, basta isso' (RAEDERS, 1988, p.66).

É possível identificar em suas cartas inúmeras críticas aos brasileiros, tanto sobre questões estéticas como sobre suas crenças as quais considera cercadas de superstições. “Nenhum brasileiro é de sangue puro; as combinações dos casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicaram-se a tal ponto que os matizes da carnação são inúmeros, e tudo isso produziu, nas classes baixas e nas altas, uma degenerescência do mais triste aspecto”. (GOBINEAU, 1869. Apud. RAEDERS, 1988, p.90).

Ao comentar sobre a longa duração da escravidão no Brasil, Gobineau alerta para o fato de que com o fim da escravidão os brasileiros não iriam conseguir vencer a concorrência estrangeira, uma vez que entendia que estes “jamais desejariam trabalhar” (GOBINEAU. Apud. RAEDERS, 1988, p.121). Quando em visita a Minas Gerais, o diplomata defende que os únicos trabalhadores que poderia salvar a nação de tal “degenerescência” seriam os europeus:

Não há dúvida de que a introdução das máquinas como auxiliares do trabalho agrícola tem, aqui, importância capital; [...] mas o que deve considerar ainda mais é que o trabalho dos brancos, até agora visto como impraticável nas regiões tropicais, deixa de sê-lo e possa suprir o que a raça africana não fará. Aliás, exagerou-se muito quanto à impossibilidade de empregar trabalhadores europeus nas plantações. Durante todo o tempo que os colonos puderam empregar os negros nos trabalhos pesados, propositadamente admitiu-se, acreditou-se e sustentou-se que era por necessidade. Já existem provas concretas de que não é assim. Vários fazendeiros começaram com sucesso, a cultivar suas terras com europeus, principalmente com os portugueses. [...] Se esta transformação se desenvolver, como tudo indica, a crise social que a emancipação dos negros deve provocar será certamente muito menor do que por longo tempo se pensou (GOBINEAU. Apud. RAEDERS, 1988, p.211).

O que se pode ver é que a única solução dada por um francês para o desenvolvimento do país recai novamente na ideia da superioridade cultural europeia e na missão civilizadora propagandeada ao longo da história da França.

No entanto, diferente das críticas de Chavagnes, Gobineau se aproxima da corte e em especial do Imperador D. Pedro II e passa a admirá-lo por seus hábitos de leitura e gosto pelo debate. O diplomata francês escrevia poemas, e romances, além de trabalhar com esculturas. Tal gosto pela arte teria lhe aproximado do

imperador, embora, como afirma Raeders (1988), que o desinteresse de Gobineau em se informar sobre a literatura e história do Brasil representava uma prova de seu preconceito e seletividade sobre o que entendia por arte.

Gobineau lamentava em suas cartas não poder escrever críticas abertas sobre o Brasil pelo apreço que tinha pelo Imperador. O único trabalho completo que Gobineau consentiu em publicar sobre o país foi com o fim de agradar D. Pedro foi *Emigration au Brésil*. Neste o autor reconhece um futuro promissor reservado ao Brasil, no entanto, prevê o desaparecimento de seus habitantes baseado em argumentos sobre o caráter da raça brasileira:

A grande maioria da população brasileira é mestiça e resulta de mesclagens contraídas entre os índios, os negros e um pequeno número de portugueses. Todos os países da América, seja no norte ou no sul, hoje mostram, incontestavelmente, que os mulatos de distintos matizes não se reproduzem além de um número limitado de gerações. A esterilidade nem sempre existe nos casamentos; mas os produtos da raça gradualmente chegam a ser tão malsãos e inviáveis que desaparecem antes de darem à luz, ou então deixam rebentos que não sobrevivem. [...] em todos os lugares onde o sangue mulato tende a se espalhar e a dominar os outros elementos étnicos, observa-se situação análoga. É inquestionável que, antes de cinquenta anos, todos os mulatos do Haiti terão desaparecido (GOBINEAU. Apud. RAEDERS, 1988, p.240-241).

O viajante Auguste Saint-Hilaire (1779-1853), um dos colaboradores da *Revue des Deux Mondes*, atribuiu semelhante visão racista sobre o Brasil após sua visita ao território entre 1816 e 1822. Ao passar pela região dos Campos Gerais na região que hoje é o Estado do Paraná, Saint-Hilaire enaltece os habitantes locais por identificar traços europeus:

Será um erro supor que a maioria dos habitantes dos Campos Gerais seja composta de mestiços. Há nessa região um número infinitamente maior de homens realmente brancos do que nos distritos de Itapeva e de Itapetininga, e, à época de minha viagem, quase todos os operários da cidade de Castro pertenciam à nossa raça. Não é, pois, de admirar que os habitantes dos Campos Gerais, apesar de sua profunda ignorância, falem um português muito mais correto do que os que habitam os arredores da cidade de São Paulo; eles que o pronunciam melhor; por exemplo, não pronunciam o *ch* como se fosse *ts*, nem o *g* como *dz*: essas alterações foram introduzidas pelos índios na língua portuguesa, e os colonos dos distritos de Castro e de Curitiba pouco se misturaram com os indígenas.

Ao descrever as mulheres, tece elogios sobre sua beleza, no entanto as compara diversas vezes com as francesas descrevendo estas como de natureza superior:

As mulheres são geralmente muito bonitas; tem a pele rosada e uma delicadeza de traços que eu ainda não tinha encontrado em nenhuma brasileira. É bem verdade que não se nota nelas a vivacidade que caracteriza as francezas; elas caminham vagarosamente e fazem poucos movimentos; não mostram, entretanto, o constrangimento tão comum nas mulheres de Minas Gerais quando por acaso se defrontam com estranhos (1816-1822). É raro que as damas de Campos Gerais se escondam à aproximação dos homens, elas recebem os hóspedes com uma cortesia simples e graciosa; são amáveis e, embora destituídas da mais rudimentar instrução, sabem tornar cheia de encantos a sua conversa (SAINT-HILAIRE, 1995, p.17).

Em sua passagem por Curitiba o viajante ao questionar a origem de seus habitantes, explica que só poderiam ser provenientes da “raça caucásica inteiramente pura”, uma vez que pronunciavam o português “sem a mínima alteração”, não podendo, portanto, descender de seus vizinhos mestiços. Saint-Hilaire, ao elogiar o povo, precisa explicar que é em razão da pureza da raça “a comarca de Curitiba [foi] originalmente povoada por Europeus chegados a Paranaguá diretamente de Portugal” (SAINT-HILAIRE, 1995, p.106).

No entanto, mesmo elogiando os portugueses, hierarquiza-os, classificando-os como menos laboriosos que os imigrantes franceses: “A maior parte dos portugueses que, por ocasião de minha viagem, emigrava para o Brasil, não possuía instrução; entretanto, embora pertencessem eles a um povo menos laborioso que os alemães e os franceses, eram infinitamente mais ativos que os brasileiros” (SAINT-HILAIRE, 1995, p.99).

Além de Saint-Hilaire, outros franceses como o cientista Cuvier que incorporou grande parte da flora brasileira à flora universal; La Condamine que explorou a bacia Amazônica, e o Barão Roussin que explorou o litoral brasileiro foram responsáveis pela construção de uma visão eurocêntrica sobre o Brasil. No caso paranaense, influenciaram na construção da imagem de um Estado que passa a ser representado majoritariamente pelas elites políticas como de origem europeia, o que resultou em movimentos de exclusão social.

Outra revista francesa de grande circulação entre os interessados no tema da imigração era *Le journal des Économistes* na qual o jornalista e economista Jules

Duval (1813-1870), escrevia com bastante frequência. Os principais temas dos artigos do *Journal des Économistes* entre 1841 e 1940 eram o “estrangeiro e colônias” (representa 15% de todas as matérias publicadas distribuídas em 16 temas). Tratadistas da imigração como Michel Chevalier, *Lettres sur l’Amérique du Nord*, e A. Legoyt, *L’émigration européenne* eram frequentemente lidos pelos simpatizantes da imigração nas Américas (SECRETO, 2014, p.92-93).

Argelino de família francesa, Jules Duval propagandeava a vinda de franceses para a Argélia. Em tom inflamado, critica os que diziam que a França não era um país de tradição emigratória cujos cidadãos não estavam aptos para criar colônias na América e África:

Hoje está na moda rejeitar a habitação casual do povo francês sobre o gênio da raça e da nação, que é declarada antipática para os deslocamentos. A história nega essa explicação demais indulgente. Que os gauleses e os francos, nossos antepassados, preencheram o mundo com o som de suas aventuras e quais sacerdotes e reis levaram a Europa às cruzadas e quais navios cruzaram os primeiros mares da África Ocidental e os rios da América Os barões normandos que conquistaram a Inglaterra, os antepassados da aristocracia que hoje governam, os irlandeses, os escoceses e os habitantes do País de Gales, que são a melhor parte da emigração Colônias britânicas ou a raça celta? Não são Maurícia e Canadá, as duas colônias mais prósperas da Grã-Bretanha, colônias francesas de origem e povoada principalmente de francês? Gratificando os povos do norte do gênio colonizador à custa dos povos do sul, é esquecido que a Ásia Menor, o Egito, a Grécia e Roma cobriram as margens do Mediterrâneo com colônias⁴⁹. (DUVAL, 1862, p.14).

Duval entendia a emigração como uma solução para a miséria que ocorria em algumas regiões da Europa, pois entendia que com a diminuição da população haveria como consequência menor oferta de trabalho o que levaria a alta dos salários e menos demanda por produtos alimentícios, acarretando na queda dos preços. O economista argumentava contra a ideia de que a emigração empobrecia

⁴⁹ Il est de mode aujourd'hui de rejeter la torpeur casanière des populations françaises sur le génie de la race et de la nation, que l'on déclare antipathique aux déplacements. L'histoire dément cette trop indulgente explication. Et quels peuples, plus que les Gaulois et les Francs, nos aïeux, ont rempli le monde du bruit de leurs aventures ? Quels prêtres et quels rois entraînerent l'Europe aux croisades ? Quels navires sillonnèrent les premiers mers de l'Afrique occidentale et les fleuves de l'Amérique du Nord ? De quelles rives partirent les barons normands qui conquièrent l'Angleterre, ancêtres de l'aristocratie que aujourd'hui la gouverne ? Et les Irlandais, les Ecossais, les habitants du pays de Galles qui sont la meilleure partie de l'émigration britannique, appartiennent-ils à la race anglaise ou à la race celtique ? L'île Maurice et le Canada, les deux plus prospères colonies de la Grande Bretagne ne sont-ce pas des colonies françaises d'origine et peuplées en majorité de Français ? En gratifiant les peuples du Nord du génie colonisateur aux dépens des peuples du midi, on oublie que l'Asie Mineur, l'Egypte, la Grèce et Rome couvrirent les bords de la Méditerranée de colonies.

as nações, em seus artigos buscava trazer dados de como a economia tinha a crescer com esse movimento de mão de obra (DUVAL, 1862).

Sua defesa em relação à emigração era cercada por preconceitos sobre os habitantes locais, em especial os de religião muçulmana. Entendia que os franceses contribuiriam para transformar essa colônia e então expandir para demais territórios, como o Brasil, o qual enxergava como uma grande nação em ascensão cujos intelectuais muito tinham a ganhar com a cultura francesa (DUVAL, 1866).

A visão sobre o Brasil também foi muito influenciada por aqueles envolvidos diretamente no processo de imigração. Os agenciadores de colonos buscavam descrever maravilhas sobre o país a fim de convencer não apenas os que iriam emigrar, mas também o Estado francês que, como visto, possuía uma fiscalização rígida quanto ao tratamento que era dado aos imigrantes por outras nações, chegando a proibir a saída de seus cidadãos a determinados países.

O agenciador de imigrantes H. Beaucourt era famoso por seus panfletos que diziam: “Tudo será fértil no Brasil” (OSÓRIO, 2001, P.14).

Os governantes do Brasil apresentavam anseio para que boas notícias fossem ditas sobre o país, o presidente da província do Paraná, Oliveira Lisboa, afirma em seu relatório de governo de 1872:

[...] essas vantagens serão colhidas logo que no estrangeiro se saiba que a província tem terrenos próximos a mercados consumidores e promove a construção de boas estradas. Sem essas condições não teremos colonização, porque não virão estrangeiros collocar-se nos nossos sertões apesar da sua fertilidade⁵⁰.

Havia, portanto, um cenário marcado por diferentes visões sobre o que o imigrante francês encontraria em terras brasileiras. Mesmo com diversos textos sendo produzidos simultaneamente sobre esse tema, foi possível observar que as construções se assemelhavam. O Brasil não perdera sua imagem de país exótico, muitos viajantes buscavam descrever o local cercado de um espírito de aventura, sendo mobilizados pela “atração e encantamento suscitados pelo exotismo dos trópicos e pela imensidão do território, que acenava com possibilidades de recomeço de uma nova vida” (MARTINS, 2009, p.28).

O problema é que muitas vezes essas visões faziam parte de discursos envolvidos com a propaganda imigratória, criando uma imagem distorcida aos

⁵⁰ Relatório do Presidente da Província (15/fev/1872), p. 46.

imigrantes que chegavam acreditando em promessas que garantiam diversos benefícios, mas que ao fim não foram cumpridas pelo governo provincial que passou a selecionar os colonos entre desejados e indesejados de acordo com o perfil que se buscava para a construção do novo império.

A seguir será abordado o estudo de caso sobre a Colônia Argelina que foi um núcleo formado na província do Paraná e inicialmente habitado por imigrantes franceses. Esse tipo de análise possibilita que, a partir de uma situação particular, de um evento representativo, seja problematizada a situação em que viviam diversos grupos de imigrantes no Brasil oitocentista, visando apresentar as variáveis que o papel desses indivíduos representou para o Estado e para a sociedade em geral.

4 A COLÔNIA ARGELINA

BACACHERI
Os franceses se encheram
Da Argélia e vieram pra cá
Se esquecer de pensar em Parri
Era só gente fina a Colônia Argelina
Anchantê sivuplé uí madame merci
Té Dom Pedro Segundo
Virou meio mundo
Pra vir conhecer todo o charme daqui
Todo mundo se amarra cherri
*No Bacacheri*⁵¹

A história da Colônia Argelina, também denominada de Colônia do Bacacheri, permite o estudo não apenas da imigração francesa, mas também resume a dinâmica do ato de migrar. O deslocamento não é linear e constante, existem idas e vindas até que os sujeitos se estabeleçam em um dos lados – o que também pode ser temporário dependendo das expectativas do imigrante. Aqueles que se dirigiram à Argélia voltaram à França na busca dos demais familiares ou mesmo para reunir o grupo com o intuito de se estabelecer no Brasil. Quando aqui se estabeleceram,

⁵¹ Paulo Vitola e Marinho Gallera Disponível em: <<http://cartunistasolda.com.br/2011/01/18/todo-dia-e-dia-341/>>. Acesso em: 20/12/2016.

muitos ainda tinham parentes nos territórios franceses, era uma forma de garantir que a travessia não fosse em vão. Somente quando garantiam seus lotes coloniais é que o restante da família era trazido.

A trajetória de alguns desses sujeitos envolvidos na formação e manutenção dessa colônia será a base para a compreensão da construção das identidades imigrantes. Como visto, tais famílias foram atraídas a fim de que fosse suprida a falta de mão de obra no meio agrícola. Destarte, é sobre os imigrantes franceses menos abastados, desprovidos de outra ferramenta que não seus braços, que esse capítulo irá se concentrar. Busca-se, nas histórias de indivíduos que estão à margem dos limites sociais, uma forma de interpretar quais foram as estratégias utilizadas para sobreviver de forma a conquistar um espaço de diálogo e consequentemente de afirmação de suas identidades em um ambiente que nem sempre era acolhedor aos imigrantes.

Será possível observar que o contato com o governo provincial e com a população local impactou a forma como esses imigrantes passam a se posicionar no ambiente público. Será discutido até que ponto as ações do “outro” fizeram com que esses indivíduos reconstruíssem suas identidades.

4.1 OS PRIMEIROS HABITANTES

Assim que passavam pela triagem empreendida em sua chegada aos portos brasileiros, os grupos imigrantes eram dirigidos aos respectivos representantes do governo provincial ao qual seriam subordinados. A travessia de navio, a hospedaria, as novas leis, as terras que receberiam; tudo era novo e representava uma ruptura em suas histórias de vida.

Para os imigrantes franceses tal ruptura significou uma mudança de hábitos, inclusive porque muitos tiveram que mudar suas profissões para se adequarem aos interesses do governo imperial. Para os que antes de chegarem ao Brasil passaram um período na Argélia o contexto é semelhante, talvez com maiores dificuldades, uma vez que precisaram se adaptar pela segunda vez a uma nova terra e ainda sob um novo estatuto: não mais como colonizadores, mas como colonos.

Como visto, ao serem encaminhados à Província do Paraná, tais imigrantes eram requeridos oficialmente para a execução de trabalhos agrícolas. Dessa forma, mesmo os que possuísssem outras ocupações anteriores tiveram que se adaptar ao cultivo da terra (ao menos no primeiro momento). É importante destacar que a região do Paraná em meados do século XIX era ainda pouco povoada, existiam extensas regiões não exploradas mesmo que próximas à capital o que provavelmente exigia maior esforço por parte dos imigrantes em suas primeiras tentativas de cultivo e exploração do terreno.

A esparsa população se agrupava em núcleos dispersos localizados no interior, como Guarapuava, Palmas, Rio Negro, Castro, Tibagi,... Ou vivia em constante deslocamento, como era o caso dos tropeiros que comercializavam entre São Paulo e Rio Grande do Sul, na chamada Estrada da Mata(WACHOWICZ, 2010).

Como analisou Gutiérrez (1988), a escassa população do Paraná era decorrente de sua condição de zona fronteira, de ocupação recente o que teria refletido também no perfil da população escrava. No entanto, ainda que em menor escala se comparado ao restante do país, o número de cativos teve um crescimento contínuo na região. Esse grupo não era, todavia, majoritariamente formado por africanos ou indígenas, e sim por crioulos, indivíduos nascidos e criados na região ou em suas circunvizinhanças onde praticavam a pecuária e a agricultura de subsistência.

Com o surgimento das leis que restringiam o tráfico de escravos, passou-se a buscar novas alternativas de mão de obra. A partir da segunda metade do século XIX, a recém-emancipada província do Paraná passou a atribuir maior relevância aos empreendimentos de incentivo à imigração de trabalhadores europeus.

Como visto anteriormente, com a Lei de Terras (1850) o que passou a controlar o regime de trabalho foi a posse da terra. O primeiro artigo da lei nº 601 declarava que a posse da terra poderia ser feita por qualquer pessoa livre através da compra, o que dificultava aos imigrantes recém-chegados o acesso à propriedade da terra, fazendo com que muitos tivessem que alugar seu trabalho aos grandes proprietários de terras (DIÉGUES, 1964). Foi apenas com a escassez de gêneros de primeira necessidade, principalmente entre os fazendeiros de São Paulo, que levou a adoção de medidas menos radicais que previam a concessão de auxílios em favor da colonização, sobretudo após o decreto n.1.318, de 30 de janeiro de 1854, que

permitiu a posse da terra a qualquer pessoa, independente da sua nacionalidade com vistas a facilitar a compra de tais lotes pelos imigrantes (BALHANA, 1969, p.160).

O incentivo à imigração também se deu em razão da lei de 1850 que proibia a vinda de novos escravos africanos para o país. Ao se encontrarem com escassa mão de obra, os fazendeiros de café de São Paulo começaram a comprar escravos nas províncias vizinhas: Minas gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná. Tais escravos eram retirados principalmente de atividades agrícolas de subsistência, como feijão, milho e farinha de mandioca (WACHOWICZ, 2010), comprometendo todo o sistema de abastecimento de gêneros alimentícios. A partir de 1852 os preços dos alimentos chegaram a subir 200% (BALHANA, 1969).

Havia um preconceito sobre o trabalho agrícola por parte dos habitantes locais, “trabalhar no cabo da enxada era considerado uma atividade de baixo *status* social, digna apenas de escravos e libertos” (WACHOWICZ, 2010, P.175). Dessa forma era necessário buscar mão de obra alternativas que solucionassem a escassez de alimentos. Com o sucesso das colônias de Blumenau e Dona Francisca (Joinville) em Santa Catarina, o Paraná viu na imigração o meio mais eficaz para solucionar o problema, passou então a reivindicar a criação de colônias agrícolas de imigrantes.

Destarte, é possível analisar a questão imigratória como uma resposta à necessidade de criação de uma agricultura de abastecimento, mas também significou a mudança no perfil demográfico, o que foi apoiado por muitos daqueles que defendiam o “branqueamento” da população brasileira. De acordo com Seyferth (2008), o ideal de branqueamento aparece desde os primórdios da imigração, mas na República recebeu o respaldo da ciência baseada na noção de seleção social⁵².

A primeira iniciativa concreta de atração de imigrantes europeus não portugueses para o Paraná ocorreu em 1829 através do tropeiro e latifundiário João da Silva Machado, que posteriormente se tornaria barão de Antonina. Foram alocados 238 alemães na região de Rio Negro – nas proximidades do Caminho de Tropas. O objetivo de Machado era que a atividade agrícola imigrante se expandisse e consequentemente afugentasse os indígenas xokleng (WACHOWICZ, 2010).

⁵² Como visto no capítulo 2 através dos escritos de Gobineau.

A entrada indiscriminada de imigrantes e os frequentes problemas que envolviam a produção geraram diversas críticas às iniciativas governamentais no setor da colonização, resultando na lei de 15 de dezembro de 1830 que proibia a realização de despesas públicas com os núcleos coloniais. A fim de evitar a clara retração do programa imigratório foi lançado quatro anos depois o Ato Adicional que possibilitava aos governos provinciais promover o estabelecimento de colônias, ou seja, a colonização passou principalmente aos cuidados da administração provincial (BALHANA, 1969).

Verificaram-se, portanto, duas formas de organização de colônias: uma oficial, em que o governo criava núcleos coloniais arcando com as despesas da vinda dos estrangeiros que neles seriam alocados; e a outra particular que era empreendida principalmente para obtenção de braços para os serviços agrícolas (DIÉGUES, 1964).

Em 28 de outubro de 1848 (artigo nº 16, da Lei nº 514) o direito do governo provincial de colonizar torna-se lei. Cada província poderia utilizar seis léguas em quadra de terras devolutas de seu território para a colonização. Condição que tais terras não poderiam ser roteadas por braços escravos, nem serem transferidas pelos colonos que as recebessem. No entanto, tal restrição quanto à mão de obra escrava não foi cumprida por todos. Na colônia do Assungui, por exemplo, foram registradas em 1864 a presença de escravos juntamente com os imigrantes: de 197 habitantes, 11 eram escravos (8 mulheres, 3 homens) (DIÉGUES, 1964, P.41).

Em 1847, Silva Machado foi incumbido pelo governo imperial de realizar a comunicação terrestre com a vizinha província de Mato Grosso. Após diversas pesquisas encontrou o filantropo e médico suíço Maurice Faivre ao qual ofereceu auxílio para que este fundasse uma nova colônia imigrante. Foi então que, às margens do rio Ivaí, criou-se a colônia Theresa a primeira colônia do Paraná a receber dezenas de imigrantes franceses.

Os resultados do ponto de vista populacional devem ser problematizados, uma vez que permaneceram apenas 10 dos 87 indivíduos que para lá se dirigiram. O que se pode dizer é que tal experiência colonial foi de grande importância para a propaganda que atrairia novos imigrantes franceses para o Brasil.

Criada alguns anos mais tarde, a Colônia do Assungui recebeu imigrantes de diversas origens, incluindo franceses. O objetivo principal de sua fundação era suprir

a atividade agrícola. Fundado em 1859, o local foi construído a 109 quilômetros ao norte da capital paranaense – longe do caminho das tropas – a fim de evitar a concorrência com os produtos tropeiros (WACHOWICZ, 2010).

A partir desse período até 1882 foram fundados 28 núcleos coloniais (BALHANA, 1969, p.166). Certamente que com a chegada e instalação de contingentes imigratórios de procedência bastante variável, o cenário provincial sofreu contínuas mudanças, em especial em seu perfil demográfico. A seguir é possível analisar o crescimento da população da região que hoje se conhece como Paraná ao longo dos séculos XVIII e XIX. Nota-se que tal incremento acentuou-se após a segunda metade do século XIX, momento em que as principais levas de imigrantes se dirigiram ao país.

TABELA 2- CRESCIMENTO POPULACIONAL

Ano	Total de habitantes
1772	7.627
1800	21.843
1816	27.097
1822	32.678
1836	42.890
1847	47.950
1854	62.258
1872	126.722
1890	249.491

FONTE: Balhana (1969)

O Paraná passou ser visto como um lugar favorável à imigração, o que era propagandeado por seu clima e fertilidade terras:

Sendo o clyma desta província de reconhecida salubridade, está nas melhores condições higiênicas para receber emigrantes; e a agricultura pode ser de produtos coloniais e europeus que produzem com vantagem. O

trigo, centeio, cevada, linho, batatas e outros produtos são cultivados vantajosamente.⁵³

Com a vinda de novos imigrantes, era de interesse do governo provincial que estes se instalassem em locais próximos de mercados consumidores onde houvesse estradas capazes de diminuir o custo do transporte pela rapidez. Tais características se identificavam com os terrenos do rocio de Curitiba. Entre as primeiras terras oferecidas na região estão as que logo se transformariam na chamada colônia Argelina.

Em princípios de 1867 alguns colonos franceses que habitavam a Argélia – então colônia francesa - foram encarregados por seus compatriotas de procurar no Brasil novas terras para seu estabelecimento. Como o Paraná possuía uma ampla oferta de terras, iniciaram-se rapidamente as negociações para que se instalassem na região.

A princípio foram bem recebidos pelo governo provincial. Em relatório enviado ao presidente da província, Ignácio da Cunha Galvão, agente oficial de colonização, descreve-os como vantajosos ao país:

Reconhecendo pelo contato que tive com eles, pelos honrosos atestados que traziam, que seriam uma excelente aquisição para o Império, entende que será preciso afastar-se para com eles das medidas gerais adaptadas, e em vez de encaminha-los para uma determinada colônia do Estado, propus ao governo que fizesse aos 2 principais, visitar as diferentes colônias, pagando o governo todas as despesas, afim de que eles, por seus próprios olhos e indagações escolhessem a que mais convinha a suas vistas; no que concordou o governo. [...] ⁵⁴.

E defende-os como bons colonos garantindo que o dinheiro com eles despendido seria brevemente devolvido aos cofres públicos:

[...] socorros que os imigrantes se propõem a reembolsar integralmente; e de muito boa vontade compartilho a responsabilidade das despesas que com eles se fizerem; por que estou convencido, a vista do caráter respeitável da gente, e suas condições, que hão de cumprir pontualmente os seus compromissos, e amplamente recompensar os governos geral e Provincial dos sacrifícios que com eles fizeram⁵⁵.

⁵³ AP 349, 1871, p.198-199.

⁵⁴ AP 286, 1868, p.174.

⁵⁵ AP 286, 1868, p.174.

Dessa forma, os primeiros colonos - L Huet, M. Schaeffer, E. Imbert, R. Britault e L. Christophe – deslocaram-se ao Brasil desacompanhados de suas famílias que permaneceram na Argélia a espera de “informações sobre o acolhimento que receberam, favores, que o governo lhes garante, e vantagens que o paiz oferece; afim de a eles se virem reunir⁵⁶”.

Louis Huet e Melchior Schaefer foram os escolhidos para realizarem tal visitação das colônias paranaenses. Passaram primeiramente por Cananea, onde ficaram hospedados por alguns dias, e então seguiram para a colônia Assungui através do caminho que cruzava Curitiba o que os levou a decidir onde se assentariam, “agradaram-se por tal forma dos terrenos de campos, que a circundam, que resolveram não prosseguir suas explorações e solicitaram do governo terras nas suas imediações [de Curitiba]⁵⁷”.

No entanto, tais terras eram de propriedade particular e o governo não era autorizado a comprá-las para revender a imigrantes. Como alternativa foram criadas as autorizações de 6 e 10 de agosto a fim de colocar à disposição dos imigrantes a quantia equivalente ao preço dos terrenos para que estes pudessem ser comprados pelos próprios sujeitos, tal pedido foi justificado pelo tesoureiro como uma ajuda a tais imigrantes que passavam por dificuldades financeiras: “arruinados por 3 annos consecutivos de extraordinária seca, e outros flagelos [na Argélia], não tinham meios para pagar a sua passagem para o Brasil⁵⁸”.

Fechado o acordo, os colonos voltaram à Corte e então recebem do ministro Manoel Pinto de Souza Dantas o aviso de 18 de abril de 1868 que ordenava ao presidente da província do Paraná que tomasse informações sobre as terras que lhes seriam vendidas a fim de autorizar a transação monetária.

Huet foi ordenado a auxiliar em Marselha o vice-cônsul na escolha das famílias que seriam destinadas a ocupar os terrenos. No entanto, preferindo permanecer no Brasil, indicou para substituí-lo seu cunhado Dichamps que também viria habitar a colônia. Na primeira relação nominal dos que se mostraram interessados em emigrar constavam 97 famílias, formando um total de 386 pessoas⁵⁹.

⁵⁶ AP 286, 1868, p.174.

⁵⁷ AP 286, 1868, p.174.

⁵⁸ AP 286, 1868, p.174.

⁵⁹ AP 286, 1868, p.174.

Em 16 de dezembro de 1867 o ministro da agricultura oficializa a informação ao presidente da província de que entre 20 e 25 de novembro deviam partir de Marselha 90 colonos argelinos embarcados no navio francês Polymerie. De 19 a 23 de fevereiro chegaram tais colonos vindos de Argel por Marselha ao porto de Paranaguá. De acordo com o jornal *Dezenove de Dezembro* de 3 de julho de 1869:

De 19 a 23 de Fevereiro chegaram a esta capital os colonos vindos de Argel por Marselha a bordo do navio francez Polymerie. Estes traziam contratos celebrados com o vice-consul do Brazil, contratos porem que não lhes davam direito a alimentação nem a outros favores e auxílios senão os concedidos a todos os colonos pelo regulamento de 19 de Janeiro de 1867⁶⁰.

Por terra foram encaminhados a uma hospedagem na capital, onde deveriam permanecer provisoriamente, à espera que seus lotes e casas estivessem prontos. Este percurso, incluindo a hospedagem temporária na capital, era comumente cumprido pelos imigrantes. As hospedarias eram, como denominaram Chrysostomo e Vidal (2013), “a improvisação de um local para sua instalação provisória”. Apesar de ser uma das preocupações da Sociedade Promotora de Colonização, os locais em que os imigrantes permaneciam pelo menos os primeiros dias não eram minuciosamente planejados, e muitas vezes o governo repassava tais cuidados a particulares – Sociedades e Companhias de colonização:

[...] tanto no Brasil quanto no exterior, os imigrantes se confrontaram com a desorganização das instituições criadas e um relativo desinteresse dos governos em relação aos abusos cometidos nessa transação comercial (envolvendo negociantes, agentes, companhias de navegação, fazendeiros etc.). Não é então de estranhar que os primeiros depósitos, casas e pequenos hospitais para receber os imigrantes continuassem a ser improvisados. Portanto, mesmo que muitas das províncias, no seu conjunto legislativo, dessem autorização às companhias para auxiliar o estabelecimento de depósitos de colonização, a verdade é que muito pouco investimento foi realizado nesse ramo (CHRYSTOSTOMO e VIDAL, 2013, p.4).

A imigração em massa foi muito criticada por autoridades provinciais, uma vez que havia o temor de que tais aglomerações de imigrantes trouxessem epidemias para a capital. Houve uma grande preocupação com a difusão da epidemia de febre amarela em 1849 e 1850, que atingiu noventa mil dos 266 mil habitantes do Rio de Janeiro, matando cerca de 4.200 pessoas. Os imigrantes passam a ser associados a

⁶⁰ Dezenove de Dezembro, ed. 1007, de 3 de julho de 1869.

vetores de doenças infecciosas, é então que se cria mais um estigma sobre esses sujeitos, levando à discussão sobre a necessidade de aperfeiçoar as formas de acolhimento dos recém-chegados (CHRYSTOSTOMO e VIDAL, 2013).

Tal suspeita teria chegada aos ouvidos das autoridades de Curitiba, em especial pelos rumores sobre a chegada da doença pelo porto de Paranaguá (principal porto de acesso ao Paraná). O temor fez com que a Câmara Municipal solicitasse a construção de casas de madeira com acomodações “apropriadas”:

III. Ex. Sr.

A câmara municipal desta cidade de Curitiba, velando, como lhe incumbe, pela salubridade pública, vem respeitosamente solicitar de V.Ex as necessárias providencias a fim de que não se reproduza e cesse quanto antes a aglomeração de colonos dentro d'esta cidade, os quais, procedente de um porto como o do Rio de Janeiro que se acha actualmente infectado de diversas epidemias, e recolhidos aos centenares, em pequenas hospedarias n'esta capital, sem asseio e outras condições hygienicas, podem, como V.Ex facilmente comprehende, ser a origem de uma peste entre nós, horrível calamidade de que devemos preservar-nos.

Longe d'esta câmara o pensamento de deter ou embaraçar a corrente de immigração que o governo imperial encaminha para esta província, pois bem sabe que, provindo o atraso do nosso pais da falta de braços activos e intelligentes, que aliás só podemos obter com o concurso de imigrantes das cultas nações da Europa. Nessa emigração é que cabe-nos depositar todas as esperanças do futura engrandecimento da nossa pátria, mas o que a câmara deseja e [para o] bem dessa mesma imigração é que o acolhimento dos colonos se faça de modo que sem prejudicar os vitaes interesses do município, seja em si mesmo já um incentivo e não um obstáculo pelo desgosto e pelas queixas que por ventura se originem da sua hospedagem que aqui os aguarda.

A câmara toma liberdade de lembrar a V.Ex, dada a hypothese de que se esperam novos imigrantes, a conveniência de construírem-se nos arrabaldes desta capital algumas casas de madeira vastas e com acomodações apropriadas para recebê-los, uma vês que dentro da cidade não se encontre prédio algum em tais condições.

Ass. João José Pedrosa
Antonio Augusto Ferreira
Joaquim Venturas D'Almeida
Antonio Marçal d'Oliveira
Antonio Eneas Bandeira
Vicente Francisco da Luz⁶¹

Daí a importância de tais “territórios de espera” que passaram a significar um local não apenas de acolhimento dos recém-chegados, mas também funcionavam como dispositivos de controle social. Os indivíduos eram selecionados – se estavam saudáveis para prosseguir para a colônia e para qual espaço seriam distribuídos. [A hospedaria], “verdadeira usina social dos tempos industriais, na qual o emigrante é

⁶¹ AP 400, 1873, P.219

recepcionado, controlado, registrado e, depois, redistribuído no país como imigrante” (CHRYSTOSTOMO e VIDAL, 2013, p.12).

Grande parte das famílias que seguiram para a colônia Argelina foi atendida inicialmente por Júlio Camillo Belache. Imigrante francês, iniciou sua vida no Brasil na área urbana através da venda de sorvete e gelo os quais eram recorrentemente propagandeados nos anúncios do jornal Dezenove de Dezembro. Com o aumento de sua renda passou a realizar o comércio de sementes as quais eram repassadas aos colonos instalados nas proximidades da capital⁶². Tais transações o aproximaram do governo provincial o que lhe possibilitou se tornar responsável por coordenar a chegada e hospedagem dos recém-chegados e então ser elevado a agente consular francês em Curitiba (MENDONÇA;LACERDA, 2009).

Entre os relatórios trocados entre este e o governo provincial há diversos momentos em que Belache reclama junto à Tesouraria da Fazenda o pagamento dos serviços que prestara aos colonos⁶³. Em contrapartida, a Tesouraria emite relatório ao governo provincial declarando que o francês havia desviado algumas diárias e superfaturado sobre o preço da hospedagem. Não havendo mais espaço em sua residência, teria acomodado as famílias recém-chegadas em hotéis próximos, e declarava à Fazenda um valor cinco vezes mais alto. Entre as testemunhas, Madame L. Sauzier declarou que “deveria dizer que Belache recebia da tesouraria quantia maior do que lhes pagava por colono, sendo que o excesso era repartido entre o dito Belache e o delegado das terras e Eduardo Mostaert⁶⁴”.

Sauzier era francesa e viera ao Brasil com o fim de realizar a venda de produtos franceses. Com a renda que trouxera acrescida do produto de suas vendas se tornou proprietária do *Hotel Francês*, localizado na Rua das Flores n.10 (atual XV de Novembro em Curitiba). O estabelecimento era propagandeado por sua “cozinha magnífica e preços razoáveis” o que provavelmente levou Belache a dirigir alguns dos imigrantes recém-chegados ao local (MENDONÇA;LACERDA, 2009).

Tais impasses demonstram o aspecto econômico da chegada dos imigrantes. O engajamento do colono na Europa, o traslado deste ao Brasil, a hospedagem que incluía roupas e alimentação, a passagem por médicos, a construção de casas

⁶² AP 338, 1870, p.128

⁶³ AP 322, 1869, p. 86

⁶⁴ AP 403, 1873, p.70

nas colônias, por exemplo, faziam parte de um mercado que era lucrativo para os agentes envolvidos no processo migratório em ambos os lados do Atlântico.

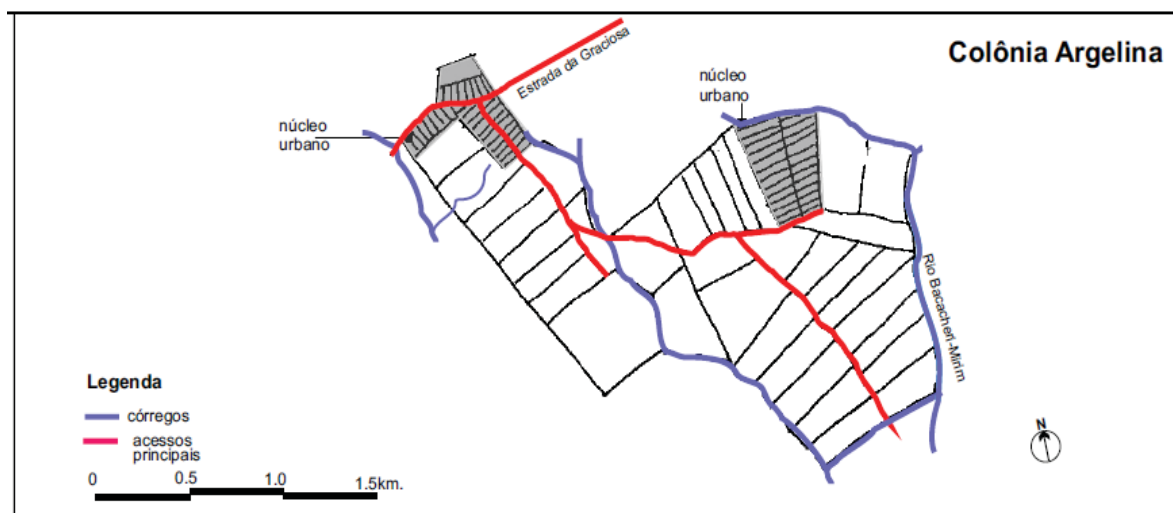
Dentre a documentação trazida por essas famílias, constavam contratos celebrados com o vice-consul do Brasil na França que recebera do governo imperial um adiantamento para passagens e documentação. Tais contratos não lhes garantia direito à alimentação, apenas os auxílios concedidos aos demais colonos pelo regulamento de 19 de janeiro de 1867⁶⁵.

A colônia Argelina foi dividida em 33 lotes rurais e alguns lotes urbanos que acompanhavam a estrada da Graciosa (atualmente av. Erasto Gaertner). A dimensão dos lotes variava entre 0,4 e 2,8 ha, totalizando 276 hectares⁶⁶. Sua localização, a 3 km do centro e às margens da estrada da Graciosa, facilitava o escoamento dos produtos agrícolas produzidos no interior da colônia que seriam vendidos na região urbanizada. O caminho da Graciosa tinha grande importância por ser rota de tropeiros, de imigrantes de outras colônias e também por ser um local de escoamento de diversos produtos provenientes da capital da província paranaense. Em decorrência da Guerra do Paraguai, a cidade de Curitiba era responsável por enviar ao porto de Paranaguá toucinho, milho, feijão, trigo, fumo, carne-seca e mate, sendo estes em parte consumido pelos habitantes do litoral e em parte exportado para as cidades de Buenos Aires e Montevidéu que em razão da Guerra do Paraguai passavam por problemas de abastecimento (SAINT-HILAIRE, 1995, p.108). Assim, por receber diariamente um significativo número de pessoas, a estrada abrigava um armazém, uma pousada, um restaurante e um prostíbulo (CARVALHO, 2009).

FIGURA 2- MAPA DA COLÔNIA ARGELINA

⁶⁵ Jornal Dezenove de Dezembro, 3 de julho de 1869, p.4

⁶⁶ AP 507, 1879, p.154.



FONTE: Carvalho (2009)

Inicialmente os colonos ficavam nas citadas habitações provisórias até que fossem construídas as casas que lhes foram prometidas. Nesse período, muitos dos que vieram desacompanhados de suas famílias requereram junto ao governo provincial auxílio para retornar à Argélia a fim de buscá-las sem riscos de perder os benefícios já recebidos:

Curityba, 13 de junho de 1869.
Exmo Sr. Presidente da província do Paraná,

O colono argelino Coussinet Mathieu desejando regressar a Oran (África) com o fim de ir buscar sua família que lá deixou, e vender por preço mais vantajoso as propriedades que elle possui no dito lugar, vem humildemente pedir a V. Ex. se digne conceder-lhe autorização para tal fim, e no mesmo garantir-lhe pelo prazo de oito mezes, tempo que elle calcula lhe ser necessário para arranjar seus negócios, a propriedade do lote de terras nº 14 que lhe tocam pela sorte, na distribuição dos terrenos do Bacaxery.
M. Coussinet⁶⁷

[Resposta]: Palácio da presidência do Paraná aos 15 de junho de 1869.
Concedo-lhe a autorização e garantia a propriedade na sua ausência.

Ao desembarcarem no Brasil, algumas famílias foram registradas no Consulado francês em Paranaguá⁶⁸. Através de uma análise de tais *registres*, é possível localizar a cidade, o departamento e o ano em que nasceram; o nome dos

⁶⁷ AP 321, 1969, p. 85

⁶⁸ Atualmente os arquivos foram enviados para a França e encontram-se nos Arquivos Diplomáticos da cidade de Nantes. Alguns documentos foram fotografados e estão on-line para pesquisa. Disponível em: <<http://www.genfrancesa.com/inmigrantes/Nantes/imigrantes-franceses-no-brasil.html>>. Acesso em: 02/02/2015.

pais; a data do casamento; o nome do cônjuge; o local de residência no Brasil; e a profissão. No caso da família Gumy, por exemplo, Leger Gumy veio entre os primeiros imigrantes a fim de explorar o local para então buscar sua família. Sua trajetória exemplifica essa teia que era formada entre três continentes. Sua família foi registrada no consulado alguns anos depois de sua chegada ao Paraná

Leger Gumy:
GUMY, Leger
Né: Haut-Rhin
Marié avec: Catherine Ksaus
Profession: laboureur
Resident: à Curityba⁶⁹

O departamento de Haut-Rhin localiza-se na região da Alsácia, local pertencente à França, mas que passou às mãos da Prússia em 1871, após esta ter vencido a guerra que envolvia estes dois países. Leger Gumy era, portanto, um francês nascido na França. Analisando os dados de seus filhos, é possível analisar trajetórias diferentes:

TABELA 3 - FAMÍLIA GUMY

GUMY, Jean Né à Oran. Départ.: Algérie. Le... 4 ans. Fils de Gumy Leger et de Catherine Ksaus ⁷⁰	GUMY, Henry Né à Oran. Départ.: Algérie. Le 28 mars 1868. Fils de Gumy Leger et de Catherine Ksaus. Profession: laboureur. Resident à Curityba ⁷¹	GUMY, Joseph Né à Curityba Départ.: de Paraná (provance) Le 21 mars 1876 Fils de Gumy Leger et de Catherine Ksaus Resident à Curityba ⁷²	GUMY, Tulles? Né à Curityba Depat.: de Paraná (provance) Le 30 octobre 1880 Fils de Gumy Leger et de Catherine Ksaus Resident à Curityba ⁷³
---	--	--	---

⁶⁹ Arquivos Diplomáticos da cidade de Nantes, p. 79.

⁷⁰ Ibidem p. 69.

⁷¹ Ibidem, p.80.

⁷² Ibidem, p.81.

⁷³ Idem.

GUMY, Anna Né à Curityba. Depart.: de Paraná (provance). Le 18 avril 1871. Fils de Gumy Leger et de Catherine Ksaus. Resident à Curityba ⁷⁴	GUMY, André Né à Curityba. Depart.: de Paraná (provance). Le 16 février 1872. Fils de Gumy Leger et de Catherine Ksaus. Resident à Curityba ⁷⁵	GUMY, Emma Né à Curityba. Depart.: de Paraná (provance). Le 6 novembre 1873 Fils de Gumy Leger et de Catherine Ksaus. Resident à Curityba ⁷⁶	GUMY, Marie Né à Curityba. Depart.: de Paraná (provance). Le 20 juillet 1882. Fils de Gumy Leger et de Catherine Ksaus. Resident à Curityba ⁷⁷
---	--	---	---

FONTE: Arquivos Diplomáticos da cidade de Nantes

Leger Gumy casou-se com Catherine Ksaus e tiveram dois filhos em Oran, na Argélia e mais seis filhos (registrados) em Curitiba. Isso significa que Leger Gumy partiu de um contexto de guerra na França e estabeleceu residência na Argélia. Em razão da já citada crise que assolava a região, a família viu a oportunidade no Paraná como uma forma de adquirir terras e melhores condições de vida.

No entanto, tais deslocamentos não foram tão simples na prática. Leger Gumy precisou requerer diversas vezes ao governo imperial e provincial recursos para buscar sua família e se manter no Brasil até que todos estivessem novamente reunidos. Houve grande morosidade na entrega das casas que lhes seriam destinadas na colônia Argelina, fazendo com que parte da família tivesse que trabalhar para latifundiários em regiões vizinhas⁷⁸.

A incumbência da construção das casas estava sob a responsabilidade de José Fernandes Loureiro, imigrante português que possuía sua própria casa de comércio denominada “Casa de José Nabo” que depois se tornou “José Fernandes Loureiro e Cia” cujos serviços prestados eram a compra e venda de fazendas, molhados, ferragens, armarinhos e outras mercadorias nacionais ou importadas (CARDOSO, 2011).

Loureiro havia contratado com o delegado das terras a construção de 30 casas para os colonos argelinos. Em fins de junho de 1869 havia apenas cinco casas construídas. Através de diversas negociações, a entrega foi então postergada

⁷⁴ Ibidem, p.80

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Ibidem, p. 81.

⁷⁷ Ibidem, p. 82.

⁷⁸ AP 507, 1869, p.15

e o comerciante foi absolvido das multas por oferecer um preço menor pelas casas em razão do atraso.

A situação dos colonos torna-se mais difícil no mês seguinte, quando foi suspenso o pagamento de suas diárias:

Ilmo Exmo Sr. Dr. Antonio Augusto da Fonseca. Presidente da Província,
Levo ao conhecimento de V.Ex. que o crédito da verba e terras públicas e colonização do corrente acha-se esgotado, e que em consequência, mandei suspender os pagamentos de diárias aos colonos argelinos
Tesouraria da Fazenda do Paraná⁷⁹

Como argumentado anteriormente, a imigração constituiu uma ruptura na vida dessas famílias que passaram a conviver em um ambiente desconhecido, regidos por leis que nem sempre lhes favoreciam. No subcapítulo a seguir será discutido como a colônia se constituiu com a chegada de novos imigrantes, inclusive daqueles provenientes de outros países, constituindo-se como uma colônia mista. Procura-se entender até que ponto o convívio entre os imigrantes franceses e os demais grupos étnicos que habitavam a Colônia Argelina contribuiu para a formação de novas identidades imigrantes.

4.2 UMA COLÔNIA MISTA: ENTRE CONFLITOS E ALIANÇAS

O nome dado à colônia foi em razão das primeiras famílias que habitaram o local terem sido franceses provenientes da Argélia, no entanto, já na primeira década passaram a conviver suíços, italianos, alemães e ingleses, totalizando 117 o número de imigrantes que para lá se dirigiram.

Tabela 4 – POPULAÇÃO DA COLÔNIA ARGELINA (1875 E 1877)

Nacionalidade	Homens	Mulheres	Total
Franceses argelinos	25	14	39
Alemães	21	15	36

⁷⁹ AP 309, 1869, p.96-97

Suíços	13	11	24
Inglese	4	4	8
Suecos	4	6	10
Total	67	50	117

FONTE: Santos (2010)

Muitos dos colonos apenas falavam sua língua materna. No caso dos franceses, a comunicação entre estes e o governo provincial era realizada através de tradutores. Gustavo Augusto de Castro foi o primeiro tradutor a prestar serviços tanto aos colonos como ao governo⁸⁰. Eram diversas solicitações de traduções, como as recorrentes reivindicações de imigrantes das colônias Argelina, Pilarzinho e Assunguy; até traduções de artigos de colonos que seriam publicados em periódicos locais, como é o caso dos artigos de opinião do imigrante francês Melchior Schaffer⁸¹.

Como não havia um tradutor oficial para os assuntos da colonização, havia certa demora para que chegassem as respostas aos colonos. Daí a importância de escolas primárias que ensinassem na língua do país de acolhimento. É possível encontrar o pedido de muitos imigrantes franceses por um professor para a colônia. Como argumenta Betemps (2009, p.74), “A educação tem sido uma preocupação dos imigrantes desde o início da Colônia. Ao contrário dos alemães, os franceses não tiveram a preocupação de manter o idioma, queriam que os filhos tivessem uma melhor integração com a população local”.

A primeira escola da colônia foi fundada em 1874, segundo as ordens do presidente Frederico Abranches: “fica creada uma cadeira de instrução primária na colônia Argelina, onde o governo julgar mais conveniente”⁸². A escola era mista, mas havia a preocupação em empregar professoras a fim de “poderem as meninas aprender os trabalhos de agulha”⁸³. Havia 85 escolas públicas de instrução primária na província (54 destinadas ao sexo masculino e 31 ao sexo feminino), além das do Esquadrão de Cavalaria e Companhia de Aprendizes Marinheiros que funcionavam nos quartéis. Juntamente com a escola da colônia

⁸⁰ Entre as petições dos colonos há também aquelas formuladas por Augusto de Castro que solicitava uma remuneração por trabalhos prestados à colonização na qualidade de encarregado de traduções.

⁸¹ AP 323, 1869, p.147

⁸² Dezenove de Dezembro; 6 de maio de 1874.

⁸³ Dezenove de Dezembro, 11 de março de 1874, p.2

Argelina estava no projeto a criação de uma escola em Guarapuava e outra no Pilarzinho, também mistas – algo no novo na região, fruto do exemplo de três escolas particulares da capital.

A construção da escola na colônia Argelina beneficiava também comunidades próximas que não contavam com tais benefícios, como o Boa Vista onde até a década de 1940 não havia nenhuma instituição de ensino (BOSCHILIA, 1996).

É relevante ressaltar o debate em torno da permanência dos alunos na escola, em especial a respeito dos estudos secundaristas, pois havia grande evasão dos jovens nesse período escolar em razão dos pais terem o costume de encaminhar os filhos para o trabalho assim que estes terminavam a escola primária⁸⁴.

Outro benefício buscado pelos colonos, e nesse caso não apenas pelos franceses, foi a linha telegráfica. Os primeiros fios elétricos começaram a ser esticados em fins de 1871⁸⁵.

Tais benfeitorias eram algo reivindicado por imigrantes das diferentes etnias que habitavam a colônia, o que demonstra a presença de redes de auxílio mútuo. Tais relações sociais se estreitavam à medida que os problemas vividos na colônia eram compartilhados por todos. O extrato a seguir ilustra uma relação de cooperação entre um imigrante franco-argelino e um suíço:

Ill Exmo Sr Presidente da Província,
Augusto Desterrich, colono suíço residente do lote nº33, requereu em 10 de julho do corrente a vex algum auxilio, como foi concedido a todos os colonos que se estabelecerão na Argelina, para com este sendo o supplicante pobre e carregado com família, poder cultivar o seu lote em tempo próprio. Não tendo recebido solução alguma sobre o que pediu e não querendo perder tempo oportuno aceitou o offerecimento do colono argelino Melchior Schaffer em semente e serviços com arado e grade que, porém, até hoje não pode pagar. Desejando satisfazer a este pagamento, e mais precisando ainda de outra semente que no mês que vem se semeia: torna o supplicante respeitosamente pedir a vex lhe desse commo já requereu em data acima, algum auxílio ou gratificação para com este melhor prosperar.
Assim,
Curityba, em 25 de junho de 1874⁸⁶.

⁸⁴ Dezenove de Dezembro, 11 de março de 1874, 2

⁸⁵ Dezenove de Dezembro, 9 de setembro de 1871, p.3

⁸⁶ AP 454, 1874, p. 14

O que se nota é que as aproximações entre colonos não eram determinadas necessariamente pela mesma origem geográfica ou pertencimento a uma mesma etnia, mas por interesses em comum, fosse no âmbito político, ou mesmo pela adesão de valores em comum. São questões marcadas pelos sentimentos de cada um dos colonos que compartilhavam da mesma identidade de sujeitos em trânsito. Como argumenta Nishikawa (2008), as colônias eram espaços de sociabilidade cuja multiplicidade de identidades podia não ser vivida necessariamente de forma conflituosa, havendo um compartilhamento de interesses. Em momentos de crise, os colonos partilhavam das mesmas inseguranças e indignações.

Lamb (1994) explora tais relações interétnicas através do viés religioso. Imigrantes de diferentes origens se reuniam aos Domingos na Igreja Matriz de Curitiba onde eram criados laços que até mesmo levavam a união de famílias de origens diversas. Como descreveu o viajante Saint-Hilaire (1995, P.108):

Curitiba não é menos deserta, durante a semana, que a maioria das cidades do interior do Brasil; quase todos os habitantes, como os de muitos outros lugares, são lavradores, que ocupam suas casas somente aos domingos e dias de festa, atraídos pela obrigação de assistirem ao ofício divino.

Um exemplo é Antônio Geronasso, imigrante italiano que vivia na região do Boa Vista, que ao se casar com Cecília Blanchet, filha do imigrante francês Joseph Blanchet da colônia Argelina, passou a trabalhar junto com o sogro⁸⁷ que possuía um armazém naquele núcleo.

Joseph Blanchet trouxera da França conhecimentos técnicos sobre a fabricação de balanças, o que lhe garantiu estabilidade financeira e diversos contatos comerciais. Semanalmente seus negócios eram anunciados no periódico Dezenove de Dezembro:

Autorizado na França, como consta nas atestações que tem submetido as autoridades da capital, traz ao conhecimento do público que elle faz a transformação dos pesos, balanças, balanças romanas e de todo gênero do antigo systema, em systema novo.

⁸⁷ Em 1916, Antônio Geronasso (conhecido como Antônio Boa Vista) acabou assumindo a administração do armazém, porém, devido a pouca clientela, em 1919, mudou de ramo e instalou no local uma pequena barrica, parando de funcionar após seu falecimento em 1927 (Boa Vista, p.15).

O preço da transformação será sempre moderado o tanto que possível; de modo que cada um, em lugar de fazer grande despesa comprando pesos, etc. novos, achará uma economia incontestável nesta transformação. Aquelles que quizerem honra-lo com sua confiança, poderão depositar os objectos na casa do Sr. Bélache, à rua Direita esquina da Graciosa, ou então na colônia Argelina em casa do mesmo Blanchet Joseph⁸⁸.

O casamento garantiu uma nova forma de atividade para Geronasso que vivia em uma área onde em fins do século XIX ainda era descrita como um local de campo e mato, perpassado por culturas de erva-mate e lavoura de cereais (BOSCHILIA, 1996).

O seu trabalho consistia em comprar porcos e outros produtos em Cerro Azul para vender no centro da cidade. 'Aí o meu avô ia pra Cerro Azul, comprava a porcada lá, traziam a pé até Rio Branco, daí vinham de trem até a Colônia Argelina. Na colônia Argelina eles soltavam no quintal, era dado água e daí vendido pro Garmatter.' [João Amauri Geronasso] (BOSCHILIA, 1996, p.14-15).

Eduardo Geronasso, outro filho de Ludovico Geronasso, também se casou com uma filha de Joseph Blanchet, porém seguiu seus negócios como carpinteiro.

É certo que além de tais relações de auxílio mútuo que envolviam sentimentos, mas também interesses econômicos, conflitos de ordem pessoal ou político também ocorriam. Muitos crimes, inclusive assassinatos, foram registrados na colônia Argelina envolvendo indivíduos de diferentes nacionalidades.

É comum na descrição das acusações ser ressaltado o fato dos indivíduos encontrarem-se embriagados:

Em noite de 16 do corrente, um grupo de 12 colonos, suecos, allemães, suissos e francezes, dirigia-se à casa de Jonsonhn [inglês] na colônia Argelina, onde estavam, além do dono, suas duas filhas e um hóspede. Sendo-lhes negada a entrada, irritaram-se e, no estado de embriaguez em que se achavam, tentaram deitar a porta abaixo. Para prevenirem a realização deste intento permitiram-lhes o ingresso. Então alguns dois do grupo travaram razões com o hóspede e n'um momento apagada a luz, começou uma luta entre todos. Nesta ocasião o colono Alberto Augusto Othenin Girard, natural de Neuchatel, na Suissa, de 21 annos, recebeu um grande golpe sobre a face, dado, ao que parece, com um machado de lenda de que lhe resultou a morte. O Sr. Dr. Delegado de polícia procedeu o corpo e delito, tendo já sido preso o sueco Luiz André, que suppõe-se ser o autor do assassinato. Continua a autoridade em indagações com o fim de descobrir todos os culpados⁸⁹.

⁸⁸ Dezenove de Dezembro, 17 de dezembro de 1873, p.4

⁸⁹ Jornal Dezenove de Dezembro, 19 de junho de 1872, p.4

São inúmeros os conflitos entre os habitantes da colônia e regiões vizinhas, em especial pela invasão de animais nas lavouras ou pelo uso indevido das terras comunais.

III.^{mo} Ex.^{mo} Snr. Presidente da Província

Ao Sr. Dr. Inspector especial de terras e colonização para informar o Chefe do Palácio da Pres.^a do Paraná, em 11 de junho de 1878.

Os abaixo assignados residentes na colônia Argelina neste município vem perante V. Ex.^{cia} expor o seguinte

Os Suppl.^{es} Ex.^{mo} Snr. Não podem cultivar os terrenos da colônia em que residem por continuarem eles o serem invadidos por grande porção de animais vacum de diversos moradores, não só quarteirões vesinhos da colônia como de outros mais distantes inclusive os desta cidade; e com quanto o Decr.nº 71 de 21 de Fevereiro do anno passado no seu art.º 4º prohiba expressamente a criação e conservação de gado vacum dentro dos limites do município e em toda área destinada a lavoura, todavia, os donos de tais animais não querem sujeitar-se ao cumprimento do disposto no referido artigo do citado Decr., resultando disso, não poderem os Suppl.^{es} fazerem suas plantações por serem ellas diariamente estragadas por esses animais que em grande quantidade invadem dia e noite os territórios da colônia.

Os supplicantes, em vista do reporte, esperão que V. Ex.^a providenciará de forma a fazer cessar taes abuzos da parte dos donos desses animais, a fim de poderem os impetrantes tractarem de suas lavouras sem receio de serem ellas danificadas como tem sido até hoje.

Nestas circunstancias

Curityba 1º de junho de 1878⁹⁰

A colônia Argelina foi inicialmente dividida em 33 lotes e o restante, que era ainda mata fechada, foi reservado ao uso coletivo a fim de se obter lenha e madeira. No entanto, inúmeras violações foram registradas, inclusive o uso de tais terras por pessoas estranhas à colônia que justificavam dizendo que foram autorizadas por um colono que negociara outras mercadorias em troca do uso da terra. Em consequência foram redigidos abaixo-assinados recorrendo ao presidente da província para que este transformasse a floresta comunal em lotes.

Tal reivindicação foi atendida pelo governo provincial. Registra-se, todavia, que esta ação teve apenas resultados imediatos, pois à medida que algumas famílias deixavam a colônia, suas terras eram vistas como de uso comum pelos colonos que ali permaneciam⁹¹.

⁹⁰ AP 559, 1878, p.117.

⁹¹ AP 451, 1874, p.62

Outro conflito recorrente entre os colonos argelinos era com relação às diferenças de benefícios que eram concedidos aos imigrantes de outras colônias. Em abaixo-assinado, o colono francês Antoine Chatagnier reivindica uma vaca leiteira que lhe auxiliaria na lavoura. Segundo o colono, tal direito lhe tivera sido prometido pelo imperador quando este visitava a Agência de Colonização no Rio de Janeiro.

No entanto, seu pedido foi negado. Em resposta, o presidente da província informa à Tesouraria da Fazenda que a solicitação deveria ser indeferida, “porque só tem direito ao favor solicitado pelo suplicante os colonos que se achão estabelecidos na colônia do Assunguy”⁹². Esta colônia teria recebido tal benefício com o fim de “anima-los a permanecerem ali”⁹³.

É possível encontrar diversos pedidos por uma vaca ao longo dos anos de existência da colônia Argelina e em todos a solicitação lhes é negada⁹⁴.

Insistindo na reivindicação, o colono Leon Renault escreve mais de uma vez, argumentando de diferentes formas: “súbdito francês, estabelecido na colônia argelina, tendo sido contratado na Europa, como colono, e vindo na “Bordelet” tem por isso direito a receber a quantia de quarenta e cinco mil reis (45\$000) valor de uma vacca, que o governo se comprometeu a dar a todos os colonos nas mesmas circunstancias”. Algumas semanas depois é então respondido que não lhe seria dado o benefício porque o que contava era a lei de 1872 e não um contrato realizado antes mesmo da chegada desses imigrantes ao Brasil⁹⁵.

Tal decisão é justificada pelo inspetor das colônias através da lei: em razão da colônia Argelina ser uma colônia estabelecida no subúrbio da capital, esta não recebia o estatuto de núcleo colonial pelo aviso de 17 de Junho de 1872. Dessa forma, eram-lhes negado favores que o Regulamento de 19 de Janeiro de 1867 concedia aos imigrantes, além desta colônia não ter sido incluída no aviso de 19 de Dezembro 1872, o qual concedia o valor de uma vaca de leite aos imigrantes franceses estabelecidos na colônia do Assungui⁹⁶.

⁹² AP 454, 1874, p. 2

⁹³ AP 459, 1875, p.139.

⁹⁴ AP 459, 1875, p.138; AP 467, 1875, p.32; AP 477, 1875, p.61-62; 74; 168; AP 454, 1874, p.105

⁹⁵ AP 477, 1875, p.62

⁹⁶ AP 467, 1875, p.26

Não se observa, contudo, uma disputa entre tais colônias ou mesmo um conflito entre os imigrantes em que a questão étnica estava em jogo. As disputas que ocorriam resultavam de disputas econômicas ou familiares, e até mesmo debates sobre a situação como imigrantes que viviam sob leis que muitas vezes não lhes favorecia. Há recorrentes conflitos publicados no jornal Dezenove de Dezembro envolvendo conflitos entre imigrantes da mesma etnia por questões cotidianas:

No dia 11 do corrente [outubro], na colônia Argelina do Bacachery, Leontina Blanchet praticou ofensas físicas em Maria Regnaud, atirando-lhe um osso e uma ferradura.

O subdelegado de polícia, capitão Previsto Gonçalves da Fonseca Columbia, procedeu a corpo e delito e ao respectivo inquérito policial, verificando-se que as ofensas podiam ser graves se ocasionassem o aborto, visto achar-se a ofendida em estado adiantado de gravidez⁹⁷.

Quem diferencia esses sujeitos pela origem é o governo provincial no momento de conceder os benefícios. No caso da colônia Argelina, grande parte das leis beneficiava apenas os franceses que foram os primeiros a habitar o local, fazendo com que colonos de outras nacionalidades precisassem requerer os mesmos direitos:

Informe o agente de colonização desta capital. Palácio da presidência do Paraná, em 7 de julho de 1874. Frederico Abranches.

V. Ex. o ill Sr presidente da província do Paraná,
Dis Thomas Symonds [inglês], que, em vista de ter feito já muitos serviços no terreno que possui na colônia denominada francesa, o qual vê se dignou de me ceder, e não podendo seguir mais adiante com o seu trabalho por falta de dinheiro, pede respeitosamente a V. Ex dignase de lhe ceder os auxílios que forão dados aos franceses que vieron como colonos.

Lista da família Thomas Symonds 41 annos
Anna Symonds 38
Sarha Symonds 12
Carolina Smith 8
Curityba, 26 de junho de 1874
Ass, Thomas Symonds

[verso]

Ill Ex Sr Presidente,
Thomas Symonds é imigrante inglês e um dos poucos colonos ingleses que mostrou animo de permanecer na colônia argelina. É trabalhador e já tem feito na casa que lhe fora concedida os [urgentes] reparos e benfeitorias; parece-me por isso que esta no caso de receber os favores concedidos aos franceses.

⁹⁷ Jornal Dezenove de Dezembro, 19 de outubro de 1872, p.3

Curitiba, 9 de julho de 1874

Agente de colonização de imigrantes.

João Baptista

[Resposta de Abranches]: deferido com a ordem d'esta data para presidência do Paraná. 10 de julho de 1874⁹⁸.

Ill ex snr Presidente da província

Informe o Agente de colonização da capital – Palácio da Província do Paraná em 7 de julho de 1874

Abranches,

Dis George Curtis [inglês] que, em vista de ter feito já vários serviços no terreno que possui na colônia Argelina, onde reside com sua família, o qual V. Ex se dignou de lhe ceder, e não podendo seguir mais adiante com o seu trabalho por falta de dinheiro sendo elle pobre, pede respeitosamente a V.Ex se digne de lhe ceder os auxílios que forão cedidos aos colonos franceses.

Lista da família

George Curtis 27 annos

Ann Curtis 17 annos

Curitiba 8 de julho

Ass. George Curtis

George Curtis é aquelle que serviu de interprete aos imigrantes ingleses estacionados no Bariguy, casou-se com uma filha de [Marques] colono estabelecido no Assunguy, já tem um filho, é laborioso e de bons costumes, parece-me no caso de lhe conceder V.Ex os favores feitos aos demais colonos Argelinos.

V.Ex porém mandará o que for devido

Curitiba 10 de julho de 1874

O Agente de colonização

João Baptista [?]

[Resposta de Abranches]: deferido⁹⁹.

As relações entre os franceses argelinos também foram por vezes conflituosas. Diodoiné Dischamps, um dos primeiros colonos residentes da colônia Argelina, não era uma figura bem vista na localidade. Em artigo do jornal Dezenove de Dezembro de 1969, o colono Melchior Schaeffer, em resposta a um artigo publicado por Dischamps no jornal Paraná n.31, critica-o arduamente em razão, segundo Schaeffer, do perigo de um colono afetar a reputação dos demais:

[...] Dischamps exerceu na África o emprego de secretaire de mairie e foi expulso daquelle emprego pelos mesmos motivos que bem decididamente obrigarão o governo a expulsá-lo da colônia.

⁹⁸ AP 453, 1874, P.227

⁹⁹ AP 453, 1874, P.137

Dischamps ao meio de nós é gangrena este homem com sua linguagem dourada conseguirá sempre seduzir alguns pobres d'espírito, não há pois remédio senão a amputação imediata e prompta desse membro.[...] Homem pretensioso quereis dar a lei onde nem devíeis abrir a boca para fallar. A este governo que insultais não deveis tudo? Foste recebido neste país e tratado com uma differença que não tínheis direito de esperar, vós sobretudo; e como tendes agradecido as atenções que tiveram convosco? Para levar a efeito os vossos tenebrosos cálculos, procurais aproveitar-vos das dissensões dos partidos políticos na capital [Curitiba], o que na qualidade de estrangeiro não devíeis fazer [...] ¹⁰⁰.

É possível analisar a capacidade de integração desses sujeitos imigrantes na sociedade através de como Schaeffer se identifica: “estrangeiro”. De acordo com Lamb (1994, p.31) a interferência desses imigrantes na busca por diminuir conflitos era motivada pela manutenção da vida em comunidade, mas além disso, e é o que se pode concluir através da trajetória de Schaeffer, a busca por “um fortalecimento de suas relações pessoais com as autoridades do poder público”, a fim de manter os favores do Estado diante da situação de insegurança que a posição “estrangeiro” lhe atribuía.

Schaeffer passou a contrair diversas dívidas para com o governo do Estado em razão da compra de terras de outros colonos que decidiram retornar à França.

THESOURARIA DA FAZENDA DA PROVÍNCIA DO PARANÁ

Em 14 de agosto de 1875

III. Ex. Sr.

Com a demonstração junto da divida por que esta responsável a fazenda o colono argelino Melchior Schaeffer dou cumprimento ao despacho de V.Ex no requerimento incluso do mesmo colono.

Como se vê da demonstração, a divida de Melchior subiu por que não se contentando com o que lhe foi distribuído, obteve por transferência de diversos lotes de terras de outros colonos, sujeitando-se ao pagamento não só dos lotes, como das casas e favores correspondentes.

Se passar o precedente de se perdoar a divida de um colono, todos reclamarão o mesmo favor.

Deus guarde a vex.

III. Adolpho Lamenha Lins

O colono devia à Tesouraria em diversos segmentos: alimentação para si e sua família; gratificação como auxilio, para conserto da casa; compra de bois, compra de sementes, importância d'um arado; adiantamento que pediu; compra de outras casas e lotes; metade da dívida de Eduardo Imbert, pela qual ficara responsável no momento em que assumiu os lotes pertencentes a este colono.

¹⁰⁰ Dezenove de Dezembro, 3 de julho de 1869, p.4

Shaeffer escreve diversas cartas ao governo provincial, destacando seu lado laborioso e morigerado, a fim de que suas dívidas fossem abonadas. Além disso, observa-se que o tempo de residência exercia um valor simbólico de diferenciação entre os colonos. Shaffer e os demais “fundadores” da colônia fazem questão de declarar sua antiguidade no local:

[...] vem o supplicante respeitosa e requerer a Vex, ponderando que, o supplicante foi um dos primeiros colonos que se estabeleceu naquella colônia, onde tem constantemente trabalhado com tanto afinco, sem que ainda até hoje tenha podido tirar um produto equivalente a esse seu trabalho e de sua família, visto que os terrenos d'aquelle não ajudão. Por estas e outras razões, vem o supplicante impetrar de V.Ex a graça de retirar-lo desse pagamento, um vez que já se tem dado iguais precedentes a diversos colonos estabelecidos nas colônias do Brasil, mandando pessoas se lhe outrossim o titulo definitivo.
Curitiba, 9 de agosto de 1875
Melchior Shaeffer¹⁰¹

Como resposta, o contador Alfredo Munhoz dá seu parecer ao governo provincial, argumentando que não havia registros de que tais favores tivessem sido concedidos a outros colonos e que mesmo se o fosse, isso só poderia ser resolvido mediante autorização do Ministério competente¹⁰².

Sem perder a esperança, o colono reformula seu pedido diretamente ao presidente da província, Abranches, buscando artifícios na lei a fim de conseguir auxílio. No entanto, mesmo com tais esforços, o colono teve seu pedido indeferido.

Diz Melchior Schafer que sendo um dos primeiros colonos que se estabeleceu na colônia do Bacachery no principio de sua instalação, de 42 annos de idade, cazado com Carolina Schafer de 38 annos e com seus filhos Melchior de 15 annos, Victor de 13, Baptista de 10, Nicolás de 7, Florentina de 5 e Carlos de 10 meses, tendo a tempos requerido a V.Ex, pedindo-lhe mandasse abonar ao supplicante e sua mulher; cujo requerimento fora indeferido por não haver o governo geral autorizado essa gratificação, mas sabendo o supplicante que ultimamente se tem mandado abonar essas gratificações aos maiores de 10 annos, vem por isso o supplicante respeitosa e requerer a V.Ex que visto ter sido fornecida essa gratificação, se digne mandar abonar também aos filhos maiores do supplicante, isto é os maiores de 10 anos; com o que,
Curitiba, [?] de julho de 1874
Ass, Melchior Schaffer¹⁰³.

¹⁰¹ AP 480, 1875, p.60

¹⁰² AP 469, 1875, p.321

¹⁰³ AP 453, 1874, p.206

Mesmo tendo seu pedido negado, o colono não desiste de seu objetivo e então busca na figura do agente de colonização um parecer sobre seu comportamento na colônia. Tais agentes serviam como inspetores das colônias, visitavam periodicamente as famílias observando seu trabalho e também com o fim de lhes cobrar as dívidas com o governo provincial. Dessa forma, o colono poderia recorrer a esses sujeitos a fim de escrever uma carta demonstrando suas qualidades como imigrante com o respaldo do argumento de uma autoridade local. O que lhe garantiu o deferimento de seu pedido.

Conquanto a maior parte dos colonos argelinos não tenha correspondido aos favores que o governo lhe tem feito, attendendo-se a que o colono Schaffer é talvez o único que tem tomado verdadeiro interesse pela lavoura e dado vigoroso impulso ao seu estabelecimento, julgo que V.Ex poderá mandar-lhe adiantar a quantia pedida.

Servindo de inspector, Porfirio Aurelio de Mariz Nogueira¹⁰⁴.

Nota-se a mescla de tais requerimentos do campo do trabalho com conflitos da vida privada.

No incluso memorial dirigido a Presidência pede o colono argelino Melchior Schaffer um auxílio de cem mil reis para poder estabelecer-se em outro lugar que não o de sua actual residência, dando como razão a necessidade de afastar-se da beira da estrada onde tem actualmente casa porque sua mulher, que se acha atacada de demência accomette os viajantes.

Sendo este facto uma excepção na legislação relativa a colonos, julgo que só por deliberação especial da autoridade superior, fundada nos princípios de equidade e nos interesses da causa da imigração que aconselham a maior soma de benefícios e proteção ao colono, poderá ser feito o adiantamento da quantia pedida.

Segunda secção da Thesouraria de Fazenda¹⁰⁵.

Melchior publica até mesmo no jornal sobre o estado de sua esposa com o fim de se respaldar diante de alguma possível acusação:

Melchior Schaeffer faz sciente ao respeitável público que se não responsabilisa por qualquer negócio feito com sua mulher Carolina Schaeffer, moradora na colônia Argelina, visto achar-se ella affectada de alienação mental, e por isso impossibilitada de tratar lícitamente.

Curytiba, 17 de Maio de 1873¹⁰⁶.

¹⁰⁴ AP 353, 1871, P.213

¹⁰⁵ AP 392, 1872, p.72.

¹⁰⁶ Jornal Dezenove de Dezembro, 21 de maio de 1873, p.3

É possível analisar que o colono precisou utilizar de diferentes meios para que seus pedidos fossem ouvidos. Os relatórios demonstram que mesmo sendo um sujeito ativo na colônia – sendo o responsável não apenas pela defesa da ordem local, mas também na construção de benfeitorias como cercas que inibiam a invasão de animais na lavoura e a construção de um moinho de cereais¹⁰⁷ - Shaffer necessitou ativar diversos mecanismos para construir sua imagem como colono ideal a fim de persuadir o governo e adquirir seus direitos. Tais problemáticas foram questões comuns entre os moradores da colônia Argelina, coube a cada um conduzir a forma pela qual se apresentaria diante das ações do governo.

Organizados em lotes rurais, cada família precisava promover relações de ajuda mútua, pois todos partilhavam problemas semelhantes. Mesmo que não se conhecessem antes da travessia, as dificuldades os ligavam, ao menos no momento de reivindicar, é o que indicam os diversos abaixo-assinados organizados pelos colonos, neles constam assinaturas tanto de franceses, como de italianos, suíços, ingleses e alemães. Ou seja, o fato de conviverem com indivíduos de origens diversas revelava diferenças na forma pela qual o governo organizava os benefícios concedidos, no entanto, tal situação não foi decisiva para que os imigrantes assumissem como prioridade ressaltar suas origens francesas, suíças, ou alemãs, por exemplo. Foi possível observar que, ao menos ao se dirigirem ao governo, tais imigrantes colocavam em jogo sua condição de imigrantes, de indivíduos trabalhadores em busca de alimentar a prole.

Esse tipo de resposta tem estreita relação com o que era exigido desses imigrantes não só pelo governo, mas pela sociedade brasileira em geral. É preciso entender qual era o perfil do colono desejado pelo governo brasileiro para que se entenda em que medida a formação de novas identidades imigrantes alterou a forma como os sujeitos passaram a se relacionar na nova sociedade.

4.3 O COLONO IDEAL

¹⁰⁷ AP 451, 1874, p.69

Ao longo do século XIX o Brasil passou a ser um polo de atração de contingentes de emigrantes da Europa com a finalidade de povoar as áreas desocupadas através de pequenas propriedades policultoras. Além dessa razão inicial, pelo menos dois outros projetos se cruzaram e contribuíram para que esse movimento fosse ainda mais intenso a partir da segunda metade do século XIX – de um lado a busca de mão de obra nas fazendas de café e de outro os ideólogos que defendiam o “branqueamento da raça” (PETRONE, 1982).

Dessa forma, inúmeras levas de imigrantes europeus foram atraídos pela propaganda que prometia melhores condições de trabalho no Brasil, como “concessão gratuita de terra, passagem paga, auxílio para que o colono pudesse sobreviver nos primeiros tempos” (PETRONE, 1982, p.30).

A vinda desses imigrantes era recebida por muitos como uma saída para a falta de mão de obra na lavoura, uma vez que além da progressiva proibição do trabalho escravo havia o fato do trabalhador brasileiro ser visto como de pouca laboriosidade pela elite política. Havia um preconceito sobre o trabalho agrícola por parte dos habitantes locais, “trabalhar no cabo da enxada era considerado uma atividade de baixo *status* social, digna apenas de escravos e libertos” (WACHOWICZ, 2010, P.175). Tal visão tornava a propaganda sobre a imigração algo mais palatável à sociedade escravocrata, a presença do imigrante passou a ser vista como imprescindível ao desenvolvimento provincial (LAMB, 1994).

No entanto, além da busca por transformar os colonos imigrantes em “homens adestrados na lavoura do Brasil”, havia o objetivo mais abstrato que era o da construção da identidade nacional. O Brasil como Estado-Nação passa a se preocupar em gerenciar a identidade que deveria ser submetida a seus regulamentos. “A ideologia nacionalista é uma ideologia de exclusão das diferenças culturais” (CUCHE, 1999, p.188). A colonização deveria acontecer de modo que fosse construída uma identificação entre os novos sujeitos e a identidade brasileira, evitando-se fazer do empreendimento uma “invasão” que fizesse do Brasil uma nova nação, com idioma e costumes completamente diferentes. “Ressaltavam-se as esperanças de um abasileiramento dos imigrantes, caracterizado tanto pela transferência mútua de conhecimentos técnicos agrícolas como, sobretudo, por sua assimilação cultural” (LAMB, 1994, p.68).

Havia diversos requisitos para que os imigrantes fossem aceitos como tal na sociedade brasileira. É comum pensar dentro da ideia de “branqueamento racial” que o governo recebia qualquer indivíduo branco e europeu, no entanto, havia restrições a essas questões. Mesmo os chamados “laboriosos alemães” nem sempre foram bem recebidos em razão de muitos deles serem protestantes. De acordo com Seyferth (2008), existia o colono ideal e o indesejável, o primeiro era caracterizado como o pequeno produtor rural, preferencialmente católico e possuidor de família, robusto e saudável, sem antecedentes criminais, atento à moralidade, morigerado, com menos de 60 anos, branco e europeu. Já os que compunham a categoria dos indesejados eram estigmatizados como os imigrantes rebeldes, que reclamavam das condições de assentamento, que se deslocavam sem autorização escrita e os politizados, referidos como “comunistas”. Tais condições de cidadania estavam regulamentadas em avisos de alcance legal, cabia aos cônsules escolher os melhores lavradores e artífices.

Lamb (1994) chama a atenção para a “laboriosidade como referência” como um aspecto que sustentava a política provincial da imigração. Tudo aquilo que concorresse para limitar esse movimento passava a ser visto como uma ameaça pelo governo. Como estudado pelo autor, os conflitos que envolveram os ingleses do Assungui representaram uma ameaça não só na questão material quando os colonos utilizaram armas para se defender da polícia, mas também simbólica, pois era a figura do colono europeu, aquele sobre o qual foram realizados propagandas e gastos públicos, que estava causando distúrbios na ordem social. Como meio de apaziguar tal situação, Abranches discursa aos membros da Assembleia Legislativa procurando ressaltar que “os distúrbios ocorridos na capital, em 1873, embora tivessem como protagonistas estrangeiros, tinham caráter momentâneo. Desta forma, o presidente situava as alterações da ordem pública no campo da exceção, buscando conter possíveis dissabores políticos” (LAMB, 1994, p.18).

Como visto no capítulo anterior, o Governo Provincial e a sociedade em geral demonstrou possuir uma visão binária sobre o imigrante francês. No caso dos que viviam no meio urbano, havia a busca por estratégias de sobrevivência a fim de serem aceitos nessa sociedade. Buscavam ofícios que lhes agregassem a identidade não apenas francesa, mas parisiense. Assim, muitos serralheiros ou marceneiros na França, no Brasil lidavam com tecidos (BIVAR, 2008). Um processo

que Lesser (2001, p.223) caracteriza como “venda da etnicidade”, ou seja, a ideia de cultura francesa como algo refinado se expandia no Brasil e os imigrantes se utilizam dessas imagens a fim de serem aceitos.

No entanto, será analisado que no caso dos imigrantes franceses destinados aos trabalhos rurais, a imagem que lhes foi atribuída nem sempre foi laudatória, sendo recorrentemente criticados por seu trabalho pouco rentável em relação a outras comunidades “laboriosas”. A culpa dos conflitos ocorridos na colônia Argelina agravados pela baixa produtividade da lavoura era denunciada pelo governo como dos imigrantes que, em razão de terem sido mal escolhidos pelos agentes na França, traziam distúrbios a uma nação que buscava união. As autoridades passaram a enviar tais críticas às páginas policiais que os descreviam como desordeiros que ameaçavam a segurança pública. “Por este procedimento, asseguravam legitimidade à punição, ao controle reforçado, e garantiam a força de seus ideais”. (LAMB, 1994, p. 26).

Apenas se provasse que era trabalhador é que o imigrante poderia adquirir direitos, o que pode servir de explicação para o fato desses imigrantes repetirem inúmeras vezes em suas petições que eram laboriosos em oposição às críticas que recebiam sobre sua incompetência nos serviços agrícolas. Essas cartas podem ser lidas como uma busca por desconstruir uma identidade que esses sujeitos não consideravam condizente com seu cotidiano de trabalho braçal e de dificuldades para prosperar em terras de difícil cultivo. “Quer as experiências da elite, quer as experiências de muitos populares, imigrantes e nacionais, estavam demarcadas por uma prioridade imposta à produtividade, à constituição de uma sociedade do trabalho¹⁰⁸” (LAMB, 1994, p.85).

De acordo com Corps (2009, p.344), os recrutadores, conhecidos como companhias de colonização ou de imigração, eram subordinados a uma série de condições para cumprir sua parte na promoção da imigração contratada. “O contingente de imigrantes estipulado tinha de ser contratado até uma data-limite. Além disso, deviam fornecer apenas trabalhadores com as qualificações necessárias para esse tipo de imigração, ou seja, imigrantes habituados a trabalhos agrícolas”, representando o caráter seletivo desse processo imigratório.

¹⁰⁸ LAMB, p.85

Abordando o exemplo francês contemporâneo, Sayad (1998, p. 47-48) argumenta que quando se precisou do trabalho imigrante devido à expansão econômica, “tudo concorria para fazer com que todos dividissem a ilusão coletiva que se encontra na base da imigração”, essa ilusão foi expressa nos discursos que defendiam esses indivíduos como necessários para a economia, até mesmo para a demografia francesa. Tal foi o caso do Brasil no contexto do século XIX, o país aceitava a presença permanente desses imigrantes, pois havia um interesse econômico e social embutidos nesse discurso, não significando uma política humanitária para acolher europeus que viviam em dificuldades econômicas e políticas.

Dado o descaso por parte do governo diante da situação de carestia na qual se encontravam as colônias agrícolas localizadas aos arredores da capital paranaense, os colonos franceses que ali habitavam buscavam meios de reivindicar melhores condições de acesso a insumos agrícolas, terras e atendimento médico. No entanto, tais reclamações podem ter contribuído para o estigma criado em torno desse grupo, pois, como argumenta Sayad (1998, p.48), quando os imigrantes passam a reivindicar o seu direito a uma existência plena e não mais a direitos parciais de trabalhadores imigrantes, a relação entre esses indivíduos e a sociedade modifica-se: “Ao se afastarem dos limites que lhes haviam sido outorgados, ao ultrapassarem seu papel de imigrantes, eles deixaram, em certa medida, de se parecer com a definição que deles se dava”.

Destarte, é preciso problematizar a ideia de “sucesso” e “fracasso” desses colonos em um momento em que ter sucesso dependia não só do trabalho, mas do lugar social que o indivíduo assumia para a nação. Ao responder a questão “o que é um imigrante?”, Sayad nos auxilia a entender o lugar social desses sujeitos: essencialmente uma força de trabalho, sendo reconhecidos somente quando ocupam essa posição. E não é qualquer trabalho, mas o que o “mercado de trabalho para imigrantes” lhe atribui, que no caso do Brasil era o trabalho nas lavouras de café ou em colônias agrícolas.

A questão que está por trás dessas visões sobre o imigrante pode ser lida através do sentimento negativo criado no contato com o desconhecido. Ao estudar a relação entre o nativo e estrangeiro, Brepohl (2013, p.19) analisa a obra *Topographie de l'étranger* de Bernard Waldenfels na qual o autor argumenta que o

encontro entre desconhecidos significa, pelo menos no primeiro momento, um confronto. E é em razão disso que o estrangeiro estaria sempre em uma posição hostil, “porque é um hóspede bem-vindo até o momento em que perturbe as regras (ou a ordem, ou a economia afetiva) do próprio, provisoriamente anfitrião, mas seguramente hóspede de um outro”. Antes mesmo do contato, o desconhecido faz parte do imaginário do anfitrião, pois é preciso levar em conta que a imagem pode chegar antes do indivíduo, e esta tem uma forte influência na sociedade, pois é de fácil absorção. Assim, quando chega o imigrante, muito sobre sua cultura já pode ter cruzado o oceano através de cartas, jornais ou mesmo por outros compatriotas. A problemática ocorre quando essa imagem pré-estabelecida não condiz com aquele que chega, pois a hospitalidade é apenas para o desejável, aquele que se mostra “estranho” à imagem que dele esperavam nem sempre é bem recebido. Foi o caso dos imigrantes franceses destinados aos trabalhos agrícolas, eram desejáveis por representarem mão de obra europeia, porém, sua imagem no cotidiano social foi conflituosa a partir do momento em que esses não responderam a sua função primordial como imigrantes: trabalhadores morigerados.

De acordo com Tucci Carneiro, nem todos os países tornavam públicas as suas ideias e os seus atos de exclusão, pois se preocupavam com uma boa imagem para a nação que almejavam construir. Buscaram-se fundamentos políticos, raciais e até mesmo religiosos para justificar os atos legais (e ilegais) de exclusão. “Ao negar os valores do ‘outro’ – avaliado como um estranho à realidade nacional –, o grupo dominante ‘garante’ valores positivos para os seus membros. Daí a segregação estar a um passo da exclusão” (CARNEIRO, 2001, p.1).

O imigrante indesejado é cercado de imagens criadas pela sociedade a partir de critérios como raça, cultura, moral ou religião – parâmetros sempre construídos pela diferença em relação ao “outro”:

[...] não interessava ao Estado republicano manter em território nacional aqueles que optassem pela resistência à integração gerando situações de conflito. Interessava-lhe sim a conformidade. Daí a importância de recuperarmos como se processaram os múltiplos discursos sobre a formação de Nação, registros de tolerância ou de intolerância para com o “outro” (CARNEIRO, 2001, p.1).

Através dos estudos de Lesser (2001) é possível analisar outros exemplos de grupos imigrantes que foram estigmatizados ao se inserirem na sociedade brasileira

por muitas vezes não “condizerem” com a imagem de imigrante ideal, demonstrando que a imagem do “colono civilizador” não significou a aceitação plena do estrangeiro que muitas vezes estava disposto a se estabelecer no país.

As dezenas de milhares de sírios e libaneses que começaram a entrar no Brasil em fins do século XIX criaram um novo debate em torno do imigrante desejado. Discutia-se se esses imigrantes não-europeus e não-africanos poderiam vir a se tornar brasileiros, “os árabes tanto eram semelhantes (a maioria deles era cristã) quanto diferentes (não sendo considerados nem ‘brancos’, nem ‘pretos’, nem ‘amarelos’)” (LESSER, p.88, 2001). Esse grupo foi estigmatizado como exótico e diferente o que se agravava em razão de não demonstrarem interesse na aceitação plena da “cultura euro-brasileira”:

[...] [sua] atividade essencial é comprar e vender, e não produzir. [...] Trazem esses indivíduos consigo a mentalidade oriental, a moralidade oriental, sinuosa e estranha aos nossos hábitos, às nossas tradições e à nossa educação de ocidentais. Trazem modos de pensar e modos de agir que vêm daquele Oriente próximo, tortuoso e sinistro, o Oriente pitoresco talvez, mas perigoso sempre... do Oriente cujo contato todos os povos civilizados procuram evitar (COARACY, V. 1930, p.121; apud LESSER, 2001, p.115).

No entanto, progressivamente esses indivíduos passaram a ser aceitos socialmente em razão de terem atendido aos objetivos da elite, uma vez que através de atividades especialmente no ramo do varejo conseguiram êxito econômico. É importante ressaltar que diferentemente dos grupos europeus, os sírios e libaneses formaram um grupo de imigrantes que vieram por conta própria, sem serem esperados. Assim, a visão que se tinha desse grupo era uma imagem generalista sobre “o árabe”, e todos os que eram provenientes do Oriente Médio passam a ser automaticamente “turcos”, desprezando as diferenças culturais peculiares desses grupos. “[...] quando recém-chegados, os imigrantes eram ‘turcos’; um primeiro emprego fixo os transformava em sírios”; e a propriedade de uma loja ou de uma fábrica fazia deles ‘libaneses’” (LESSER, 2001, p.92; 98). Portanto, era somente quando cumpriam com seu papel como imigrantes: ser mão de obra lucrativa, é que ganhavam novas identidades.

No caso dos japoneses, encontramos semelhante visão dual sobre o imigrante, variável de acordo com os interesses econômicos e políticos:

Para os que tinham em mente o crescimento econômico do país, o “tornar-se brasileiro” era um processo neolamarckiano, que viria a resultar num aumento da produção, do capital e do comércio exterior. Os japoneses, então, representavam os “melhores” imigrantes possíveis. Já aqueles que encaravam a produção como secundária viam o Brasil do futuro como um país europeu e católico, e qualquer desvio dessa rota viria a criar uma raça cada vez mais doentia. Os japoneses no Brasil, como também em outros países do hemisfério, eram vistos simultaneamente como uma “minoría modelo” e como um “perigo amarelo” (LESSER, 2001, p.212).

Antônio de Assumpção, grande fazendeiro de café que utilizava trabalhadores imigrantes elogiava os japoneses por seu trabalho: “os elementos brasileiros mais sãos sabem muito bem o que foi alcançado pelos colonos japoneses, e não estão cegos para o enorme bem que os laboriosos japoneses fizeram para o Brasil” (1944, p.80; apud LESSER, 2001, p.214). Um ponto que se destacava para os fazendeiros sobre o caráter dos japoneses era o fato de não reclamarem de suas condições. Bento de Abreu Sampaio, em reunião com os ruralistas ressaltou que “Durante a noite escura, em que os fazendeiros não podiam pagar regularmente seus colonos, não se viu um colono japonês impaciente ou reclamando” (1935; apud LESSER, 2001, p.220). Mais uma vez é possível notar que quando o imigrante é visto a partir da perspectiva do trabalho, ou seja, de sua utilidade enquanto mão de obra, este perde certa carga de estigmas sobre sua identidade.

Tais exemplos apontados por Lesser são de imigrantes não europeus, no entanto, apesar de não ter havido restrições para a entrada de europeus, houve críticas sobre alguns grupos. Entre eles destacam-se os poloneses que foram fortemente estigmatizados, sendo vistos como propensos ao alcoolismo, de religiosidade excessiva, visão atrasada e demasiada do campo. Tais críticas estão diretamente ligadas ao fato dos poloneses serem considerados como um grupo não assimilável, em especial por se isolaram em suas comunidades não aceitando sacerdotes que não fossem poloneses e se comunicando apenas em seu idioma materno (OLIVEIRA, 2009).

Se tal descoberta sobre o preconceito contra os poloneses foi uma surpresa para o sociólogo Octávio Ianni em suas pesquisas realizadas sobre a população do Paraná em 1950 (OLIVEIRA, 2009), ainda mais surpreendente são as críticas dirigidas aos franceses, pois em geral se tem a ideia de que o imigrante europeu e em especial o francês é um sujeito desejado na sociedade brasileira. Como argumentado, essa ideia tem fundamento quando se fala do francês que prosperou,

em especial no meio urbano onde o estereótipo de suntuosidade parisiense era pensamento em comum tanto de estudiosos que admiravam a cultura francesa quanto da sociedade em geral que consumia os “artigos de Paris”. Betemps (2017) aponta que grande parte dos franceses que imigraram para o Rio Grande do Sul se instalou na região de Pelotas. Entre os que permaneceram no meio urbano o autor cita diversos sujeitos cujas profissões eram valorizadas pela sociedade: médicos, dentistas, fotógrafos como Baptiste Lhullier, arquitetos como Dominique Pineau e Dominique Villard, engenheiros como Gregório Howyan, e até mesmo o Conde d’Eu que foi o primeiro a cogitar a ideia de estabelecer uma colônia de franceses na região.

No entanto, quando analisamos a situação dos franceses agricultores suas trajetórias são distintas. Betemps argumenta que famílias pouco abastadas eram dirigidas à núcleos mais afastados, dificultando o comércio com o meio urbano: “Nos outros núcleos, os franceses, não encontrando um apoio muito forte por parte do governo, tiveram de lutar muitas vezes sozinhos para sobreviver e em pouco tempo acabaram sendo envolvidos por uma massa ítalo-germânica que dominou as correntes imigratórias na Província” (BETEMPS, 2017, p.2).

No caso dos colonos argelinos, apesar da proximidade com o centro urbano, tal situação de desassistência foi semelhante, o que gerou conflitos entre os colonos e o governo provincial que passou a tecer críticas a esses sujeitos. As principais acusações eram relacionadas ao alcoolismo, falta de preparo para o trabalho na lavoura, tendência ao ócio e a realizar reclamações públicas (o que era temido pelo governo, por representar um princípio a greves), ou seja, eram críticas não exclusivas aos imigrantes franceses. Como visto, outros imigrantes inclusive europeus também sofreram tais estigmas. O que deve ser questionado é por que tais acusações são feitas e ainda mais importante, por que e como foram se intensificando de acordo com as respostas dadas aos imigrantes a seus anseios não atendidos. Os estigmas podem ser explicados pela baixa produtividade, mas também podem ter como causa ou serem agravados em razão das constantes reivindicações dessas famílias que buscavam receber os benefícios que lhes foram prometidos. Mesmo que essas famílias não tenham demonstrado desobediência às leis; seus pedidos por benefícios quando somados a sua falta de resultados produtivos podem ter construído uma imagem negativa frente ao governo. Como

afirma Tucci Carneiro, o imigrante desejável era aquele que não questionava direitos, e que não era politizado:

O imigrante era bem-vindo desde que se integrasse ao “nós”, atendendo as regras impostas pelos ordenadores da sociedade brasileira. A partir do momento em que se tornava inoportuno à ordem instituída, propondo reformas sociais e políticas — ou seja, procurando instituir uma nova ordem segundo ideologias exóticas —, sua identidade era questionada como “perigosa à composição racial da população ou à segurança da Nação” (CARNEIRO, 2001, p.1).

A seguir será discutido como tais colonos enfrentaram a carestia de produtividade associada a doenças e falta de recursos frente ao descumprimento das promessas feitas pelo governo. Diversos colonos passam a escrever cartas reivindicando os favores prometidos no momento de sua chegada e em casos extremos acabaram por abandonar a colônia. Procura-se entender como a relação com o governo provincial, sua visão sobre o imigrante ideal, também representou um dos fatores importantes na formação da identidade imigrante.

4.4 AS RELAÇÕES DOS COLONOS E O GOVERNO PROVINCIAL: AS REIVINDICAÇÕES DOS COLONOS FRANCESES

Entre as principais fontes estudadas neste trabalho estão os abaixo-assinados elaborados pelos colonos que tinham por objetivo obter alguns dos benefícios que lhes tinham sido prometidos por lei antes mesmo de sua chegada ao Brasil. Em geral essas petições eram elaboradas pelos colonos e redigidas em português pelo agente do governo ou em francês e português por um dos colonos — dependendo do grau de instrução. Ao final do documento encontram-se diversas assinaturas dos imigrantes franceses que se incluíam nas demandas.

Outro tipo de documento que se destaca são as reivindicações realizadas individualmente por cada imigrante. Como visto anteriormente, nesse tipo de situação o sujeito requer direitos individuais, muitas vezes justificando através de necessidades do campo do privado, como parentes enfermos, problemas com vizinhos e falta de alimentos para a família.

Ambas as fontes demonstram como os imigrantes buscavam superar a falta de recursos através de meios legais reivindicando ao governo em suas cartas. Um dos pontos que chamam a atenção é o fato de que à medida em que essas famílias começaram a realizar esses movimentos a resposta do governo provincial foi se modificando no sentido de culpabilizar as carências no caráter dos imigrantes. Nas primeiras décadas do movimento imigratório os franceses foram, assim como os demais imigrantes europeus, indivíduos desejados pelo governo brasileiro. No entanto, a realidade encontrada na experiência colonial gerou conflitos de interesses que fizeram com que a imagem criada sobre esses sujeitos sofresse modificações.

A seguir serão analisados tais períodos de discussões entre o grupo imigrante e o governo provincial como o intuito de entender quais foram as estratégias utilizadas pelos sujeitos para superar os impasses políticos e econômicos com o fim de conquistarem seu lugar social.

Ao se depararem com as dificuldades vividas nas colônias agrícolas, muitos imigrantes passaram a reivindicar melhores condições de trabalho e moradia, principalmente as que lhes tinham sido prometidas antes mesmo de chegarem ao Brasil.

III.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Presidente da província,

Robert Jacques imigrante francez estabelecido na colônia argelina, onde pretende residir perpetuamente com sua família que se compõe de seis membros: ele suplicante, sua mulher de nome Marie Louise, de seu filho Leonard de onze anos e meio de idade, de sua filha Caroline de dez annos e meio, de Joseph e de Julie estes dois últimos menores, vem humildemente informar sua Ex.^a que ele e sua mulher receberam já a quantia abonada pelo artigo 30 do regulamento das colônias do Governo, mas que aos filhos Leonard e Caroline foram esquecidos. Por este motivo o suplicante vem respeitosamente requerer a V.^a Ex.^a lhe conceder os favores do dito artigo, mandando V.^a Ex.^a que pela Thesouraria de Fazenda se lhe de 20.000 por cada um de seus dois filhos maiores e bem assim por ele suplicante e aos dois filhos acima os instrumentos agrários próprios para horticulturas que lhes foram prometidos. Ele julga que os seguintes seriam suficientes para ele e os membros maiores da sua família, a saber:

Três machados

Três aluviões

Quatro enxadas

Três pás

Três cortadeiras

Um serrote

Dois martelos: um grande e um menor

Dois formões: um grande e um menor

E também a sementes necessárias a plantação do mês de janeiro próximo.

Nestes termos:

V.^a Ex.^a se digne de o deferir com a justiça que costuma, de que Curitiba, de dezembro de 1873.

Robert Jaques¹⁰⁹.

É possível identificar o crescimento desse tipo de carta após dois anos da fundação da colônia (1869). Isso pode ser explicado pelo fato de que no momento em que chegaram tais famílias receberam suprimentos necessários para alimentação e moradia, pois havia o intuito de que os colonos se assentassem na região, no entanto não lhes foi dito que tais benefícios seriam apenas temporários. O fornecimento das sementes, das ferramentas e dos alimentos passou a ser menos frequente o que se agravava pela demora na substituição das cabanas (que foram construídas para serem temporárias) por casas individualizadas.

Com o aumento das dificuldades encontradas na construção de novas habitações, no crescimento da lavoura e até mesmo de doenças que afetavam toda a prole que era fundamental como mais um braço de trabalho, esses imigrantes aumentaram o número de reivindicações ao governo e passaram a elaborar abaixo-assinados envolvendo familiares e vizinhos franceses.

O colono Leger Gummy escreveu quatro cartas com abaixo-assinados de diversos imigrantes pedindo ajuda a sua esposa que se encontrava enferma. Em resposta, o agente de colonização retira sua responsabilidade e afirma que “nada pode fazer a semelhante respeito, e que só V.Ex com a bondade que o caracteriza poderá fazer minorar os sofrimentos do suplicante que espera¹¹⁰”. Quando os pedidos eram repassados para a autoridade provincial a resposta poderia demorar ainda mais, uma vez que passava por diversos setores até chegar ao presidente.

É relevante destacar que tais reivindicações também eram realizadas por mulheres imigrantes.

24 de agosto de 1870
Ill. Exmo. Sr.

Sobre as reclamações de Carolina Dichamps e Susana Imbert anexas ao incluso officio do delegado das terras nº 185, de 27 do mês findo, apenas posso informar a V.Ex. que ao meu ver não tem ellas direito as terras que requisitam, por isso que aos seus maridos deu-se terra em quantidade desproporcional com as que tiveram as demais colonos, isto é, quase o triplo.

Os contractos que invocam não garantem senão terras: o mais que se deu aos diversos colonos foi medida de equidade aconselhada pelo desejo de favorecer a colonização, e esta só ao governo compete.

¹⁰⁹ AP 428, 1873, p.132.

¹¹⁰ AP 453, 1874, P.18

Portanto se o governo imperial entender que as supplicantes se deve dar o que pedem, que assim o ordene a este thesouraria.
 Quanto às terras, se o governo também entender que se deve alargar as concessões já feitas, será conveniente que autorize a compra dos lotes necessários, porquanto não tem o Estado terrenos a sua disposição no perímetro favorável a colonização.
 Agostinho de Leão¹¹¹

III Ex Sr,
 Tenho a honra de passar as mãos de V.Ex a ordem que dei a madame Renaud para suprir por espaço de 30 dias com a quantia de 1\$000 diárias, a mãe dos menores doentes de varíola, e bem assim o rancho da mesma Renaud, [...]. Rogo a V.Ex que se digne dar essas ordens da mesma quantia.
 Deus guarde,
 Delegacia da policia da capital¹¹²

É possível inferir que a insatisfação era um sentimento comum na colônia, não importando a nacionalidade, o gênero ou a faixa etária. No entanto, com o aumento das reclamações por parte dos colonos, críticas por parte da sociedade e governo sobre esses sujeitos começam a surgir. A imagem do colono europeu, morigerado e trabalhador passa a ser questionada, uma vez que o governo provincial passa a ver tais reclamações como um ato de rebeldia que poderia afetar o “bom andamento da colonização”, o que dificultou ainda mais a conquista dos direitos requeridos:

[...] deve perder o direito ao fornecimento; pois que seria inconveniente determinar a compra de outro: basta a avultada despesa que tem sido feita com os imigrantes argelinos dispostos sempre a apresentar reclamações ainda mesmo prejudiciais a Fazenda Nacional¹¹³.

A partir desse período identificam-se diversos exemplos de discursos depreciativos sobre tais imigrantes. Passou-se então a ser construída a imagem do imigrante francês que vivia nas colônias como um sujeito inapto ao trabalho agrícola, disposto ao ócio e a embriaguez.

Com o aumento dos crimes dentro da colônia, a presença de forças policiais próximas à região foi solicitada pelo inspetor de colonização. Diversas eram as

¹¹¹ AP 339, 1870, p.362

¹¹² AP 541, 1877, p.71

¹¹³ AP 319, 1879, p. 305.

reclamações sobre incidentes de colonos embriagados que se envolviam em brigas com outros moradores ou em agitações na capital. Como foi o caso das diversas denúncias do médico belga Jules Parigot, que administrou por um período as colônias próximas à capital da província do Paraná:

Todos os domingos erão bebedeiras, até que o povo inteiro receava sahir de suas casas. As famílias francesas morigeradas não querão apparecer no Núcleo de medo de seus patrícios! A polícia da Colônia não podia sofrer um tal estado. Eu, como chefe responsável, adverti os franceses que não permitia taes excessos e bem que não queria que recebessem bordoadas, eu havia de fazer elles respeitar as leis. [...]
Foram então reunir-se com os seus patrícios e principiário uma orgia em que beberam 45 botelhas de vinho! Ao menos assim me foi relatado. Chegando a noite o Snr George Kaiser veio dar-me parte que os francezes estavam arrombando a porta de sua venda, mas quando eu cheguei com os guardas nacionais, eles tinham fugido e foi mais longe que achamos alguns deles deitados no chão bêbados a não poder mais. [...] nunca os francezes tornar-se-ão colonos permanentes em payses estrangeiros. Eu, que por idade tenho experiência, asseguro que esses francezes – soldados licenciados, solteiros, entregues aos alcohols, que errarão no México e nos Estados Unidos, são os piores habitantes, e hão de ser sempre desordeiros no Brasil¹¹⁴.

Tais comentários chegam aos olhos do presidente da província Oliveira Lisboa que em seu relatório sobre a situação das colônias justificou as más condições da colônia Argelina no caráter dos franceses: “é devido ao pessoal de que se compunha, pois não era possível tirar-se bom resultado de indivíduos estranhos aos trabalhos agrícolas e acostumados à vida ociosa [...] poderão ser melhor aproveitados esses terrenos por laboriosos alemães¹¹⁵”.

O viajante inglês Bigg-Wither quando em passagem pelo Paraná também se referiu aos imigrantes alemães como laboriosos e aos franceses como indivíduos sem perspectiva para o trabalho:

O mesmo não aconteceu com os franceses. Há uma parte dos subúrbios conhecida como "quarteirão francês". Ali, grande número de famílias vem vivendo há anos, sem alcançar nenhum progresso e sem se amoldar absolutamente ao espírito e à vida do país adotivo. Parecem estar completamente estacionários, não fazendo nem bem nem mal e não influido, de forma alguma, no progresso da cidade (BIGG-WITHER, 1974, p. 84).

A Tesouraria e a Delegacia de Terras colocavam a culpa nos Agentes de colonização alegando que os contratos com eles feitos não serviam aos fins do

¹¹⁴ PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP). PARIGOT, J. AP135

¹¹⁵ Relatório do presidente da província PR (15/fev/1872), p. 46

projeto colonizador – “aumento da população productiva, braços livres e uteis” , e sim apenas aos próprios agentes que recebiam “um prêmio por cabeça de emigrante”. Assim, julgavam que os imigrantes franceses que vieram do navio “Polymerie” faziam parte dessa leva que fora escolhida sem critério “longe de atenderem ao interesse do governo, que é obter emigrantes aptos para agricultura [...] empregam apenas seus esforços na obtenção de quaisquer indivíduos que queiram vir para o Brasil, estejam ou não em boas circunstâncias¹¹⁶”.

Tal situação só fez com que as críticas sobre sua presença aumentassem. Passou-se a ser divulgada a ideia de que o fracasso da colônia teria ocorrido em razão dos franceses que não eram indivíduos aptos ao trabalho na lavoura;

Foi esta colônia fundada com 101 colonos; hoje conta 54 e segundo me consta brevemente se retira um de seus fundadores, o colono Luis Huet, com sua família composta de 4 pessoas e mais 8 companheiros. O estado a que está reduzida esta colônia já era por mim previsto em 1869. Uma colônia fundada com indivíduos estranhos ao trabalho agrícola, afeitos a vida ociosa e na maior parte habituados a embriaguez não podiam dar outro resultado.

Aqui repito o que já disse ao governo provincial. Não é com cidadãos franceses tirados das colônias de Argel, faremos colonizar o nosso país; é erro, e erro que nos trará desperdício de dinheiro, e ainda pior a introdução de braços inúteis e de gente de maus costumes. É sabido que as colônias d’Argel, foram fundadas com pessoal de costumes duvidosos, pelo que viu-se o governo francês na necessidade de empregar polícia militar: systema incompatível com a colonização que se promove no país.

A despesa com estes colonos sobe [...].

Salla da Secretaria do Governo do Paraná,
Candido Rodrigues Soares de Meirelles¹¹⁷.

Segundo informa o delegado das terras no seu incluso officio nº263 de 24 do corrente, retirou-se desta capital com desterro a França o colono Frances Henrique Henno, depois de ter recebido dos cofres, além das diárias para alimentação e alojamento, a garantia de 232.000 para a aquisição de sementes, bois e ferramentas, e para dar começo a edificação de sua habitação.

Este facto vem adusir mais uma prova ao que já por vezes tenho dito a V. Ex sobre a inutilidade dos colonos franceses e de mais emprego de dinheiro nos que com [eles] faz o governo imperial.

A colônia do Bacachery acha-se esta para demonstrar até a última evidência.

O governo provincial é representado como provedor frente a imigrantes ingratos e de maus costumes devido a suas origens “duvidosas”. O francês proveniente da Argélia não é aqui visto como ícone cultural, mas como um indivíduo

¹¹⁶ AP 349, 1871, p.200.

¹¹⁷ AP 349, 1871, p.207-208.

que não se encaixava nos moldes exigidos pelo governo, devendo ser rejeitado como imigrante:

Sendo pois inúteis e inaproveitáveis, comme são com qual os colonos franceses, entendo que deve-se cessar toda e qualquer fornecimento de dinheiro aos seus colonos que ainda aqui se acham, Goliat e Borelle, em quanto não se verificar que estes tem feito a aplicação consciente dos dinheiros que receberam para a compra de sementes e [materiais] e começo da casa.

Releva aqui lembrar que seria conveniente V. Ex. dirigir-se ao governo imperial solicitando a acusação da remessa de imigrantes franceses para esta província, afim de evitar a continuação dos estéreis sacrifícios que se não feito até o presente.

Deus guarde a v. ex¹¹⁸.

Sua identidade francesa que muitas vezes foi exaltada passa a ser sobreposta pela argelina com o fim de associá-los a hábitos pouco civilizados. Induz-se que adquiriam hábitos indisciplinados no convívio com os argelinos¹¹⁹. Em relatório ao presidente da província, o secretário de polícia relata os conflitos que estavam ocorrendo pela posse das citadas terras comunais da floresta e caracteriza o caso como delicado, pois receava que os colonos ficariam desequilibrados, sem a capacidade de negociação,

[...] **porque tendo eles vivido largos anos em Argel adquiriram hábitos de barbárie**, a que são forçados para garantirem-se das correrias e depredações dos naturaes. Tais homens, pois, não são pacíficos e um pretexto qualquer é quanto lhes basta para cometerem crimes e perturbarem a ordem. – Junto encontrará V.^a Ex.^a a carta do colono Dichamp que me dirigiu a respeito de facto que se deu ontem. Deus guarde a V. Ex.^a – Delegacia de Polícia da Capital, 10 de Fevereiro de 1874. Ilm.^o Exm.^o Snr. Dr. Salvador Pires de Carvalho Albuquerque Junior, D. chefe de Polícia. – O delegado,
Confere.
O Secretario de Policia
José [**]¹²⁰.

¹¹⁸ AP 342, 1870, p.184

¹¹⁹ É possível problematizar essa questão a partir da visão dos franceses sobre aqueles que partiam para a Argélia. A maior parte dos franceses que para lá se dirigiram eram provenientes da Europa meridional e da Alsácia Lorena – região habitada por muitos prussianos. De acordo com Meynier (2014, p.23), o racismo anti-meridional é algo antigo na França, sendo expresso até mesmo por Jules Michelet: “a verdadeira França [era] a França do Norte”. Os habitantes do sul eram vistos quase como “selvagens folclóricos”. Essa visão pode ter sido projetada aos que se dirigiram à Argélia e consequentemente aos franceses que vieram para o Brasil.

¹²⁰ AP 433, 1874, p.191. [Grifo nosso]

Mais uma vez nota-se o discurso civilizador francês, porém dessa vez utilizado pelo governo brasileiro. A França como Estado-nação tendia à mono-identificação, pois buscava reconhecer apenas uma identidade cultural para definir a identidade nacional, o mesmo estava sendo configurado no Brasil o qual não tinha por objetivo agregar o diferente, as identidades que não se encaixavam ao modelo de nação que se pretendia construir eram estigmatizadas de forma a serem excluídas. Como afirma Cuche (1999, p.187) “O poder de classificar leva à ‘etnicização’ dos grupos subalternos. Eles são identificados a partir de características culturais exteriores que são consideradas como sendo consubstanciais a eles e logo, quase imutáveis”. Não se busca entender a identidade do outro, o principal objetivo é afirmar qual é a identidade legítima, podendo se estender para uma política de segregação das minorias que são obrigadas “a ficar em seu lugar, no lugar que lhes foi destinado em função de sua classificação” (CUCHE, 1999, p.187).

Diante desse momento de desequilíbrio de forças, é possível observar uma mudança de discurso, desta vez por parte dos imigrantes que buscaram novas formas de se dirigir ao governo que respondera suas reivindicações de maneira negativa. Cuche (1999, p.184) discorre sobre a diferenciação entre “auto-identidade” que seria definida por si mesmo e a “hetero-identidade” que seria definida pelos outros. Sua legitimidade depende da relação de força entre os grupos. “Em uma situação de dominação caracterizada, a hetero-identidade se traduz pela estigmatização dos grupos minoritários. Ela leva frequentemente neste caso ao que chamamos uma ‘identidade negativa’”. O grupo pode tanto interiorizar essa diferença negativa, desprezando a si mesmo, ou podem buscar construir uma nova imagem “uma representação muito mais positiva de si mesmos, participando [...] da imagem do bom estrangeiro, adaptável e trabalhador” (CUCHE, 1999, p.185). Esta última foi a escolha feita pelos imigrantes argelinos ao final da década de 1870, momento em que os problemas com a colheita e o aumento de doenças tornava quase impossível a sobrevivência na colônia sem auxílio externo. Sendo assim, recorreram novamente às cartas dirigidas ao presidente da província, no entanto, com maior cautela na forma pela qual se expressam nos requerimentos.

Os colonos passam a reivindicar com maiores cuidados com as palavras utilizadas, havendo a constante preocupação em informar o caráter daquele que

reivindica, buscando demonstrar sua laboriosidade e submissão ao governo, a fim de se apresentar digno de receber os benefícios:

Diz Leon Renaud, colono argelino estabelecido no núcleo colonial do Bacachery que havendo obtido por compra do colono Dedoine Dechamps, os dois lotes nº4 outrora pertencente a Alexis Bosc e o lote da floresta nº 25, vem **submissamente implorar** de V.Ex a graça de lhe mandar passar título dessas propriedades.
Assim espera deferimento¹²¹.

Tenho a honra de vos expor que em outubro último eu aluguei a casa nº 4 situada na colônia argelina pertencendo ao Alexis Bosc. Este colono que alugou-me a dita casa tem se dirigido imediatamente para Rio-Grande do Sul e desde esta época não tem apparecido. Segundo a opinião publica elle tem partido com intenção de não voltar e acha-se por sua ausência prolongada alem de sete mezes na posição de ser tratado como os outros colonos ausentes, quero dizer despojados dos dons do governo.

Se vos julgar, Sr Director, seja legal e possível, eu desejaria que me fosse concedida a possessão deste lote [...].

Recebei Sr director o respeituooso dedicamento de seu **subordinado e humilde servo**.

Ass. Diodoiné Dichamps¹²².

Muitos procuravam anexar o parecer do agente de colonização a fim de atribuir veracidade ao depoimento:

Ill ex Snr Presidente da província do Paraná,

Diz Georg Buckeridge que, em vista de ter feito já muitos serviços no terreno que posue na colônia Argelina onde reside com sua família, o qual V.Ex se dignou de lhe ceder, e não podendo seguir mas adiante com o seu trabalho por falta de dinheiro sendo elle pobre e encarregado da família pede respeitosamente a V.Ex se digne de lhe ceder os auxílios que foram cedidos aos colonos franceses.
V.Ex, porém, resolverá o que for melhor.

Lista da família
Georg Buckeridge, 49 annos
George Thomas Buckeridge, 26 annos
Elisabet Burckeridge, 21
Henrique A. Buckeridge, 16
Ellen Wilks, 21

[Verso]

¹²¹ AP 453, 1875, p.61

¹²² AP 453, 1875, p.62 [Grifo nosso]

Ocupa o suplicante e sua família a casa nº 22, que lhe concedeu quase em ruínas, reparou logo que della tomou posse todos os estragos causados pelo abandono em que se achava, fez cercas e outros benefícios. É laborioso, occupa-se com seu filho no officio de pintura. Parece-me estar no caso de receber os mesmos favores que os outros tem recebido.
O agente de colonização João Baptista Brandão de Proença¹²³

Em sua última tentativa na luta por conseguir abono de suas dívidas, Gummy recorre até mesmo ao depoimento médico para provar sua impossibilidade de trabalhar:

III. Ex. Sr. presidente da província

Diz Leger Gummy, colono argelino, cazado, tendo cinco filhos, tendo o mais velho 11 annos de idade, que, achando-se sua mulher gravemente enferma a mais de dois mezes, e conquanto lhe tenha sido ministrado alguns socorros que prestão a medicina, contudo não tem sido possível conseguir o seu restabelecimento, como pode afirmar o D. Parigot, por cujo motivo não pode o suplicante aplicar-se ao trabalho, por ter de estar em caza tractando de seus filhinhos, pelo que, requereo a vex para por equidade ao mízero estado em que se acha o suplicante e sua família, lhe mandasse abonar qualquer quantia para ajudar a manter seos pobres filhos; cujo requerimento não foi até hoje despachado; por isso, vem o suplicante novamente confiado na philantropia e bem formado coração de V.Ex impulsionar favorável deferimento a seu pedido, com o que,
Curitiba, 13 de agosto de 1874
Ass. Dos colonos

[verso - Diversas assinaturas dos colonos testemunhas e o parecer do médico]:
Certifico que a mulher do Sr Gumy esta sofrendo de reumatismo crônico.
Curitiba, 13 de agosto de 1874
Dr J. Parigot¹²⁴

De acordo com Lamb (1994), este tipo de reação que busca apaziguar os conflitos era motivado por sentimentos de conservação da vida em comunidade. No entanto, também pode ser interpretado como uma estratégia para fortalecer suas relações pessoais com as autoridades do poder público. O medo das revoltas de escravos serviu como base para pensar o problema da entrada de imigrantes como uma nova ameaça à estrutura social vigente. O imigrante causador de conflitos passa a ser sinônimo de desagregador da nova nação que se queria construir, uma vez que eram encarados como entraves ao desenvolvimento da política colonial que era tido como um dos principais projetos diretamente ligados ao bom andamento do progresso provincial.

¹²³ AP 453, 1874, P.137

¹²⁴ AP 454, 1874, p.61

O conflito estudado por Lamb sobre os ingleses do Assungui e governo provincial, exemplifica o temor causado por tais conflitos envolvendo colonos. Em decorrência do não recebimento das casas que lhes foram prometidas, os colonos ingleses reuniram-se em um grupo de mais de 170 homens armados e se posicionaram contra a força policial em praça pública – que em menor número não conseguiu conter o grupo. Tais ações diretas não eram, segundo o autor, a forma sempre escolhida para expressão de reivindicações ou críticas, “mas ainda que tais conflitos grupais fossem ocasionais, caracterizavam expressão de tensões constantes nas relações imigrantes-brasileiros”.

De acordo com Ruano-Borbalan (2004), a identidade é um conceito que está no centro da compreensão de tais conflitos. O indivíduo torna-se central a partir do confronto que estabelece com o outro, uma vez que aparecem os elementos diferenciadores. Dessa forma, a identidade está em constante reelaboração de acordo com a interação social. É através das respostas positivas ou negativas dadas pelo governo que tais sujeitos reelaboravam a forma pela qual se apresentavam no ambiente público.

Tais estratégias envolvem mudanças na forma como o próprio indivíduo se identifica. Bonin (2008, p.3) explica que a identidade exprime ao mesmo tempo a singularidade e o pertencimento a grupos, sejam étnicos, ideológicos, confessionais ou até mesmo entre indivíduos de uma mesma família ou vizinhança dos quais cada indivíduo acolhe alguma de suas características. “Sob um viés subjetivo, a identidade é antes de tudo um dado imediato da consciência (eu sou eu), mas também traduz um movimento reflexivo pelo qual eu busco me recuperar, me conhecer (quem sou eu?), uma busca por coerência interna¹²⁵”.

A identidade, vista desse modo, passa a ser vista além de seu lado objetivo que envolve o nome, a idade, o sexo, o estado civil, a nacionalidade, a profissão; ou seja, os caracteres que permitem que o ser humano se torne um indivíduo no plano jurídico. Um indivíduo consiste em mais do que informações legais, o teor subjetivo da identidade envolve a consciência e a vontade de existência de si mesmo. Os colonos argelinos se dão conta da possibilidade de afirmação de caracteres

¹²⁵ “Sur un versant subjectif, l’identité est d’abord une donnée immédiate de la conscience (“je suis moi”), mais elle traduit aussi un mouvement réflexif par lequel je cherche à me ressaisir, à me connaître (“qui suis-je?”), à rechercher une cohérence interne”. [Trad. da autora].

singulares perante os outros e buscam em meio aos conflitos afirmar sua importância na sociedade.

De acordo com Stuart Hall em *A questão da identidade cultural*, a construção ou reconstrução de identidades deve ser analisada a partir do novo caráter que a ideia de identidade vem tomando no mundo contemporâneo. Hall classifica três períodos de acordo com o desenvolvimento dos usos do conceito de identidade. No *iluminismo*, havia a ideia de um sujeito centrado e unificado, como se este permanecesse o mesmo durante sua existência individual: “O centro essencial do *self* era a identidade da pessoa” (HALL, 2003, p.10). Dessa visão individualista, transcorre-se para o chamado *sujeito sociológico* que passa a relativizar a ideia de um núcleo interior do sujeito auto-suficiente, buscando uma relação a outros contextos “que mediavam o sujeito pelos valores, significados e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitavam” (HALL, 2003, p.10). Ou seja, a identidade passa a ser não apenas o *self*, mas a interação desse com a sociedade, com os mundos culturais externos e com as identidades que eles oferecem:

[...] auxilia-nos a alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. [...] A identidade [...] costura o sujeito na estrutura. Ela estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos que eles habitam, tornando os dois reciprocamente mais unificados e previsíveis (HALL, 2003, p.11).

A grande mudança desses sentidos ocorre, segundo o estudioso, no final do século XX quando as identidades modernas começam a ruir, o que resulta em uma mudança estrutural que está “fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnicidade, raça e nacionalidade que nos deram localizações sólidas como indivíduos sociais”. Com essas mudanças, as identidades pessoais também se modificam, ocorrendo a perda de um “sentido do *self*”, o autor denomina o fenômeno como descentramento do sujeito. Dessa forma, a crise da identidade consiste nesse duplo deslocamento – “descentrando indivíduos tanto de seu lugar no mundo cultural e social, quanto de si mesmos” (HALL, 2003, p.9). O chamado “sujeito pós-moderno” surge, portanto, na mudança do quadro de estabilidade e unidade que definia as identidades, transformando-se em um período de “crise de identidade”, um momento em que as identidades estariam se fragmentando, abrindo espaço para novas identidades. Dessa forma, o sujeito, que anteriormente tinha experiência de uma identidade unificada e estável, passa a ser um indivíduo

composto por muitas identidades. Bhabha (2013, p.20) argumenta que o que é teoricamente inovador e politicamente crucial em estudos que problematizam as novas identidades como em constante construção “é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais”.

Como abordado, os imigrantes franceses passaram a assumir diferentes posições sociais de acordo com a problemática que vivenciavam: “dentro de nós coexistem identidades contraditórias, pressionando em direções diversas, de modo que nossas identificações estão sendo continuamente mudadas” (HALL, 2003, p.12). A identidade se modifica de acordo com o modo como o sujeito é tratado ou representado, dessa forma, a identificação não é automática e nem constante, correndo o risco de ser perdida. No caso dos sujeitos analisados, a identidade francesa pode ter sido utilizada de maneira mais ativa entre aqueles que primeiramente tiveram a experiência de viver como colonizadores em solo argelino. Como visto, tais famílias foram convidadas a participar do projeto colonizador francês que tinha como objetivo expandir a ideia de civilização de sua nação. No entanto, mesmo na posição de colonizadores não se observou condições de subsistência suficiente para manter esses indivíduos como propagandistas da identidade francesa. Dessa forma, muitos voltaram a seu país de origem a fim de fazer parte da leva de imigrantes europeus que se dirigiam às Américas.

No Brasil, os imigrantes franceses buscaram resgatar elementos fundamentais de suas práticas cotidianas. Os colonos não negaram suas características étnicas, mantiveram seus nomes franceses em seus descendentes e suas práticas religiosas. Porém, não havia uma exigência rigorosa em manter todas as características do país de origem. Como argumenta Betemps (2009), os franceses não demonstraram, como grande parte das comunidades alemãs, por exemplo, a manutenção de seu idioma, uma vez que tais imigrantes demonstraram acreditar que era fundamental para a criação de laços econômicos, e consequentemente sociais, que os imigrantes pudessem se inserir e inserir seus descendentes o quanto antes na sociedade brasileira. Embora essas famílias tivessem uma origem étnica comum, o mundo do trabalho foi a referência que os ligou mais fortemente desde a saída de sua terra de origem.

É possível, portanto, observar que embora tivessem nascido na França e passado um período na Argélia, o projeto civilizador que exaltava a cultura francesa não foi o mote de sua socialização no Brasil. Já no caso dos italianos, Scarpim (2010, p.56) argumenta que estes não se identificavam como tal antes de sua chegada ao Brasil em razão da unificação italiana ter sido tardia. Foi apenas com as diferenças percebidas no convívio com a população brasileira que passaram a se autodenominarem italianos ou até mesmo ítalo-brasileiros: “os colonos cada vez mais buscaram se recompor a partir dos referenciais da sua terra de origem e assim vão reconstruindo sua identidade como um grupo étnico”. Dessa forma, é possível interpretar tal ausência ou exaltação da identidade étnica como uma estratégia do chamado “jogo das identidades”. Inicialmente todos os imigrantes passam a ser vistos na posição de estrangeiros. Como nem sempre foram aceitos plenamente como parte da sociedade, tiveram que ressaltar novas identidades de acordo com as relações sociais em que se inseriam.

O que se vê é que não há uma identidade unificada do nascimento à morte, a coerência não pode ser medida pela continuidade, mas pelas estratégias do sujeito para se manter nessa sociedade. É o que Lesser (2001) denomina de “jogar o jogo das identidades para conseguir legitimação”. O imigrante ideal era aquele que em primeiro lugar fosse apto ao trabalho destinado aos imigrantes – principalmente o de produtor rural, assim precisava ser saudável o que já selecionava muitos sujeitos (inclusive já na América quando passavam pela inspeção nas hospedarias). O imigrante também precisava ser preferencialmente branco, católico, morigerado e possuidor de uma família que estivesse disposta a acompanhá-lo nessa travessia e criar raízes na nova nação.

Cuche (1999) evoca o conceito “estratégia de identidade” como sendo uma forma de analisar a identidade como um meio de atingir um objetivo, o indivíduo, enquanto ator social, possui uma margem de manobra a fim de alterar situações de dominação. No entanto, o autor argumenta que estas escolhas estão sempre relacionadas com a situação social, a relação de força entre os grupos, ou seja, é sempre relacional. O caráter estratégico da identidade não significa que os indivíduos tenham plena consciência dos objetivos buscados, no entanto, ela é importante em momentos de construção identitária, uma vez que os possibilita buscar novos sentidos para sua identificação em momentos de crise.

Bonin (2008, p.28) argumenta que “o indivíduo sente a necessidade de pertencer a um grupo, com o fim de se realizar como pessoa, mas igualmente como membro totalmente aceito pela coletividade”. Os imigrantes envolvidos nessa saga não se lançam em busca de sua herança histórica francesa, mas sim de sua memória familiar erigida sob os valores do trabalho. O que resultaria na imagem que lhes confiaria o sentimento de unicidade e consequentemente que lhes garantiria sua individualidade e importância enquanto sujeito em meio a tantos imigrantes inscritos na mesma situação. O que é ressaltado são suas características como imigrante: laborioso, provedor da família, regrado e submisso às leis. Quem os relacionava com sua origem étnica era a sociedade brasileira, tanto para diferenciá-los de outros imigrantes, como para criar rótulos que os estigmatizavam. De acordo com (LAMB, 1994, p.31), tais generalizações “incitavam a população a perceber qualquer rixa ou conflito envolvendo estrangeiros como sendo expressões de uma “questão de nacionalidades””, o que gerava sentimentos de rejeição sobre o “outro” que muitas vezes passou a ser um elemento estranho e indesejado.

A busca incessante por se apresentar como colono ideal pode ser facilmente compreendida através da justificativa da Tesouraria no momento de negar o favor ao colono, pois ao declarar que os colonos Eduard Imbert e Melchior Schafer não eram laboriosos, completa dizendo que “só no caso provado de muita dedicação ao trabalho deve ser atendido o pedido dos suplicantes¹²⁶”, ou seja, era uma forma de moldar os imigrantes a fim de que agissem de acordo com o papel social que lhes era requerido. A figura do Estado exerce, portanto, uma ascendência primordial nos primeiros estágios de construção identitária dos colonos argelinos. Ruano-Borbalan (2004) afirma que ao mesmo tempo em que a identidade se constrói a partir de instituições sociais, é um fenômeno que depende das escolhas do indivíduo que convive com decisões no campo familiar, religioso, profissional e étnico. Tais pressões do campo social fizeram com que esses imigrantes buscassem estratégias para transformar sua imagem diante daqueles que os criticavam. “A identidade é então o que está em jogo nas lutas sociais. Nem todos os grupos têm o mesmo ‘poder de identificação’, pois esse poder depende da posição que se ocupa no sistema de relações que liga os grupos” (CUCHE, 1999, p.186).

¹²⁶ AP 362, 1871, p.92-93

Diferente dos imigrantes franceses que se dirigiram ao meio urbano e utilizaram signos culturais que eram difundidos como próprios da elite francesa, tais colonos agricultores criaram, a partir da oposição ao outro, uma nova identidade.

Readequados para que as necessidades da nova realidade fossem atendidas, tais comportamentos são identificados a partir do discurso desses indivíduos registrados por escrito, no entanto, é possível investigar se tais comportamentos de submissão se estendiam na forma como esses indivíduos administravam suas vidas na colônia. Ao perceberem que havia diversas dificuldades que ultrapassavam o meio material para que pudessem adquirir seus direitos, os colonos argelinos reagiram e passaram a criar meios de ganhar dinheiro com as terras que lhes foram concedidas sem precisar passar pelo crivo do Estado. Dessa forma, nas últimas décadas de existência da colônia é possível observar inúmeras negociações de lotes entre colonos que queriam deixar a colônia Argelina sem que isso passasse pelo aval da Tesouraria.

O Delegado das Terras chamou a atenção da presidência para o problema que vinha se criando com tais transações não oficiais “Estou convencido que V.^a Ex.^{cia} deve determinar a Thezouraria de Fazenda a organização do debito de cada colono afim de ser este cobrado como determina o Art.º 6 do Regulamento de 19 de Janeiro de 1867. [...] deve-se tornar effectiva a cobrança, sob pena de estabelecer-se um terrível precedente que abrirá portas a muitos abusos e ilícitas especulações que deverão ser severamente punidos¹²⁷”.

Uma das estratégias utilizadas pode ser exemplificada no caso do colono Louis Renauld que insatisfeito com as dezenas petições que realizou sem ser atendido decidiu deixar a colônia. No entanto, não abandonou simplesmente o lote que tanto lhe custou. Como a escritura estava em seu nome, mesmo sem ter quitado completamente (ponto criticado pelo Delegado, uma vez que segundo ele esta ação “não estimulava o colono a pagar as dívidas”), Renauld vende o lote a outro sujeito que desejava se mudar para um local próximo à capital. Como Renaud conhecia a situação em que se encontravam os lotes da colônia, toma posse de uma casa abandonada e começa a cultivar o terreno. Quando conseguiu resultados da lavoura

¹²⁷ AP 507, 1879, p.154.

é que comunicou o governo seu interesse no lote abandonado, argumentando que trabalhou arduamente no local, tornando-o útil¹²⁸.

O colono realizou tais transações por pelo menos quatro anos, até que em 1879 é denunciado pelo delegado das terras:

[...] tem o Colono Reynaud Leon levado a sua audácia a ponto de vender lotes por outros abandonados, tendo anteriormente vendido o seu.
Seria conveniente que fosse ordenada a cobrança do que devem tais colonos, não tanto para receber-se as quantias como principalmente para saber-se ao certo o estado da Colônia.
Sua população é de 113 pessoas, sendo:
Maiores de 10 annos.... 78
Menores de 1035
totalizando 113¹²⁹

É interessante destacar que a maior preocupação do Delegado não está no pagamento das dívidas, mas no controle da colônia que se encontrava em estado de abandono pelo governo provincial. O estudo da ação das elites políticas é fundamental para entender a forma pela qual tais indivíduos encaminharam as respostas dadas pelos imigrantes às novas formas de trabalho encontradas no Brasil. Embora munidos de seu controle do poder público, tais indivíduos não delimitavam todos os rumos do processo imigratório, os colonos também articulavam meios de participar das decisões sobre o destino do país.

Tais ações empreendidas pelos mais fracos são denominadas por Certeau (1996, p.100) como *táticas*. É quando não há elemento externo que permita que o indivíduo tenha autonomia, ele vive no terreno do outro e em razão disso deve “jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha”. Os imigrantes só tinham como opção se movimentar “dentro do campo de visão do inimigo [...] e no espaço por ele controlado”.

Não havia como planejar ações em uma longa duração, suas intervenções ocorriam de acordo com as oportunidades, “opera golpe por golpe [...], aproveita ocasiões e delas depende” (CERTEAU, 1996, p.102). Essa capacidade de aproveitar as oportunidades em que o vigilante abre falhas possibilita que o indivíduo conquiste benefícios é um jogo de astúcia. No entanto, tais conquistas obtidas pela tática

¹²⁸ AP 452, 1874, p.19-20

¹²⁹ AP 507, 1879, p.154.

ocorrem na ausência de poder e tão logo podem se perder, no momento em que novas forças passam a agir.

Alguns colonos procuravam se afastar dos olhares do inspetor de terras e buscavam oportunidades em outros terrenos próximos não abdicando, contudo, do lote que possuíam na colônia Argelina. Tal manobra funcionou até o momento em que os colonos que restaram passaram a ocupar tais lotes que pareciam estar abandonados. O colono Alberto Mangeon, por exemplo, ao buscar novas oportunidades na região de Campo Largo deixou sua casa desabitada na colônia Argelina. No seu retorno, encontrou todos os seus pertences apreendidos pelo Agente de Colonização que vendeu seu terreno a outro colono recém-chegado. Mangeon realiza um abaixo-assinado, alegando “que de maneira alguma se pode considerar ter abandonado a colônia, vem com o mais profundo respeito solicitar de V.Ex ordem para que seja conservada não só a casa como o terreno¹³⁰”, no entanto, nada pôde ser feito, uma vez que o terreno já vinha sendo cultivado por outra família.

Outra estratégia utilizada pelos colonos, mais efetiva, era vender o lote a outro colono e só passados pelo menos dois anos de residência fixa no local é que o colono comunicava o governo provincial e requeria a transferência do título de posse. Isso se justifica no fato de que tais transações de terras só poderiam ser realizadas se passados mais de dois anos do abandono das terras, “Não haverá de ser deferido o requerimento desde que estiver verificado o abandono do lote de que se trata por mais de dous annos, conforme prescreve o aviso n.12 do decreto n.3784 de 17 de janeiro de 1867. Procurador fiscal – João Pereira”¹³¹. Como os colonos não podiam esperar esse tempo, estipulavam suas próprias regras e acordavam entre si a venda e só então comunicavam as autoridades. Como o governo buscava o cultivo do local, acabava deferindo tais transações¹³².

As eventuais dívidas que o terreno tivesse seriam passadas para o nome daquele que comprou o terreno, o que também era uma vantagem para os dois colonos envolvidos na transação, pois aumentava o prazo para quitação, além de o colono poder revender a terra sem tê-la pago.

¹³⁰ AP 453, 1874, p.216

¹³¹ Ap705, 1883, p.74

¹³² AP 453, 1874, p.47

Kaufmann (2011, p.49) argumenta que embora existam restrições que são impostas ao indivíduo, o lado subjetivo de sua identidade permite-o gerenciar tais questões e dar sentido a sua própria existência. Há diversos elementos que influenciam esse processo que deve ser analisado em conjunto – momentos de fraqueza e heterogeneidade, inclusive os momentos de conflito como as estratégias de reivindicação organizadas pelos imigrantes: “O indivíduo se sente oprimido pelas molduras que lhes são impostas. Na busca por sair dessa situação, ele cria espaços de criatividade”. De acordo com Cuche (1999), a identidade é construída dentro de contextos sociais que orientam suas representações e suas escolhas, o que significa que a identidade é uma construção social e não um dado, e não é totalmente do campo individual e subjetivo de cada um. É a interação social que orienta essa construção.

O que Bhabha (2013) chama de “entre lugares” é entendido como o espaço em que a cultura se molda, pois é onde ocorre a possibilidade de elaboração de estratégias de subjetivação que resultam em novos signos de identidade que definem a própria ideia de sociedade. O estudioso orienta que sejam buscados mais espaços de hibridismo, ultrapassando visões simplistas de oposição, pois é na sobreposição de espaços, estratégias e deslocamento de domínios da diferença que novas identidades são elaboradas. Bhabha (2013, p.56-57) chama a atenção para a negociação como uma forma de articulação de movimentos antagônicos sem a “racionalidade redentora da superação dialética ou da transcendência. [...] Quando falo de *negociação* em lugar de negação, quero transmitir uma temporalidade que torna possível conceber a articulação de elementos antagônicos ou contraditórios”.

Destarte, o papel do “outro” na construção da identidade significa um elemento importante para compreender como tais imigrantes reagiram ao novo papel social em que se inseriam. O “outro”, segundo Pollak (1992, p.204), é um elemento que escapa ao indivíduo e, por extensão, ao coletivo. “Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, [...] que se faz por meio da negociação direta com outros”. A identidade, quando vista como negociável, perde qualquer essencialismo, torna-se um valor disputado em conflitos sociais.

Tais estratégias criadas pelos colonos só passaram por algum tipo de obstáculo quando houve pressão por parte da sociedade brasileira. José Cavalcante, dono de grandes terrenos agrícolas, em carta ao presidente Lamenhá Lins, demonstra sua indignação com tais transferências de terras sem precedentes: “entendo que essas continuadas transferências de posses na colônia argelina não passam de uma comédia, tendo por fim alongar a época de indenização do valor dos terrenos e favores¹³³”. Mediante inúmeras reclamações dessa natureza, as autoridades passaram a criar decretos para limitar o poder de ação desses sujeitos.

No entanto, observa-se que mesmo com novas disposições legais, tais transações continuavam a ocorrer.

Entendo que não se deve conceder a transferência requerida, por que de transferência em transferência iludia-se a lei [...]
De acordo com o novo decreto estes gosão somente da isenção do imposto na primeira aquisição de terras vendidas pelo Governo, não d'ahi em diante como os queirão transferir.
Não há, porém, inconveniente que se effectue a venda por escriptura pública ou particular, conforme o valor, com a condição de o comprador ficar obrigado á Fazenda Nacional pelas quantias por que a esta estiver responsável o vendedor.
O Fiscal¹³⁴

O governo se vê diante de dois problemas: as transferências de terras sem contratos e a contínua evasão de imigrantes. Como forma de apaziguar a situação passou-se a oferecer vantagens nas transações de terrenos aos colonos que optassem por continuar na colônia: “Parece-me, portanto, que deve ser dada ao colono Caillet a posse dos dois lotes, atendendo-se a que é um dos raros que não abandonarão a Colônia Argelina. Antonio Candido Rodrigues. Engenheiro chefe do Districto¹³⁵”.

Coube, portanto, aos colonos a manipulação de inúmeras variáveis da vida social a fim de alcançarem novos meios de sobrevivência. Como colocou Certeau (1996, p.93), as “maneiras de fazer” que um indivíduo traz consigo para um novo ambiente criam um jogo de ações que se estratificam em funcionamentos interferentes, “por essa combinação, cria para si um espaço de jogo para maneiras de utilizar a ordem imposta do lugar ou da língua. Sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura pluralidade e criatividade”. Desse

¹³³ AP 489, 1876, p.245

¹³⁴ AP 436, 1874, p.4

¹³⁵ AP 558, 1878, p.75.

emaranhado de experiências formam-se efeitos imprevistos que possibilitam a formação de novas identidades.

Como bem colocou Kaufmann (2011, p.98), “Os grupos de pertencimento e seus papéis são utilizados pelos indivíduos como elementos para criar sua identidade”. Ou seja, para além da vida privada, tais sujeitos precisaram se destacar à ordem pública para manter seus direitos. A conquista de um espaço de reivindicação dependia da forma pela qual esses imigrantes apresentavam a colônia – a comunidade imigrante a qual pertenciam – à nova sociedade que os enxergava segundo seu papel como trabalhadores. O grupo passou cada vez mais a se unir a seus compatriotas com o fim de criar forças para se posicionar diante das limitações impostas por sua situação de imigrante. Essa rede de ajuda mútua cria um sentimento de pertença. É a partir dessa condição de estrangeiro que a identidade do grupo foi sendo construída. Diante de sua língua diferente, hábitos distintos, os nacionais viam tais sujeitos como diferentes, e por vezes os julgavam com suspeitas sobre seus objetivos. De acordo com Barth (2011, p.172), esse tipo de reação é comum em uma situação interétnica, uma vez que a identidade se constituiria a partir da oposição entre grupos. É um fenômeno relacional, “um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas”. Cuche (1999, p.183) argumenta que não é necessário inventariar os traços culturais distintos de um grupo para definir sua identidade, mas sim identificar os traços que são utilizados para afirmar e manter uma distinção cultural. É, portanto, na interação social que a problemática da identidade deve ser estudada, e não de uma “suposta essência que definiria a identidade”.

Para Barth (2011), não é a vinculação etno-cultural que define definitivamente um grupo, uma vez que são os próprios indivíduos que atribuem um grau de importância a esta vinculação, o que varia de acordo com a situação relacional em que se encontram. Seguindo esse pensamento, a identidade e a alteridade caminham juntas, é em relação ao outro que o sujeito se diferencia, se identifica.

No caso dos franco-argelinos a característica étnica foi de pouco valor para sua inicial socialização. A identidade étnica torna-se, a princípio, um caminho secundário. Como afirma Cuche (1999), não é viável interpretar a identidade cultural através de teorias “primordialistas” que consideram a identidade etno-cultural como principal por considerar que a vinculação ao grupo étnico é a primeira e responsável

pelos vínculos mais determinantes por se tratarem de vínculos provenientes de uma genealogia comum. “Definida desse modo, a identidade cultural é vista como uma propriedade essencial inerente ao grupo porque é transmitida por ele e no seu interior, sem referências a outros grupos. A identificação é automática, pois tudo está definido desde seu começo” (CUCHE, 1999, p.180).

É nessa interação que as identidades são produzidas e o grupo étnico se constitui. Bath frisa a dimensão processual da etnicidade que é vista como uma forma de identidade coletiva que se desenvolve na medida em que o grupo se identifica com certos valores comuns. Os grupos étnicos segundo Barth (2011) não são considerados grupos concretos, são uma forma de organização baseada na autoatribuição do indivíduo a categorias étnicas que se baseiam em elementos do passado, um passado composto pela memória coletiva.

Essa visão vai de encontro com as visões tradicionais que veem os grupos étnicos como entidades socioculturais estáveis que estariam, ao contato como o diferente, sob o risco de aculturação. O antropólogo considera que grupos étnicos são aqueles que com o contato cultural e mobilidade das pessoas conseguem manter suas fronteiras. A problemática então se desloca em entender como as dicotomizações são produzidas e quais os efeitos no comportamento desses grupos.

Os franceses atuaram de forma a afirmar uma nova identidade que garantisse a eles certa estabilidade social. Quando se observa as décadas posteriores ao fim da colônia, é possível notar que apenas com a ascensão social, com a inserção dos descendentes no mercado urbano é que a identidade étnica passa a fazer parte dos discursos dos descendentes desses imigrantes (MENDONÇA; LACERDA, 2009).

O que se conclui é que, como afirmou Cuche (1999), sendo o indivíduo um ator social, a construção de sua identidade é feita de maneira estratégica, o que pressupõe um ato consciente. No entanto, também depende da situação social e das relações de força do momento.

“Todo o esforço das minorias consiste em se reapropriar dos meios de definir sua identidade, segundo seus próprios critérios, e não apenas em se reapropriar de uma identidade, em muitos casos, concedida pelo grupo dominante” (CUCHE, 1999, p.190), é uma forma de transformar a identidade estigmatizada em uma identidade positiva. Cuche explica que num primeiro momento há a revolta contra a estigmatização que se traduz pela reviravolta do estigma, e então em um segundo

momento, com mais força social o esforço passa a se impor através de uma definição autônoma de identidade.

A identidade remete a uma norma de vinculação, os sujeitos que se identificam com os mesmos valores o fazem de forma consciente, baseados em oposições simbólicas. No caso da identidade cultural, esta se insere no campo da identidade social que é algo mais abrangente, representa o que a psicologia social entende como uma ferramenta para pensar sobre a articulação do psicológico e do social em um indivíduo, sobre como o indivíduo se relaciona com o ambiente em que se insere. É nessa interação que surgem as oposições que fazem com que o sujeito questione seu papel social e procure se adaptar ao novo meio, o que mostra como a identidade não é algo imutável que determina a conduta dos indivíduos, mas uma forma consciente de se integrar em um grupo com a capacidade de alterar esse contexto a partir de estratégias sociais: “a cultura pode existir sem consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura [...]” (CUCHE, 1999, p.176),

Os colonos precisavam se localizar no novo sistema social que lhes fora imposto, então a ideia de ser um indivíduo laborioso passa a ser um dos aspectos identitários buscados pelo grupo. Cuche (1999, P.177) argumenta que “a identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação”. O que se pode identificar nos primeiros anos vividos por esses imigrantes é que as vinculações as quais precisaram recorrer para que se vinculassem à nação foram as relativas ao mundo do trabalho.

A identidade social é, segundo Cuche (1999), ao mesmo tempo inclusão e exclusão, pois identifica o grupo, mas acaba por distinguir de outro grupo. Nesta perspectiva, são em situações como essas que se revelam contradições sociais, uma vez que os sujeitos expõem suas experiências particulares de acordo com o significado atribuído por cada um a uma mesma questão. Como ressalta Bhabha (2013, p.92), o que se interroga não é simplesmente a imagem da pessoa, mas o lugar discursivo e disciplinar de onde as questões de identidade são estratégica e institucionalmente colocadas:

Cada vez que o encontro com a identidade ocorre no ponto em que algo extrapola o enquadramento da imagem, ele escapa à vista, esvazia o eu

como lugar da identidade e da autonomia e – o que é mais importante – deixa um rastro resistente, uma mancha no sujeito, um signo de resistência. Já não estamos diante de um problema ontológico do ser, mas de uma estratégia discursiva do momento da interrogação, um momento em que a demanda pela identificação torna-se, primariamente, uma reação a outras questões de significação, e desejo, cultura e política (BHABHA, 2013, p.92).

O Brasil fez parte do imaginário desses imigrantes que muitas vezes criaram um mundo utópico que se desintegrou ao primeiro contato com a realidade política que passava por um momento de construção da identidade nacional, a representação da nação passa a ser diretamente ligada à identificação coletiva, buscava-se, portanto, a dissolução das diferenças identitárias que alterassem as decisões institucionais. Recaiu sobre o estrangeiro a mudança de discurso como caminho alternativo para a sociabilidade.

4.5 O FIM DA COLÔNIA ARGELINA

Os últimos relatos sobre a Colônia Argelina identificados nas fontes pesquisadas datam da década de 1880, momento em que ocorrem as últimas evasões da colônia.

Através dos estudos da historiadora Maria Petrone (1982), é possível entender essa problemática através do conceito de “fracasso”. A autora explica que apesar da historiografia abordar majoritariamente a história dos imigrantes que prosperaram em suas colônias, a maior parte das experiências imigratórias foi cercada de dificuldades que fizeram muitos imigrantes desistirem desse empreendimento.

Talvez os fracassos de imigrantes nos núcleos coloniais fossem mais frequentes que os sucessos, mas como não existem estatísticas e como a historiografia da imigração prefere relatar os sucessos e falar dos ótimos resultados obtidos nos empreendimentos coloniais, arrolando produção agrícola e industrial e os hectares de terras integradas e tornadas cultiváveis, torna-se difícil a verificação neste sentido (PETRONE, 1982, p.71).

Havia uma cobrança por parte do governo para que os colonos apresentassem resultados na lavoura. O citado regulamento de 19 de janeiro de 1867 tratava de inúmeros aspectos da vida colonial. Na aquisição dos lotes para

residência e trabalho os colonos poderiam escolher o terreno e a forma de pagamento – à vista ou a prazo – caso o pagamento fosse parcelado, este se daria “a contar do fim do segundo ano de seu estabelecimento...” (LAMB, 1994, p.46). A grande preocupação era com a produtividade dos terrenos, assim, o artigo 12 estipulava que dentro de dois anos, a partir da data em que foi empossado o lote comprado, o colono deveria ter estabelecido residência e cultura efetiva, e em caso negativo perderia o direito ao mesmo lote que seria vendido pelo poder público. Isso causava um clima de instabilidade na vida dessas famílias que buscavam alternativas em colônias próximas ou, em última instância, o retorno à terra natal. Como argumenta Hobsbawm, “De quem poderiam os imigrantes esperar auxílio, em sua nova vida, estranha e desconhecida, senão de parentes e amigos, de gente da antiga terra? (...) Quem o entenderia (...)? Quem poderia dar-lhes a feição de uma comunidade e não de uma pilha de estrangeiros (...)?” (HOBBSAWM, 1988, p.218-219).

Elmir e Witt (2014, p.9) apontam que o foco dado apenas a histórias de indivíduos que tiveram êxito está na proximidade entre muitos pesquisadores com o objeto de suas investigações. Vínculos étnicos pessoais muitas vezes influenciam a escrita, como no caso dos arquivos judiciais nos quais muitos de nós não querem saber que portugueses, italianos, espanhóis, alemães, japoneses, árabes, judeus possam ser encontrados em páginas de processos criminais. É preciso fazer dos percursos vistos como “fracassados” parte da operação historiográfica, uma vez que a história da imigração contém diversos pontos em conjunto com a história dos marginais:

(...) tipos de marginalidade ou de exclusão menos abertamente provocadoras, cotidianamente suportadas e não voluntárias, porém muito mais importantes, tanto pela quantidade de pessoas a que concernem como pela amplitude da injustiça social, inerente ao funcionamento das sociedades, de que são o testemunho vivo: dos guetos negros da América do Norte e da África do Sul às favelas do Brasil e dos ‘trabalhadores imigrados’ da Europa. (SCHMITT, 1990, p.263 apud. ELMIR; WITT, 2014, p.9).

Os imigrantes da colônia Argelina são um exemplo de como a história da imigração não é feita apenas de sucesso, em especial no que concerne ao caso dos franceses, grupo que ainda se tem muito a desconstruir sobre a imagem que se criou de uma imigração exclusivamente urbana e qualificada. Nas últimas décadas

de sua existência houve um grande índice de evasão de colonos tanto para outras colônias, como para seu país de origem¹³⁶. A justificativa apontada pelos moradores era a infertilidade das terras concedidas que não produziam o suficiente para suprir itens básicos da alimentação e muito menos para que saíssem de uma agricultura de subsistência para algo comercial:

Augusto Adolfo Léurey e sua família, desejando mudar sua residência da colônia do Bacachery, visto que o terreno que ali [lhe] foi concedido nada vale e é insuficiente para proporcionar-lhes a alimentação, vêm perante V.Ex renunciar o terreno e a casa que naquele lugar¹³⁷.

De acordo com Antunes dos Santos (2010), a produtividade agrícola do núcleo foi extremamente prejudicada pela qualidade do terreno que era impróprio para a cultura de cereais. Mesmo com o processo de adubamento do terreno em 1875, pouco foi possível de se aproveitar das colheitas de milho, feijão e batata. O governo provincial tinha ciência sobre a natureza dessas terras, uma vez que antes da posse do terreno pelos imigrantes este era de posse particular cujos proprietários não obtiveram aproveitamento do local, vendendo assim ao Estado¹³⁸.

No entanto, mesmo tendo conhecimento da situação precária do terreno, o governo redigiu inúmeros relatórios que apontavam diversas críticas dirigidas a essas famílias, em especial pelo capital despendido na fundação do núcleo colonial, atribuindo a culpa do fim da colônia na inaptidão desses sujeitos ao trabalho agrícola.

Povoada primitivamente por colonos francezes, hoje reina nesta colônia completa confusão. Dos colonos antigos só restão poucos tendo os lotes passado a outros, por tranzações feitas entre eles, alguns completamente autorizados pelo Governo e outros sem a mínima sciencia d'este. Conta esta colônia duas cazas de negocio sendo uma pertencente ao Francez Antoine Chantagnier e outra ao Allemão Felipe Wagner, que possui também não sei como, diversos lotes rústicos. Este individuo á julgar-se pela casa que possui está muito nos cazos de pagar seu debito ao Estado e havendo, como este, outros nas mesmas condições, seria muito conveniente que os poderes competentes mandassem fazer effectiva a cobrança do que devem aos Cofres públicos, que já bastante sofreu com o impate por tanto tempo do capital que despendeu¹³⁹.

¹³⁶ AP 489, 1876, p.245

¹³⁷ AP 323, 1869, p.6

¹³⁸ AP 286, 1868, p.174.

¹³⁹ AP 507, 1879, p.154.

Situações semelhantes de evasão de colonos ocorreram em outras comunidades, inclusive nas que abrigavam franceses, como foi o caso da citada colônia Theresa, e das colônias do Saí e Assungui¹⁴⁰. Nesta última, apesar de suas terras férteis, não havia infraestrutura adequada para o escoamento da produção. Os celeiros se enchiam de cereais, porém não havia estradas que a ligassem com algum centro urbano como Curitiba ou Antonina, acabando por deteriorar a produção (WACHOWIZ, 2010). Sem o suporte necessário do governo, acabavam buscando novos destinos.

No caso da colônia do Saí, por ser um projeto patrocinado por um membro da elite francesa (Dr. Mure) com apoio do governo brasileiro, não poderiam ser divulgadas notícias que demonstrassem problemas em seu interior:

Mure continuava tendo o apoio de Villeneuve que omitia no seu jornal todas as desavenças entre os imigrantes dissidentes, publicando apenas matérias que falavam do ótimo andamento que a colônia estava tendo. Mure tentava sustentar o prestígio da sua colônia mostrando que os problemas não comprometeriam o contrato, havia grande preocupação que o império desistisse e parasse de financiar o projeto. Em uma das cartas ao jornal, Mure usa o casamento de Narcise Deyrolles com uma brasileira, para mostrar que já se estabeleciam relações amigáveis entre os franceses e os brasileiros. Era interesse do governo que as raças se assimilassem, assim através da união de idéias e do povo europeu com o brasileiro ocorreria a civilização (SILVA, 2007, p.80).

Tais situações, contudo, não foram exclusivas dos franceses, grupos como os ingleses, holandeses, austríacos, suíços, e italianos, por exemplo, também possuem histórias de colônias cujos imigrantes tiveram que escolher outro destino para se estabelecer por diversas razões que não lhes permitia outra escolha.

No caso da colônia Argelina, uma das principais preocupações apresentadas nos relatórios da Tesouraria era que os colonos partiam sem pagar as dívidas: “Apesar de ter por vezes esta Thesouraria convidado ao pagamento de suas dívidas, não só lotes como os demais colonos da Argelina, nem sequer prestação por conta tem elles pago. Quase todos abandonaram a colônia, ignorando esta contadoria¹⁴¹”.

Se admitirmos que tais imigrantes realmente tiveram dificuldades em produzir e por essa razão deixaram a colônia, é possível analisar os estigmas sobre eles

¹⁴⁰ População do Assungui em 1875 – brasileiros, 875; franceses, 338; Ingleses, 221; italianos, 202; alemães, 171; espanhóis, 16 e suecos, 1. (WACHOWIZ, 2010, p.176)

¹⁴¹ AP598, 1880, p.29

lançados do ponto de vista produtivo, pois as críticas teriam justificativa no fato dos franceses agricultores não terem obtido bons resultados em suas plantações. No entanto, se analisarmos as fases do conflito entre governo e colonos discutidas no subcapítulo anterior, será possível notar que essas críticas só passam a ocorrer e se tornar mais frequentes a partir do momento em que os imigrantes passam a reclamar sobre a falta de recursos e sobre a infertilidade das terras. Dessa forma, o problema está no modo como o governo explica essa baixa produção: no “caráter” dos franceses. Como abordado, trata-se de um argumento que explica as ações dos sujeitos pela etnicidade destes, como se ser francês implicasse nas habilidades individuais, o que não leva em conta as reais dificuldades que passavam essas famílias, dificuldades que só puderam ser analisadas em razão das cartas e abaixo-assinados que os próprios imigrantes escreveram ou mandaram escrever a fim de serem ouvidos. As dificuldades não foram causadas por estes serem franceses (até porque muitos outros grupos como alemães, italianos e ingleses, por exemplo, também decidiram pela repatriação em razão de não terem obtido recursos mínimos para sobreviver), mas sim – como apontado em suas petições – pela má qualidade do solo que lhes foi concedido, falta dos insumos agrícolas prometidos pelo governo, doenças que não tiveram tratamento médico necessário e condições climáticas.

Petrone critica o fato de apenas ter ficado na memória a história de imigrantes que conseguiram erguer grandes empreendimentos, pois isso resulta no esquecimento destes sujeitos que permaneceram por um curto período de tempo sob condições precárias em solo brasileiro:

Aqueles que morreram sem socorros médicos, picados por cobras ou devido à queda de uma árvore durante a derrubada da mata, aqueles que tiveram pouco sucesso na roça e que não conseguiram pagar as prestações do lote, aqueles que por razões várias nunca conseguiram ter uma habitação decente, aqueles que trabalharam e lutaram, mas nunca tiveram uma renda suficiente para permitir a educação dos filhos, foram esquecidos (PETRONE, 1982, p.72).

Os últimos registros sobre a colônia demonstram que o local se encontrava em contínuo processo de êxodo populacional o que ocasionou no progressivo abandono das plantações e casas as quais, no decorrer das décadas subsequentes,

foram sendo substituídas por novas edificações¹⁴², ocasionando no esquecimento da história dessas famílias (MENDONÇA; LACERDA, 2009, p.47).

Das trinta e seis famílias argelinas que vieram de Marselha no navio “Polymerie” com destino aquela colônia poucas pessoas lá restam, tendo a maior parte abandonado a colônia; e dessas mesmas que restam umas três ou quatro se dão ao mister da agricultura.

Construído o espetáculo que oferece aquelle amontoado de casas feitas pelo governo e entregues aos colonos sem plantação regular que indique a ação fundamental da mão do agricultor laborioso.

Alguns enfesados canteiros de cevada ou centeio, alguns pés de batatas: eis os resultados que apresenta aquelle estabelecimento, que tantos sacrifícios custou ao governo e que tantas esperanças alimentara em quanto a perspectiva de offerecer a colonos activos e afeitos a costear os ingratos africanos nesse solo todos os acolheu com os recursos dos nossos cofres e da harmonia com as primeiras necessidades, **o colono nos illudiu prometendo fabulosos resultados**¹⁴³.

É notório que mesmo diante da evidente falta de recursos por que passaram os colonos e das inúmeras reclamações públicas feitas por esses, os relatórios das autoridades governamentais mantiveram uma posição crítica diante dos imigrantes franceses colocando-os na posição de culpados pela crise que sofria a colônia. Tal reação pode ser interpretada como uma forma de apagar as histórias que de alguma forma representassem falhas no projeto colonial, garantindo assim que a imagem de um Estado provedor e patrocinador da imigração não sofresse contradições.

Diante desse quadro, os que permaneceram no Brasil tiveram que buscar recursos entre outros imigrantes que de alguma forma compartilhavam experiencias semelhantes. As últimas famílias se fixaram na região aos arredores de Curitiba, na chamada Colônia Santa Cândida, a qual era formada principalmente de imigrantes poloneses. Assim como a Colônia Argelina, Santa Cândida era localizada ao lado da Estrada da Graciosa o que facilitava o escoamento da produção – a qual constata-se que obteve melhores resultados em razão da fertilidade do solo e do grande incentivo pessoal dado por Lamenha Lins, que procurou investir na colônia através da construção de estradas, igreja, escola e insumos agrícolas (MENDONÇA; LACERDA, 2009, p.47). Fato que demonstra não haver razão para a justificativa da falta de produção da Colônia Argelina recair sobre os imigrantes franceses que

¹⁴² Grande parte do terreno que pertencera à colônia retornou ao domínio público ou foi comprado por pecuaristas. O local passou por diversas modificações até abrigar, por exemplo, o Colégio Agrícola Estadual que na década de 1930 foi substituído pela base aérea militar do Bacacheri.

¹⁴³ AP 342, 1880, p.184 [Grifo nosso].

seriam “historicamente pouco afeitos à agricultura de subsistência” (idem, p.46), mas sim pela escassez de recursos somada à pobreza da terra.

O que se observa é que apesar do governo brasileiro ter criado uma grande rede de propaganda para atrair diversos imigrantes europeus, não significou boas condições de trabalho e moradia para todos. Como afirma Tucci Carneiro, tais estudos que demonstram os maus tratos a diferentes tipos de imigrantes auxiliam na desconstrução da imagem do Brasil como uma nação acolhedora: “Caía por terra a imagem idílica do Brasil de país hospedeiro à todas as etnias” (CARNEIRO, 2001, p.3). É possível refletir sobre como o projeto de nação se construiu baseado em interesses econômicos e raciais e como tais estigmas se desdobraram na sociedade contemporânea.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível visualizar três contextos vividos por esses sujeitos: como trabalhadores franceses, como colonizadores em solo argelino e como imigrantes no Brasil. Em todos os casos tais indivíduos passavam por dificuldades econômicas, fosse em razão das crises agrícolas na França, ou em razão da falta de produtividade na lavoura e de assistência do governo; o que os levou a se deslocarem em busca de melhores condições de vida. Partindo desse princípio, questiona-se o que, na trajetória de imigrantes pobres e agricultores cuja lavoura não prosperou, poderia agregar para os estudos históricos?

Como visto, apesar de pouco abordado pela historiografia, houve imigração de milhares de franceses para o Brasil. Grande parte desses imigrantes foi atraído pelas inúmeras propagandas criadas pelo governo brasileiro, prometendo vantagens como a propriedade de terra, facilidades de transporte e o fornecimento de sementes e ferramentas necessárias para a lavoura. Ou seja, tais imigrantes foram altamente desejados pelo governo que os viam como uma nova mão de obra disponível. Dessa forma, os franceses formaram inicialmente um grupo duplamente desejado, uma vez que não eram apenas mão de obra europeia, mas também representavam a vinda de traços da cultura francesa para o Brasil no qual as fortes influências no campo intelectual e de consumo causavam grande apreço por tudo que era proveniente daquele país.

No entanto, tais imigrantes não receberam os benefícios que lhes tinham sido prometidos, e isso não ocorreu em razão de sua nacionalidade, pois ingleses, italianos e alemães, por exemplo, que também viviam na colônia não foram beneficiados. O que ocorria era a falta de assistência do governo provincial para diversos núcleos coloniais, demonstrando que os imigrantes não eram vistos como prioridade, mas apenas como mão de obra.

Diante desse quadro, diversas famílias passaram a reivindicar os benefícios que não lhes foram concedidos. No caso dos franceses da colônia Argelina tais reclamações foram elaboradas por meio de cartas e abaixo-assinados em que expressavam suas dificuldades diante da pobreza do solo que lhes impossibilitava de obter o mínimo para sua subsistência. A reação do governo não foi positiva: ao invés de enviar os recursos prometidos à colônia, preferiu estigmatizar seus habitantes, colocando a culpa da falta de recursos nos colonos, com a alegação de que por serem franceses não eram aptos a esse tipo de trabalho agrícola. Ou ainda, como em outras denúncias, pelo fato de serem franceses vindos de Argel é que teriam adquirido hábitos de barbárie e assim seriam incapazes de realizar o trabalho como faziam outros imigrantes europeus.

Como visto, como forma de superar esses estigmas, muitos colonos tentaram mudar a forma pela qual se expressavam em suas petições, tentando demonstrar maior submissão, apresentando-se como trabalhadores morigerados. Tudo o que relatavam de suas vidas remetia ao tema do trabalho e não sobre seu passado como cidadãos franceses ou como colonizadores em terras de domínio francês. Não pareciam ter como foco a afirmação de sua identidade étnica, mas sim a garantia de direitos de terras, insumos agrícolas, animais e alimentação. O que vemos é um conflito não só de interesses econômicos, mas de caráter discursivo, uma vez que o discurso oficial tinha por meta transparecer o ideal de nação que se queria construir, assim nada poderia colocar essa imagem em risco. Se as terras não produziam e os imigrantes reivindicavam seus direitos, não poderia ser por culpa do governo, não poderia haver falhas no projeto de nação. Dessa forma, para se considerar um imigrante ideal, não bastava ser europeu, deveria atender ao seu papel como imigrante: ser morigerado, produtivo e facilmente assimilável.

A historiografia da imigração vem sofrendo mudanças nas últimas décadas, em especial no que tange a valorização das histórias de vida dos sujeitos imigrantes. Foi possível observar que embora tenha durado poucas décadas, as histórias vividas pelos colonos argelinos foram diversas, repletas de escolhas individuais e coletivas, estratégias do campo discursivo e também ações que envolveram transações comerciais. Ou seja, foram ações que exigiram escolhas complexas por parte desses sujeitos, o que significa que não se pode interpretar o fim da colônia como um “fracasso” como muitas vezes o discurso oficial procurou registrar.

Grande parte dos imigrantes voltada para o país de origem ou em razão de ter feito fortuna, ou para voltar a suas famílias, ou mesmo porque se encontrava em estado de miséria. Como visto, franceses de outras colônias também sofreram com a falta de assistência do governo e/ou com a pobreza do solo, inclusive aquelas que tinham como fundador um membro da elite francesa, como foi o caso da colônia do Saí e da colônia Theresa. Buscava-se apagar das notícias os conflitos e as desistências, no entanto isso não atenuava a realidade vivida pelos colonos, nem garantia a assistência do governo: “[chegou] um momento em que só as plantações não eram suficientes para que a colônia se mantivesse, pois o governo foi cessando os investimentos à medida que não via um retorno” (SILVA, 2007, p.81).

Dessa forma, “fracassar” nesse caso foi uma imagem criada pelo governo e não pelos colonos. Era uma forma de justificar os problemas que ocorriam ao longo do projeto colonial através do que vinha de fora, do estrangeiro. Com o fim de manter a coerência do ideal de nação que se buscava construir. Para os imigrantes, por outro lado, desde o momento em que arrecadaram a verba necessária para deixar seu país de origem e conseguir embarcar para a América já significava uma conquista. Como bem argumentou Prat Carós (2007), imigrar não era uma escolha fácil, exigia grande investimento material e psicológico por parte daqueles que decidiam deixar sua terra natal e partir para terras desconhecidas.

Tudo o que conquistaram, fosse por reivindicação por meio de cartas e abaixo-assinados ou fosse por meios diretos como a venda dos lotes sem consentimento do governo, representou feitos expressivos que demandaram grandes esforços por parte desses sujeitos. Quando se analisa o curto período de duração da colônia, é possível perceber que diversas obras foram realizadas, como o término da construção de suas casas (que haviam sido prometidas pelo governo, mas esse não as entregou prontas), a instalação de rede elétrica, a construção de estradas nos espaços de floresta com o fim de escoar a produção, além do desenvolvimento de novas técnicas agrícolas que amenizassem a pobreza do solo. Dessa forma, não se pode falar em “fracasso” quando se analisa a colônia a partir das histórias de vida desses sujeitos, uma vez que não estão em pauta apenas fatores econômicos, mas os sentimentos envolvidos nessas travessias.

Foi possível perceber que a partir de um mesmo sujeito diversas imagens são construídas, inclusive pelo próprio indivíduo através de seus sentimentos com

relação ao novo e ao que deixou para trás na terra natal. Dessa forma, analisou-se a experiência da imigração como um fator decisivo para a construção de novas identidades e para a reconstrução de imagens sobre o outro, pois o contato direto causa mudanças no imaginário que se tinha sobre o imigrante antes de sua chegada.

Através desses debates foi possível refletir não apenas sobre a situação migratória brasileira do século XIX, mas também suas continuidades na sociedade contemporânea. Com o triunfo do capitalismo, a sociedade passou a acreditar que o crescimento econômico repousa na competição da livre iniciativa privada, na lucratividade em comprar tudo mais barato e vender por altos valores. Tal visão expandiu-se para o mundo do trabalho, os trabalhadores passaram a ser vistos como fonte de lucro, mas ao mesmo tempo substituíveis facilmente por outros que se adaptassem com maior facilidade aos interesses da nação (HOBSBAWM, 2002). Atualmente encontramos novas leis segregacionistas em que se busca selecionar o sujeito de acordo com a capacidade assimilatória e interesses econômicos, os considerados de cultura distinta são reprovados e colocados sob o rótulo de indesejados.

As migrações constituem a definição sócio-histórica dos diversos países do globo. O constante deslocamento dos povos vem produzindo sociedades étnicas ou culturalmente diversas nas quais diferentes comunidades culturais passam a conviver. Dessa forma, é preciso considerar que atualmente vivemos no ápice da hibridez cultural o que faz com que as fronteiras nacionais sejam transportadas, e que haja a necessidade de questionarmos os patriotismos ufanistas, preconceitos e demais tipos de intolerância. É o que, segundo Said (1995), imprime certa flexibilidade nas culturas, permitindo que estas estejam em constante construção, adotando elementos de outros meios tornando impossível a circunscrição de territórios unitários. Assim, na França de hoje, não há quem seja capaz de traçar uma fronteira nítida entre a ideia de uma “Paris francesa” excluindo a cultura imigrante argelina, por exemplo, uma nova ordem vem sendo circunscrita na região, o que leva a um debate acirrado entre os que defendem um purismo cultural francês – os quais na maior parte das vezes veem os imigrantes como causadores da “perda da cultura francesa” e os que são favoráveis ao convívio e defesa das minorias.

Diversos modos de pensar passaram a confluir no mesmo território, a complexidade das histórias de vida dos sujeitos envolvidos acabou por criar uma sociedade multicultural. Dessa forma, nem a Europa e nem a América são compostas por um único povo, uma única cultura ou etnicidade. “As nações modernas são todas híbridas culturais” (HALL, 2003, p.47). Se tais sociedades se mantêm coesas, não é porque elas sejam unificadas, mas porque as identidades que nelas convivem podem ser articulados num conjunto. Mas esta articulação, segundo Hall (2003, p.15) é sempre parcial: “a estrutura da identidade permanece aberta. Sem isto, argumenta [Ernesto] Laclau não haveria história”. Isso significa que a ideia de cultura nacional que se buscou construir no Brasil é um discurso, uma forma de controlar aqueles que convivem sob as mesmas leis. Porém, tudo o que passa por essa construção, desde símbolos até leis influenciam as ações dos indivíduos que dela fazem parte, sendo, portanto, responsável por construir novas identidades que estão sempre sofrendo processos de exclusão ou transformação:

Ao invés de pensarmos nas culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensar nelas como constitutivas de um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são entrecruzadas por divisões e diferenças internas profundas, e ‘unificadas’ apenas através do exercício de formas diferentes de poder cultural (HALL, 2003, p.47).

As pesquisas críticas sobre “cultura” tornam-se cada vez mais relevantes para a compreensão do quadro social contemporâneo, uma vez que expõe o poder que as construções no campo cultural têm sobre o comportamento social, atravessando fronteiras continentais. Tal poder, contudo, não deve ser visto no singular, como se apenas aqueles que detêm o poder intelectual e/ou estatal pudessem produzir cultura – estes possuem maiores condições de divulgar o que lhes interessa, porém diversas culturas são criadas ao mesmo tempo abrindo espaço para que novas identidades sejam (re)construídas e para que novos espaços de diálogo sejam formados. Como escreveu Certeau, ler a cultura no plural e não no singular significa buscar diversas histórias, inclusive a dos que muitas vezes são enterrados sem voz. A cultura vista no singular impõe a lei de um poder (CERTEAU, 1996, p.11), um poder que busca homogeneizar, delimitar e selecionar o que deve e o que não deve ser considerado cultura e que, portanto, pode ser apagado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

1. **Relatórios do presidente da província.** DEAP-PR: 15/fev/1872; 15/fev/1876;
2. SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens na comarca de Curitiba - 1820.** Digitalizado em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-a-comarca-de-curitiba>>.
3. BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. **Novo Caminho no Brasil Meridional:** a Província do Paraná (Três anos em suas florestas e campos 1872/1875) Rio de Janeiro, J. Olympio; Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.
4. PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP). Correspondência do Governo. Relatórios. Códices. Requerimentos, 1869-1888.
5. Documentos do **Arquivo Diplomático da cidade de Nantes.** Consulado da França em Paranaguá. Disponível em: <<http://www.genfrancesa.com/inmigrantes/Nantes/imigrantes-franceses-no-brasil.html>>. Acesso em: 02/02/2015.
6. **Jornal Dezenove de Dezembro.** Disponível em: HEMEROTECA DIGITAL <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>>.
7. DUVAL, Jules. **Réflexions sur la politique de l'empereur en Algérie, 1866.** Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k54618814>>. Acesso em: 31/05/2016.
8. **Revue des Deux Mondes.** Disponível em: <<http://www.revuedesdeuxmondes.fr/archive/tocs.php>>. Acesso em: 13/fev/2016.
9. **Uma colônia Francesa na Visão de Toqueville.** Disponível em: <<http://fsim52.blogspot.com.br/2005/11/uma-colnia-francesa-na-viso-de.html>>. Acesso em: 26/12/2016.

SITES

Albert Camus. Disponível em:

<http://www.larousse.fr/encyclopedie/personnage/Albert_Camus/111047> Acesso em: 23/05/18

Uma colônia Francesa na Visão de Toqueville. Disponível em:

<<http://fsim52.blogspot.com.br/2005/11/uma-colnia-francesa-na-viso-de.html>>.

Acesso em: 26/12/2016.

CATELHANO, Ana. E como veio gente.... Disponível em:

<<http://ecomoveiogente.blogspot.com.br/2013/11/a-colonia-argelina.html>>. Acesso

em: 10/12/2014.

BETEMPS, Leandro Ramos. Aspectos da colonização francesa em Pelotas. UFPel, 2017. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/02/05.-Leandro_Ramos_Betemps.pdf.

Acesso em: 21/02/2018.

Paulo Vitola e Marinho Gallera Disponível em:

<<http://cartunistasolda.com.br/2011/01/18/todo-dia-e-dia-341/>>. Acesso em:

20/12/2016.

Ruano-Borbalan, Jean Claude. **L'identité, une ressource pour l'action.** Disponível em:

<https://www.scienceshumaines.com/l-identite-une-ressource-pour-l-action_fr_14309.html>. Acesso em 10/12/17.

LIVROS E ARTIGOS

ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de. A Organização armada secreta: a participação da extrema direita francesa na luta armada durante a guerra da Argélia (1954-1962). **Revista Contemporânea – Dossiê guerras e revoluções no século XX.** Ano 5, nº8, vol.2, 2015.

ANSART-DOURLIN, M. A noção de Alteridade. NAXARA, M. et.all. **Figurações do outro.** Uberlândia: EDUFU, 2009. p.23-35.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BALHANA, A. P. **História do Paraná I.** Curitiba: Grafipar, 1969.

BETEMPS, Leandro Ramos. **A colônia francesa de Pelotas e seus acervos culturais: memória, história e Etnia.** Dissertação de Mestrado, UFPel, 2009.

BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. **Vivre à St. Paul: os imigrantes franceses na São Paulo oitocentista.** Tese, doutorado, USP, 2008.

BREPOHL, Marion. Os pangermanistas na África: inclusão e exclusão dos nativos nos planos expansionistas do império, 1896-1914. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.33, nº66, p.13-29, 2013.

BOEIRA, Luciana Fernandes. De quando se tornou necessidade: relações entre as historiografias francesa e brasileira no século XIX. In: **XII Encontro Nacional de História – ANPUHS**, 2012.

BONIN, Pierre-Alexandre. **La construction de l'identité dans l'Amélanchier et Le Saint-Élias, de Jacques Ferron**. (Maîtrise em Études Littéraires), Université du Québec à Montreal, 2008.

BOSCHILIA, Roseli. BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. **A Rua 15 e o comércio no início do século**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v.23, n.113, jul.1996.

_____. BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Boa Vista: o bairro na história da cidade. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v.23, n.118, dez.1996.

BOURDIEU, Pierre. **O Campo Econômico: a dimensão simbólica da dominação**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CAMUS, Albert. **O Estrangeiro**. Rio de Janeiro: Edições BestBolso, 2017.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARDOSO, Milena Woitovicz. **José Fernandes Loureiro: um imigrante português em Curitiba (1860-1908)**. Monografia, UFPR, 2011.

CARELLI, Mario. **Culturas Cruzadas: Intercâmbios culturais entre França e Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

CARNEIRO, Maria L. T. A imagem do imigrante indesejável. **Revista PROIN**, seminários nº3 – Crime, Criminalidade e Repressão no Brasil República, 2001.

CARVALHO, André de Souza; CARVALHO, Deborah Agulham. **A casa do burro brabo de “a Curitiba que viajo”: história, mito, tombamento e abandono**. In: Congresso Internacional de História. Maringá, set. 2009.

CERTEAU, M. “A invenção do possível”; “prefácio”; “A beleza do morto”; “o lugar onde se discute cultura”. In **A cultura no Plural**. Campinas: Papirus, 2005, 4ª Ed. – pp.7-20; 55-86; 221-232.

_____. “Fazer com: usos e táticas”; “Credibilidades políticas”. In **A Invenção do cotidiano – as artes de fazer** (vol.1). Petrópolis: Vozes, 1998, 3ª. Ed., pp. 91-106; 277-291.

CHAVES, Castelo Branco. **A imigração francesa em Portugal durante da Revolução**. Lisboa: Biblioteca Breve, 1984.

CHÉRIF. Novos desenvolvimentos no Magreb: Argélia, Tunísia e Líbia In: **História geral da África VI: África do século XIX à década de 1880** / editado por J. F. Ade Ajayi. – Brasília : UNESCO, 2010. pp.517-548.

CORPS, Grégory. A imigração contratada: o caso da colônia Benevides. In.: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **Franceses no Brasil: séculos XIX-XX**. 1a.ed.São Paulo: UNESP, 2009. pp.343-352.

COSTA, E. Viotti da. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. **Revista de História**. São Paulo: FFLCH-USP, v.7, n.16, 1953.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru, Ed. EDUSC, 1999.

DIÉGUES Jr, Manuel. **Imigração, urbanização e industrialização** (estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil). Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1964.

ELIAS, N. “Da sociogênese dos conceitos de ‘civilização’ e ‘cultura’”; “Apêndice – Introdução à edição de 1968”. In **O processo civilizador – vol.1 – Uma História dos Costumes**. RJ: Jorge Zahar, 1994, 2ª Ed, pp.21-64; pp.214-250.

ELMIR; WITT (Org.), **Imigração na América Latina: histórias de fracassos**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.

FERNANDES, Josué Corrêa. **Saga da Esperança: socialismo utópico à beira do rio Ivaí**. Curitiba Imprensa Oficial, 2006.

FERNANDES, Márcia de Paiva. A revolução argelina. **Revista Conjuntura internacional**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011.

FICHER, Fabienne. Les Alsaciens et les Lorrains en Algérie avant 1871. In: **Revue française d'histoire d'outre-mer**, tome 84, n°317, 4e trimestre 1997. pp. 57-70;

FRANZINA, Emilio. O êxodo dos camponeses do Vêneto (1869-1901): tendências gerais e aspectos quantitativos. In: **A grande imigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GUTIÉRREZ, Horacio. Crioulos e africanos no Paraná (1798-1830). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.8, nº16, 1988.

HADJ ALI, Smaïl. Os são-simonianos e a colonização da Argélia. **ESTUDOS AVANÇADOS** 20 (56), 2006.

HOBBSBAWM, Eric. **A era do capital 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **A era dos impérios 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. RJ: DP&A, 2003.

IOTTI, Luiza Horn. A Política imigratória brasileira e sua legislação – 1822-1914. In: **Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade**. ANPUH/SP – UNESP-Franca, 2010.

KAUFMANN, Jean-Claude. L'invention de soi – Une théorie de l'identité. In: **Séminaire de sociologie des migrations et des relations interethniques**, 2011.

LALOY, David. HALPERN Catherine, RUANO-BORBALAN Jean-Claude, Dir., Identité(s): L'individu, le groupe, la société », In: **Recherches sociologiques et anthropologiques**, 37-2, 2006, 211-212.

LESSA, Mônica Leite; SUPPO, Hugo Rogélio. A emigração proibida: o caso França-Brasil entre 1875 e 1908. In.: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **Franceses no Brasil: séculos XIX-XX**. 1a.ed. São Paulo: UNESP, 2009. pp.67-104.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. **A invenção da brasilidade**. Identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração. São Paulo: UNESP, 2015.

LAMB, Roberto Edgar. **Uma Jornada Civilizadora: Imigração, Conflito Social e Segurança Pública na Província do Paraná – 1867 a 1882**. Dissertação (Mestrado em História), UFPR: 1994.

MARTINS, Ana Luiza. Presença imigrante francesa no Brasil: entre visões do paraíso e mercados de trabalho. In.: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **Franceses no Brasil: séculos XIX-XX**. 1a.ed. São Paulo: UNESP, 2009. pp. 27-42.

MARTINS, Romário. **Quantos somos e quem somos: dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1941.

_____. **Terra e gente do Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente. Ensaio sobre o fenômeno de aculturação no Paraná.** São Paulo: Anhembi, 1955.

MENDONÇA, Maí Nascimento; LACERDA, Maria Thereza Brito de. **Os franceses no Paraná.** Curitiba: Ed. Aliança Francesa, 2009.

MEYNIER, Gilbert. L'Algérie et les Algériens sous le système colonial. Approche historique historiographique. In: Revista ***Insaniyat*** n°s 65-66, julho– dezembro 2014, p. 13-70

MIALHE, Jorge Luís. A emigração francesa para o Brasil pelo porto de Bordeaux: séculos XIX e XX. In.: VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **Franceses no Brasil: séculos XIX-XX.** 1a.ed.São Paulo: UNESP, 2009. pp. 43-66.

NADALIN, Sérgio O. **Paraná: ocupação do território, população e migrações.** Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001.

NISHIKAWA, Reinaldo Benedito. **Terras e imigrantes na colônia Assunguy.** Paraná, 1854-1874. Dissertação mestrado, Orientador: Prof. Dr. Horacio Gutierrez, USP, 2007.

OLIVEIRA, Márcio de. De la double colonisation au préjugé. **Revue Migrations**, vol. 21. n° 123-124, p. 289-304, 2009.

OTERO, Hernán. A imigração francesa na Argentina: Uma História aberta. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **Fazer a América.** São Paulo: EdUSP, 2000. p. 127-152.

_____. **Historia de los franceses en Argentina.** Buenos Aires: Ed. Biblos, 2012.

PETRONE, Maria Teresa S. **O Imigrante e a pequena propriedade (1824-1930).** São Paulo: Brasiliense, 1982.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro., vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

PRAT CARÓS, J. “En busca del paraíso: historias de vida y migración”. **Revista de Dialectología y Tradiciones Populares.** Vol.LXII, n°2, pp.21-61, 2007.

RAEDERS, Georges. **O inimigo cordial no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAID, E. “Introdução”; “Territórios Sobrepostos, Histórias entrelaçadas” In **Cultura e Imperialismo.** SP: Cia das Letras, 1995, pp.11-31; 33-98.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **História da Alimentação no Paraná.** Curitiba: Juruá, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** Cristina Muracho (trad.). São Paulo: Edusp, 1998.

SCARPIM, Fábio Augusto. Bens simbólicos em laços de pertencimento: família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo – PR, 1878-1937). **Dissertação – Mestrado**, UFPR, 2010.

SECRETO, Maria Verónica. Histórias conectadas, histórias integradas: Brasil e Argentina em busca de um terceiro no século XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, nº 68, p. 83-99 – 2014.

SESSIONS, Jennifer. Le paradoxe des émigrants indésirables pendant la monarchie de Juillet, ou les origines de l'émigration assistée vers l'Algérie. In : **Revue d'histoire du XIXe siècle**, n.41, 2010.

SEYFERTH, Giralda. **Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político**. Porto Seguro: ABA, 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008.

SILVA, Lúcia Osório. Propaganda e Realidade: a imagem do Império do Brasil nas publicações francesas do século XIX. In: **Revista Theomai**, nº3, 2001.

SILVA, Gisele Maria da. Falanstério do Saí: uma experiência utópica em Santa Catarina. **Santa Catarina em História** - Florianópolis - UFSC – Brasil, vol.1, n.1, 2007.

SURKIS, Judith. Propriété, polygamie et statut personnel en Algérie coloniale, 1830-1873. In : **Revue d'histoire du XIXe siècle** [En ligne], n. 41, 2010

TEMIME, Emile. Émigration «politique» et émigration «économique». In: **L'émigration politique en Europe aux XIXe et Xxe siècles**. Actes du colloque de Rome (3-5 mars 1988) Rome : École Française de Rome, 1991. pp. 57-72.

TEMIME, Emile. La migration européenne en Algérie au XIXe siècle : migration organisée ou migration tolérée.. In: **Revue de l'Occident musulman et de la Méditerranée**, nº43, 1987. Monde arabe: migrations et identités. pp. 31-45;1987.

VIDAL, Laurent; CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. **Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um “território da espera” no caminho da emigração para o Brasil**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, 2013

VIDAL, Laurent; LUCA, Tania Regina de. (Org.). **Franceses no Brasil: séculos XIX-XX**. 1a.ed.São Paulo: UNESP, 2009.

VIOTTI, Emília da Costa. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. **Revista de História**, 142-143, 2000.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná**. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

WESTPHALEN, Cecilia Maria. et. al. Memória de vida: Helene Garfunkel. In: **Boletim informativo da casa Romário Martins**. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba. v.9, n.67, 1982.

WILLIAMS, R. "Introdução"; "Cultura". In **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. SP: Boitempo, 2007, pp.27-49; 117-124.